

DANIEL KAZAHAYA

Bebês, crianças e seus pares:

A participação do pequeno semelhante no desenvolvimento e na
constituição subjetiva.

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Instituto
de Psicologia da Universidade de São Paulo,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia
Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Orientadora:
Prof. Dra. Maria Cristina Machado Kupfer.

SÃO PAULO
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Kazahaya, Daniel .

"Bebês, crianças e seus pares: a participação do pequeno semelhante no desenvolvimento e na constituição subjetiva" / Daniel Kazahaya; orientadora Maria Cristina Machado Kupfer. -- São Paulo, 2014.

137 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise da criança 2. Desenvolvimento humano 3. Bebês 4. Criança 5. Constituição I. Título.

RJ504.2

KAZAHAYA, D. **Bebês, Crianças e seus pares:** A participação do pequeno semelhante no desenvolvimento e na constituição subjetiva. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*Ao meu filho Luís Felipe
Que, apesar da distância, esteve sempre presente
em meus pensamentos e sentimentos durante este trabalho.*

Agradecimentos.

A Cristina Kupfer, pelo acolhimento e orientação dessa dissertação. Por nortear meus pensamentos e ideias pelo campo psicanalítico ampliado. Por conduzir suas orientações sempre num sentido positivo, demarcando durante minhas tentativas, cada ato psicanalítico à moda do mestre arqueiro zen, o qual ilustrava em seus ensinamentos.

Ao Instituto de Psicologia da USP e a CAPES, que proporcionaram este trabalho acadêmico.

A Leda Bernardino e a Rosa Mariotto pela leitura atenta, minuciosa, e enriquecedora no trabalho de qualificação, onde puderam ampliar a discussão dessa dissertação e ao mesmo tempo delimitar o campo que embasa e estrutura a questão.

A comunidade de psicanalistas de São Paulo, que me receberam nesta cidade de braços abertos. Ressalto este agradecimento e testemunho que a psicanálise tem abrangido horizontes muito além de restritas classes, devido às quais fora criticada no passado. Por isso, além das pessoas, agradeço as Instituições que possibilitaram estes encontros.

A Cynthia Peiter (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e Instituto Sedes Sapientiae) que me auxiliou a acolher o tema desse trabalho em minhas vivências e história, e banhá-lo de sentido e sabor próprios. Pude acomodar e rever os pequenos semelhantes em minha própria constituição subjetiva.

A Davy Bogomoletz, que, antes de mais nada, se dispôs como um parceiro, com o qual pude vislumbrar, nas supervisões de caso, os pequenos semelhantes presentes na vida dos pacientes que acompanho. Agradecimentos especiais pela revisão de texto precisa e enriquecedora.

A Maria Eugênia Pesaro (Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica), com a qual pude contar com arranjos eventuais dessa dissertação além do acolhimento clínico familiar.

A Maria Lucia Paiva, pela leitura do projeto, sugestões e principalmente pelas rígidas interrogações no início desse trabalho.

Aos meus pais, Shirlei e Luiz, e aos meus irmãos, Alexandre e Fábio, aporte de toda essa jornada.

A querida Lu Monteiro, amada companheira, que tem o valioso dom de se encantar e se interessar profundamente pelos “semelhantes”. Pôde pacientemente aguardar minha ausência nos dias de “dissertação”.

Aos meus pacientes que têm me proporcionado profundas experiências com semelhantes.

Aos amigos e “irmãos” da República Solar, com os quais pude viver e rever em intensidade as principais questões referentes aos semelhantes. Tive o privilégio e o desafio de aprender muito com vocês: Alex Kanno, André Ribeiro, André Martinello, Diego Horita, Daniel Andregueti, Rodrigo Spricigo, Henrique Hofatto, João Alvarenga, Carlos Eduardo Mattos e Allyson Allan.

As amigas e companheiras do grupo de discussão de caso, Aline Martins e Livia Santiago, pois, ao nos situarmos numa posição profissional e acadêmica similar, pudemos compartilhar experiências enriquecedoras com amizade.

Aos amigos que me presentearam com a convivência e com os quais pude compartilhar a vida, além de vivenciar o tema do semelhante, Paulo Miguel Zaparoli, Vinícius Semprebom, Atilio Zaparoli, Diogo Sá, Isabele Kazahaya, José Aurélio Tiessi, Bruno Cembranelli, Elder Klein e Bruna Aguiar.

A Patricia Oliveira, pelo apoio inicial e fundamental para iniciar este sonho e transformá-lo em trabalho.

Creio que os “agradecimentos” se definam em grande parte como “reconhecimento”. Este é o sentimento que acompanha minhas palavras. Um reconhecimento de que esta dissertação é fruto do trabalho de várias pessoas, que contribuíram direta ou indiretamente.

Meu Deus, que eu possa estar vivo quando morrer!

Donald Woods Winnicott

RESUMO

KAZAHAYA, D. **Bebês, crianças e seus pares:** A participação do pequeno semelhante no desenvolvimento e na constituição subjetiva. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

Este trabalho busca investigar a participação dos pequenos semelhantes – bebês, crianças e seus pares – na constituição subjetiva e no desenvolvimento humano. Para isto, foi realizada uma revisão da teoria psicanalítica embasada em três principais autores: Freud, Lacan e Winnicott. Posteriormente, esta revisão foi confrontada com dados de observação da Psicologia do Desenvolvimento para verificar possíveis pontos de apoio na teoria psicanalítica. O pequeno semelhante ao qual este trabalho se refere é o semelhante que se apresenta para um bebê ou criança ainda no início de sua constituição subjetiva, e que apresenta características constitutivas similares à do sujeito. Foram eleitos três operadores de leitura sobre o tema: a identificação, a agressividade e a cooperação. Esses três operadores surgem ao longo de toda a problemática que envolve os pequenos semelhantes. Freud trabalha preferencialmente o semelhante inserido na lógica do complexo de Édipo e dá indícios sobre a participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva. Lacan e Winnicott teorizam os primórdios da constituição subjetiva e atribuem ao pequeno semelhante uma primeira triangulação, considerada a gênese dos sentimentos sociais. A psicologia do desenvolvimento verifica interações entre bebês que confirmam a teoria winnicottiana e lacaniana sobre os pequenos semelhantes, além da teoria freudiana do semelhante. Conclui que o pequeno semelhante pode ter uma participação única e diferencial, ao introduzir o sujeito numa lógica inicial da inveja e ciúme, e contribuir para a integração da agressividade e do amor.

Palavras-chave: Psicanálise da criança; Desenvolvimento humano; Bebês; Criança; Constituição.

ABSTRACT

KAZAHAYA, D. **Babies, children and their peers: Toddlers on human development and subjective constitution.** 2014. 137f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

This work aims to investigate the participation of toddlers - babies, children and their peers - in subjective constitution and human development. For this, a revision of psychoanalytic theory founded on three main authors was performed. They are: Freud, Lacan and Winnicott. Subsequently, this review was confronted with observational data of the developmental psychology to check for possible footholds in psychoanalytic theory. The toddler to which this paper refers is the toddler who presents itself for a baby or child still early in its subjective constitution, and has similar characteristics to the subject's constitutive features. Three reading operators were elected about the theme: identification, aggression and cooperation. These three operators appear throughout the problem involving toddlers. Freud preferably works the human similar inserted into the logic of the Oedipus complex, and provides evidences about the participation of the toddler in subjective constitution. Winnicott and Lacan theorize the primordium of subjective constitution and attribute to the toddler an initial triangulation, considered the genesis of social feelings. The Developmental psychology verifies interactions between babies confirming Winnicott and Lacan's theories on toddlers, and Freudian theory about the human similar. Conclude that toddlers can has an unique and differential participation, to introduces the subject in an initial logic of envy and jealousy, and contributes to the integration of aggression and love

Keywords: Psychoanalysis of children; Human development; Babies; Child; Constitution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
O SEMELHANTE NA TEORIA DE FREUD.....	16
1. Identificação, Agressividade e Cooperação.....	19
2. Abordagens sobre o semelhante na obra de Freud.....	27
CAPÍTULO II	
O INTRUSO E O SEMELHANTE NA OBRA DE JACQUES LACAN.....	42
1. Do Familiar ao Social. Possíveis intrusos e participantes da constituição subjéctiva.....	57
CAPÍTULO III	
A TEORIA DO AMADURECIMENTO DE WINNICOTT, O ESPAÇO POTENCIAL E AS FORMAÇÕES DE GRUPOS.....	61
1. O filho único, os irmãos e outros pequenos semelhantes.....	64
2. O pequeno semelhante enquanto indicador do espaço potencial.....	69
3. Criatividade ou submissão?.....	75
CAPÍTULO IV	
DESENVOLVIMENTO, MATURAÇÃO E AS OBSERVAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES DE BEBÊS E CRIANÇAS.....	85
1. Maturação e Observação sobre o “egocentrismo” da criança.....	90
1.1. Vygotsky e Luria.....	90
1.2. Gesell.....	97
2. Influência da Psicanálise nas observações.....	102
3. A influência da mãe nas interações de semelhantes.....	109
4. Novos olhares sobre as interações de bebês.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

INTRODUÇÃO

Bebês e crianças compartilham o viver e espaços comuns; seja na família nuclear com os irmãos, seja na família extensiva com irmãos, primos e amigos, seja na tribo, ou mesmo nas creches, berçários e orfanatos. O que pode haver em comum nesse compartilhar o viver com semelhantes, também pequenos, diante dessa variedade cultural dos encontros e desencontros desses pequenos sujeitos? Essa é a pergunta que norteia esta dissertação. É um olhar curioso sobre o que os bebês e as crianças estão fazendo juntos, ou separados, e de que modo isso os influencia. Haverá uma participação do outro pequeno semelhante na constituição subjetiva? No desenvolvimento? Quais são suas características? De que modo elas ocorrem?

Sendo assim, os capítulos que se seguem tecem uma apresentação sobre o pequeno semelhante e a sua participação no desenvolvimento humano e na constituição subjetiva.

O pequeno semelhante ao qual nos referimos nesta dissertação é o semelhante que se apresenta para um bebê ou criança pequena ainda no início de sua constituição subjetiva. Conforme o próprio título sugere, inclui os pares semelhantes dos bebês e das crianças que estão percorrendo um período similar quanto à constituição subjetiva.

Em termos lacanianos, o pequeno semelhante inclui o sujeito na chamada encruzilhada estrutural, formada pelo complexo do desmame, complexo do intruso e o estádio do espelho. Em termos winnicottianos, o pequeno semelhante se refere ao indivíduo que está percorrendo as fases iniciais do que ele denominava de amadurecimento pessoal, em especial, a tarefa de integração, a qual abriria a possibilidade do relacionamento a três corpos.

O pequeno semelhante se refere a esse sujeito que está num período de estruturação subjetiva, que vai do nascimento à possibilidade do complexo de Édipo, quando o sujeito teria, então, elementos subjetivos suficientes para lidar com o outro enquanto outro (não somente enquanto representação de si mesmo), assim como para assimilar o pai e a disposição que este poderá vir a ocupar no complexo de Édipo freudiano.

Winnicott diria que o indivíduo alcança uma integração tal, que estaria a termo para iniciar uma relação com pessoas inteiras, também integradas. Segundo o autor,

somente a partir desta integração seria possível se falar em complexo de Édipo.

Também é necessário ponderar que o termo pequeno semelhante não se restringe a uma cronologia, mas se aproxima mais do tempo lógico.

Tanto Lacan quanto Winnicott enfatizaram a problemática da cronologia quando se fala em constituição subjetiva. Lacan afirma que: *“A descrição dos estágios formadores da libido não deve ser referida a uma pseudomaturação natural, que permanece sempre opaca”* (1964, p. 64).

Winnicott também enfatizava que:

“Qualquer estágio no desenvolvimento é alcançado e perdido, alcançado e perdido de novo, e mais uma vez: a superação dos estágios do desenvolvimento só se transforma em fato muito gradualmente, e mesmo assim apenas em determinadas situações” (1988, p. 55)

Portanto, o termo pequeno semelhante está se referindo, aqui, ao semelhante em relação ao sujeito nos primórdios da constituição subjetiva. Este pequeno semelhante apresenta características similares, em termos desta constituição, ao ponto de incidir sobre esta de um modo particular que somente este semelhante pode apresentar. Este pequeno semelhante pode ser familiar ou não. Tal problemática que será discutida nos capítulos II e III.

Conforme será apresentado ao longo do trabalho, para Lacan, esse semelhante surge como um intruso que incide sobre uma imago do complexo do desmame do sujeito e, para Winnicott, esse semelhante anuncia uma relação de confiança quanto ao espaço potencial entre o indivíduo e o ambiente, assim como contribui para a integração do ódio e do amor.

O trabalho pretende expor a teoria psicanalítica sobre a participação dos pequenos semelhantes partindo de três principais teóricos: Freud, Lacan e Winnicott. Posteriormente, são apresentados dados de observação da psicologia do desenvolvimento sobre a interação de bebês e crianças, para serem confrontados com a teoria psicanalítica. Portanto, busca-se encontrar nos dados de observação possíveis pontos de apoio às considerações psicanalíticas sobre a questão.

Freud erigiu a teoria psicanalítica sob a égide do pai, e enfatizou o complexo de Édipo como o grande divisor de águas na constituição psíquica. Com este enfoque, o fundador da psicanálise explorou largamente a problemática dos semelhantes na constituição subjetiva, chegando mesmo a afirmar que o coletivo e o

individual são intrinsecamente inseparáveis. No entanto, embora tenha abordado amplamente essa questão, a criança freudiana é essencialmente inserida na lógica do complexo de Édipo. O interesse de Freud estava basicamente na teorização da criança que pudesse embasar a neurose do adulto. É sabido, entretanto, que no decorrer da construção de seu *corpus* teórico, Freud vislumbrou a importância de explorar o infantil vendo que as neuroses poderiam estar presentes já nestes períodos iniciais, como surge em *Três ensaios sobre a Teoria da sexualidade* (1905). Freud iniciou esse trabalho, e outros psicanalistas deram continuidade a esta teorização. Entre eles, elegemos para esta apresentação Winnicott e Lacan, pois enfatizaram, sobretudo, os períodos anteriores ao complexo de Édipo.

A escolha desses autores se deve não somente pela importância de seu *corpus* teórico, que tem ganhado espaço junto à comunidade psicanalítica, mas também pelas características de suas obras, dentre as quais destacam-se: a teorização dos tempos anteriores ao complexo de Édipo, das tenras idades na constituição subjetiva; e uma ênfase no pequeno semelhante (em especial o irmão) como introdutor de uma tríade anterior ao surgimento do pai, à qual estariam relacionados aspectos constitutivos da “gênese dos sentimentos sociais” – como diria Lacan – ou do “relacionamento a três corpos” e o “amadurecimento pessoal” – como diria Winnicott.

Lacan abordou diretamente o tema em seus *Outros Escritos*, no Complexo da Intrusão; em *Escritos*, na “Agressividade em psicanálise”; além de nos seminários 4, 5 e 18, o que demonstra a importância do tema para o autor. Já Winnicott trabalha a questão do irmão ou do semelhante em diversas passagens, a exemplo de seus textos sobre o “filho único”, a “influência do grupo” e a “criança desajustada”, como também em *O Brincar e a Realidade*. Um valor clínico sobre o pequeno semelhante é evidenciado em Lacan, por exemplo, ao atribuir grande importância à entrada da irmã de Aimmé como fator de contribuição para a sua patologia, conforme apresentado em *Psicose Paranoica* (1932). Em Winnicott, fica evidenciado este valor clínico quando o autor apresenta o caso da análise da garotinha de 2 anos e meio, *The Piggie* (1977), onde evidencia o nascimento e vinda da irmã para o lar como fator fundamental na ansiedade da menina.

Concorda-se com Roberto Graña (2007), de que Lacan e Winnicott, cada um a seu modo, revivificam Freud, sendo os teóricos mais freudianos. Isto porque esses autores assumiam deliberadamente a importância da fundação freudiana,

acrescentando suas próprias ideias e estilos. Por outro lado, Lacan questionou fortemente a subjugação ao mestre, pela teoria dos quatro discursos e o Nome-do-Pai. Winnicott, como diria Mashud Khan, era o psicanalista mais “ele mesmo” que já conhecera, enfatizando o brincar e o espaço potencial em sua clínica.

Assim, a estrutura desse trabalho busca respeitar essas características de Winnicott e Lacan. Neste ponto, cito Graña: “*Winnicott e Lacan foram ambos ‘criativamente’ freudianos, os melhores, e cada um à sua maneira, tão enviesados quanto autênticos*” (2007, p. 21)

Numa primeira análise, este trabalho se estrutura de modo diacrônico, isto é, respeita a história do desenvolvimento teórico e as mudanças que este sofreu ao longo do tempo de acordo com os autores. Por isso, partimos de Freud no primeiro capítulo para posteriormente chegar a Lacan e Winnicott. Concomitantemente, ao se realizar tal percurso, há também um movimento de regressão para tempos cada vez mais primitivos em termos da constituição do sujeito.

Num outro sentido, dentro da exploração teórica de cada autor, este trabalho também é sincrônico, ou seja, busca analisar as teorias que abordam um mesmo tema e que foram desenvolvidas em tempos distintos.

Na atualidade, a discussão sobre o pequeno semelhante e sua participação na constituição subjetiva está urgindo na sociedade ocidental. Não somente pelas questões socioculturais de formações de grupos, mas, especialmente, pela ida da prole às instituições de cuidado em idades cada vez menores, o que envolve a convivência precoce dos pares e grupos infantis nestas instituições de cuidado e educação, por exemplo, as creches, berçários, escolas e orfanatos.

A proposta deste trabalho é desenvolver uma investigação teórica acerca dos primórdios da constituição subjetiva que ofereça um suporte para a compreensão dos fenômenos que envolvem o bebê, a criança e seu semelhante. Assim como verificar se tais teorias podem ser amparadas nas observações desses sujeitos.

Ao longo da revisão bibliográfica dos variados autores e pesquisadores que abordam a temática do “semelhante” e do “pequeno semelhante”, três elementos se destacaram por surgir constantemente nesta temática, são eles: a Identificação, a Agressividade e a Cooperação. Deste modo, optou-se por uma escolha metodológica: a de analisar e examinar os autores à luz dessas noções. A identificação, a agressividade e a cooperação serão utilizadas como Operadores de

Leitura.

Identificação e agressividade são termos consagrados de uso psicanalítico. A cooperação, porém, é de uso corrente na Etologia e na Psicologia do Desenvolvimento. O termo não é utilizado com frequência pela psicanálise, e foi utilizado aqui por melhor representar o conjunto de fenômenos que envolvem os semelhantes num tipo de organização social que envolve o colaborar, a união, um pacto de ação mútua, onde é necessário lidar com as demandas do outro respeitando o uso comum de espaços. Com a cooperação, estamos buscando encontrar elementos comuns em conceitos e ideias trabalhadas pelos autores. Em Freud isto surge, por exemplo, como a “formação reativa”, a “disputa amigável”, “colaborador”, “ajudante”, e mesmo na metapsicologia em questões como o “supereu” e o “ideal do eu”, entre outros. Em Winnicott, a cooperação é trabalhada por meio do “brincar juntos”, “compartilhar a vida”, “contribuir para a integração”, entre outros. Em Lacan, é atribuída ao pequeno semelhante do complexo do intruso uma cooperação particular ao contribuir na “gênese dos sentimentos sociais” e ao “garantir uma identidade ao sujeito”.

Optou-se ainda por iniciar cada capítulo fazendo uma breve introdução do conteúdo exposto. O primeiro capítulo apresenta as considerações de Freud quanto ao semelhante na horda primitiva, no inquietante, no desamparo frente à natureza e na metapsicologia. O segundo capítulo explora a teoria de Jacques Lacan enfatizando uma encruzilhada estrutural formada pelo complexo do desmame, o complexo do intruso e o estágio do espelho. O terceiro capítulo expõe a teoria de Winnicott sobre o filho único e a importância do irmão, o brincar, o espaço potencial e a formação de grupos em períodos pré-edípicos. Finalizando, o quarto capítulo trabalha algumas teorias e observações sobre interações dos pequenos semelhantes, indo do “egocentrismo” piagetiano e chegando às observações mais complexas que ponderam interações num espectro mais ampliado, incluindo mesmo a incompletude motora nas interações não intencionais.

Capítulo I:

O Semelhante na Teoria de Freud

Freud abordou o semelhante ao longo de toda a sua obra, tanto nos textos ditos sociais quanto nos textos clínicos. São encontradas diversas considerações sobre o semelhante e sua participação na constituição subjetiva. A apresentação a seguir buscará abordar os trabalhos de Freud acerca do semelhante e sua participação na constituição subjetiva, de modo a ali encontrar as bases para a construção da noção, adotada na presente dissertação, de pequeno semelhante.

O tema do semelhante surge na obra de Freud já em 1895, no “*Projeto de uma Psicologia Científica*”, onde o autor trabalha o *Nebenmensch* enquanto “semelhante” e “assistência alheia”, ao qual já atribuía grande importância ao afirmar em sua famosa frase que “*o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais*” (1895, p. 422).

O tópico trabalhado por Freud nesse ensaio se refere à análise da “experiência de satisfação” (*Befriedigungserlebnis*), onde ele realça a importância atribuída a um semelhante, *Nebenmensch*, como sendo aquele encarregado pela organização do desejo do *infans*, e ao qual seria relacionado o favorecimento da primeira experiência de satisfação. Freud afirma que:

“O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna” (1895, p. 422).

Conforme sugere Chatelard (2004), a definição de *Nebenmensch* (*Nebem*: ao lado de, e *Mensch*: homem ou ser humano) se aproximaria mais de “*uma primeira potência ou força, aquele que trouxe ao bebê a primeira satisfação (assim como o desprazer)*” (p. 354). Neste sentido, este “humano ao lado” seria aquele fundamental para o aflorar da percepção do bebê.

Nestas primeiras considerações Freud enfatiza a participação deste semelhante “experiente”, que pode se situar no mesmo patamar que o *infans* por meio da identificação, isto é, pode se remeter a um estado infantil anterior. Daí, os primeiros traços de sua ênfase no “grande” semelhante (experiente, que pode cuidar de um *infans* e se identificar com este). Porém, este “grande” semelhante é apresentado por Freud como “assistência alheia”, que está “ao lado”, isto é, não está acima, nem está abaixo, é o semelhante que se coloca no mesmo patamar que o

infans – para então contribuir com a satisfação de sua necessidade. O *infans* emite o grito, expressão bruta de seu estado de excitação que, sozinho, não advém com significado. É preciso que outro semelhante, ao lado do *infans*, possa acolher o grito numa significação que o insira na ordem do desejo, da satisfação – que nunca é total e é sempre buscada.

No decorrer de sua obra, esta ênfase num “grande” semelhante é mantida. Freud não trabalhou o encontro de dois ou mais pequenos semelhantes e sua participação na constituição subjetiva, porém, abordou a criança em alguns textos de sua obra. O tema é explorado em alguns artigos, como em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) e em *Além do princípio do Prazer* (1920). No primeiro texto, Freud está preocupado em verificar a origem das neuroses na infância, e no segundo, a compulsão à repetição. Assim, os trabalhos de Freud onde ele aborda a criança estão essencialmente voltados para explorar a neurose do adulto e embasar sua teoria. Conforme será abordado na discussão de seus demais textos, os pequenos semelhantes, isto é, os bebês e crianças que participam da constituição subjetiva do sujeito, serão sempre abordados por este viés do “grande” semelhante, por assim dizer.

Em *Totem e Tabu* (1913), por exemplo, Freud apresenta os irmãos, semelhantes, e toda a problemática destes em torno do pai da horda. É este “grande” semelhante que permeia a lógica da constituição subjetiva e da formação social pelos membros da fraternidade. Portanto, os trabalhos iniciais da psicanálise sobre o semelhante privilegiam o sujeito já estruturado em relação a um terceiro (Pai da horda primitiva), que surge como obstáculo às satisfações do sujeito, claramente o sujeito que responde ao complexo de Édipo. É a partir das questões edípicas, preferencialmente, que Freud vai trabalhar o semelhante. No entanto, os trabalhos de Freud sobre o semelhante servirão para embasar e dar subsídios para a problemática do pequeno semelhante.

Verifica-se, por exemplo, que nos escritos de Freud sobre o mito da horda primitiva, isto é, o mito sobre as primeiras articulações entre os semelhantes, o autor já enfatiza as noções que seriam essenciais e recorrentes no convívio destes semelhantes. Por isso, inicia-se este primeiro tópico enfatizando as três noções que foram escolhidas para servirem de operadores de leitura.

1. IDENTIFICAÇÃO, AGRESSIVIDADE E COOPERAÇÃO

Em *Totem e Tabu* (1913) Freud busca analisar o encontro com os semelhantes, irmãos da horda primitiva, em referência ao pai da horda. Pai opressor e gozador onipotente, que subjuga os demais à exclusão e à submissão. Assim, no ato do assassinato do pai da horda, os semelhantes se unem, formam um grupo, inauguram a coletividade por meio de um ato violento que replica a atitude do pai. Porém, esse ato coletivo fraterno é realizado mediante uma nova instrumentalização, e com consequências distintas. Nessa instrumentalização, que permeia toda a problemática do encontro dos semelhantes, identificam-se três elementos principais, sendo eles: a identificação, a agressividade e a cooperação. Conforme será discutido a seguir, são estes três fatores que marcam a novidade na horda primitiva.

O assassinato do pai não foi somente uma renovação da estrutura primitiva, mas uma inovação no social, no encontro com os semelhantes. Assim, é a constante lembrança do pai morto que possibilita a articulação da cultura e da civilização, mas foi um ato fraterno que a instaurou.

Constata-se na obra freudiana que essa instrumentalização (identificação, cooperação e agressividade) propicia uma articulação entre os sujeitos, que funda o encontro com o semelhante e forja o laço fraterno. A fraternidade nesse sentido dá sustentação à falta do pai mítico, e inaugura uma aliança social agora marcada pela Lei e pela impossibilidade do gozo total e imediato.

Sozinho, o indivíduo não podia reivindicar seu direito frente ao Pai da Horda opressor, mas com o auxílio (nesse sentido também utiliza-se o termo cooperação) dos semelhantes ele pôde garantir inclusive a sua individualidade. Consequentemente, encontramos em Freud o entrelaçamento do coletivo e do individual.

Em suas duas principais obras sobre o social e o coletivo, *Totem e Tabu* (1913) e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), o autor aponta que o nascimento do individual parte do coletivo, e que ambos interagem constantemente. Deste modo, o estudo psicanalítico do singular passa necessariamente pelo coletivo:

“Na vida anímica individual aparece integrado sempre, efetivamente, ‘o outro’, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário, e, deste modo, a psicologia individual é ao mesmo tempo e desde o início, psicologia social, num sentido amplo mas plenamente justificado” (FREUD, 1921, p. 7).

Em *Totem e Tabu* (1913) Freud trabalha o singular do neurótico obsessivo junto ao coletivo das instituições para realizar uma possível leitura psicanalítica da gênese social. Nessa leitura, a análise da sociabilidade se dá por meio de uma interpretação e uma analogia. Assim, seguindo a lógica do sintoma, Freud estabelece analogias do totemismo e do tabu com a neurose obsessiva, que culminam numa interpretação similar: a atitude emocional ambivalente para com o pai e o desejo de exclusividade afetiva e sexual com a mãe.

O autor trabalha sua hipótese sobre o evento inaugural do social e a gênese do sujeito introduzido na cultura por meio da construção do *mito do assassinato do pai*. Para tal elaboração, reúne a interpretação psicanalítica do Totem¹ com a refeição totêmica² e com as teorias darwinianas do estado primitivo da sociedade humana³.

Utilizando-se destes recursos, Freud articula o mito:

“Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. (...) Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria, assim, uma repetição e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas da organização social, das restrições morais e da religião” (1913, p. 145).

¹ Totem seria o substituto do pai com o deslocamento dos sentimentos deste para aquele. Neste deslocamento seguiriam-se os dois principais tabus: não matar o totem e não ter relações sexuais com as fêmeas do clã.

² Freud conjectura que a refeição totêmica tenha sido a mais antiga tradição da humanidade. É o sacrifício do animal totêmico pelos membros do clã, que posteriormente o serviam numa refeição coletiva.

³ Comparação e hipótese darwiniana sobre os primórdios da organização grupal dos humanos comparados aos símios. A horda seria organizada em torno de um “pai violento e ciumento”, que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem.

O pai da horda era a posição fixa dentro do circuito de possibilidades do grupo, ocupando o lugar de total poder, prazer, usufruto das fêmeas e da caça. Aos demais machos cabia, então, a total submissão ou a exclusão do grupo.

Pelo real que a natureza impõe, havia certamente rotatividade na ocupação do lugar de pai da horda e, assim, geração por geração, ao longo do tempo, esse movimento foi possibilitando aos demais machos adquirirem determinadas instrumentações em nível pessoal e grupal, que possibilitaram uma inovação no grupo: o ato coletivo.

O ato conjecturado por Freud foi o assassinato do pai pelo grupo dos demais machos. O mito do assassinato do pai é construído devido à dinâmica social encontrada naqueles povos considerados primitivos (FREUD, 1913), os quais poderiam remeter aos primórdios da humanidade. Nestes povos, Freud entende que o totemismo ocupa o mesmo lugar que as instituições religiosas e sociais da atualidade, e considera que o totemismo e o tabu perpassam necessariamente a história de qualquer povo. Suas características fundamentais estão sempre presentes: a ambivalência emocional e o horror ao incesto.

A substituição do pai não se deu no embate entre dois machos pelo total poder do grupo. O assassinato foi executado pelo grupo dos demais machos da horda. Foi isso que marcou a novidade no circuito de substituições do pai da horda.

Portanto, já nestas leituras, Freud está indicando uma participação do semelhante na constituição do sujeito. Freud diz que “*teria sido impossível realizar (o crime) sozinho*”, ou seja, é a partir do outro semelhante com quem se identifica em seu desamparo e na subjugação ao poder do pai que o indivíduo encontra os meios para se haver com o pai da horda. Novamente, é com este indivíduo que ele se identifica, é onde ele percebe que “há um semelhante que está nesta condição igual à minha”, ele é “modelo e objeto”.

Voltando ao assassinato do pai da horda, temos que o fundador da psicanálise segue as pistas sintomáticas para lapidar os detalhes do assassinato inédito: Horror ao incesto, culpa, ambivalência emocional, arrependimento. O *mito científico* freudiano “*faz emergir a história humana como trágica, a partir do sentimento de amor e ódio em guerra contínua*” (TEIXEIRA, 2002).

Freud dá ordem à dinâmica psicanalítica:

“Odiavam o pai, que representava um obstáculo tão formidável ao seu anseio de poder e aos desejos sexuais; mas amavam-no e admiravam-no também. Após terem-se livrado dele, satisfeito o ódio e postos em prática os desejos de identificarem-se com ele, a afeição que todo esse tempo tinha sido recalcada estava fadada a fazer-se sentir, e assim o fez sob a forma de remorso sentido por todo o grupo” (FREUD, 1913, p. 147).

A ambiguidade e o conflito de emoções são as marcas do acordo social entre os semelhantes: É justamente àquele que é meu rival e ameaça meu lugar, a quem eu devo me unir para me possibilitar um campo subjetivo.

O assassinato coletivo trouxe uma impossibilidade: o lugar de pai onipotente não pode ser ocupado por todo o grupo assassino e nem por apenas uma outra pessoa, o que restabeleceria a ordem do pai. Funda-se a primeira Lei, que marca a impossibilidade do gozo, inaugura a falta e o desejo: Ninguém mais pode ser onipotente, é necessário considerar o outro.

Conforme foi anunciado anteriormente, a possibilidade de mudança, da horda primitiva para a ordem social, advém de uma instrumentalização adquirida pelos membros da horda primeva. Tais características que possibilitaram o ato grupal do assassinato e a introdução ao possível coletivo são as mesmas características que dão sustentação à rede social já pré-supostas na citação acima de *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921). Retomando a característica do “outro”, Freud sugere suas particularidades: *“modelo, objeto, auxiliar ou adversário”* (FREUD, 1921, p. 7).

A primeira delas, o outro enquanto *modelo*, serve à identificação que, no mito da gênese social advém, num primeiro momento, no sentido de desejar o lugar do pai na horda, tomar as mulheres para sí, assim como adquirir todas as demais vantagens e atribuições desse lugar no grupo. A primeira identificação, para Freud (1913), certamente foi em relação ao pai. Podemos pontuar que a manutenção dessa ordem grupal se dava principalmente por essa identificação, na forma de “esperança” dos demais machos de vir a ocupar o lugar dele. Identificados apenas com o pai, o circuito social, ou mais apropriadamente neste caso, o circuito de transição de posições dentro da horda primitiva, apontava necessariamente apenas para um caminho traçado pela identificação vertical: tornar-se o novo pai da horda. Identificação que ressurgiu, inclusive, nos fenômenos de massa. Conforme sugere o

autor em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), “o pai primitivo é o ideal da massa, e esse ideal domina o indivíduo, substituindo nele seu ideal de Eu” (1921, p. 81).

Mas, como o lugar onipotente era transmitido apenas ao jovem mais forte, aqueles não tão afortunados, de um modo ou de outro, passaram a identificar-se entre si, o que possibilitou a reunião e o ato grupal. Provavelmente, ao longo das inúmeras sucessões de pais da horda, uma nova identificação foi sendo possibilitada por meio de pequenos vislumbres de que a agressividade trazia em seu interior um potencial para a cooperação.

Na fase posterior ao assassinato o espectro de identificações se ampliou. Algo da ordem da empatia permitiu que os machos se situassem em diferentes posições grupais, o que já delimitava uma introdução ao simbólico. Puderam saber, além da impossibilidade de ocupar o lugar do pai morto, localizar no outro aquilo que eles mesmos carregavam: impossibilidade de onipotência, pelo receio de reviver o final trágico do pai, e a renúncia à submissão do outro.

O reconhecimento do pai pode ser considerado um progresso nesse sentido. Conforme indica Melman (2003), Freud, em *Moisés e o monoteísmo* (1939), estabelece a passagem do reconhecimento da mãe para o reconhecimento do pai como um progresso, pois há uma mudança da evidência para a crença.

Melman (2003) comenta que o matriarcado estaria fundado na evidência e na positividade, e deste modo, estaria ligado ao natural (animal) como presente no campo da realidade, “sem nenhum mistério, mas em seu próprio poder, sua própria autoridade” (p. 79).

O autor aponta que no matriarcado “Mãe e filho são suficientes, então, para assegurar a continuidade de uma cadeia de gerações que, assim, tem a vantagem, vemos bem, de ser sem mistério” (2003, p. 79).

Assim, nesta lógica, o pai está presente apenas como acessório, pois o que é necessário ao filhote está encarnado na mãe, ela é o próprio falo⁴. Portanto, tais seres estão inseridos no campo do imaginário.

É com a introdução do pai enquanto intermediador da simples natureza

⁴ Neste ponto se antecipa a introdução de aspectos trabalhados por Lacan, pois esta antecipação é importante para enfatizar a diferença que a introdução do pai realiza em termos de constituição subjetiva e das relações entre pequenos semelhantes.

animal da mãe com o filho que se sustenta o mistério: a ordem simbólica. Pois o lugar do pai, impossível de ser novamente retomado após o assassinato na horda, desloca radicalmente a instância fálica (MELMAN, 2003). Assim, o autor comenta que no patriarcado *“ela (a instância fálica) não é mais parte prenante do campo da realidade. O pai se tornou não mais a encarnação, mas o representante dessa instância”* (2003, p. 80)

É nesse sentido que o semelhante advém como parceiro para sustentar essa ordem patriarcal, isto é: onde a natureza animal tem de ceder à impossibilidade, torna-se simbólica. Freud também cita o semelhante enquanto *auxiliar ou adversário*, (cooperação e agressividade). A violência que marcou o ato coletivo é o que possibilitou criar uma estrutura social e mantê-la. Estrutura alavancada pela identificação e pela cooperação, onde a agressividade se torna um intermediador social.

Essas características – a identificação, a cooperação e a agressividade –, perduraram por todo o desenvolvimento social, conforme Freud mostra em *Totem e Tabu*. Tomando o assassinato do pai para trabalhar as questões relativas aos semelhantes, temos que, antes do ato mítico, o que predominava era o ódio compartilhado e o desejo de matar. Logo após o assassinato, a situação que se seguiu foi, de certo, desconcertante: os irmãos, agora com as mãos manchadas de sangue, enfrentam a culpabilidade e o arrependimento (TEIXEIRA, 2002).

“Por muito tempo depois, os sentimentos sociais, que constituíram a base de toda a transformação, continuaram a exercer uma profunda influência no desenvolvimento da sociedade. Encontraram expressão na santificação do laço de sangue e na ênfase dada à solidariedade por toda a vida dentro do mesmo clã. Garantindo assim a vida uns dos outros, os irmãos estavam declarando que nenhum deles devia ser tratado por outro como o pai fora tratado por todos em conjunto” (FREUD, 1913, p. 149).

É em relação ao assassinato do pai que Freud vai articular uma série de pressupostos sobre a convivência dos semelhantes. Assim, a organização social estava marcada por essa questão. A autoria do assassinato estava diluída no grupo, mas a continuidade após a morte do pai não poderia se dar num simples “lavar as mãos”, apagar as marcas do confronto com o interdito onipotente. A saída que os filhos tiveram foi dar um passo à frente com os demais participantes e *tornarem-se*

irmãos. Freud, ao se lançar em seu empreendimento de investigação forense, interroga os filhos sobre o porquê deste novo laço fraterno, marcado pelo horror ao incesto e a ambiguidade emocional.

Percebe-se que o fundador da psicanálise interpreta o laço fraterno e descobre que as marcas de sangue ocultas pelo tempo ainda se fazem presentes, impregnadas no sacrifício necessário para se estabelecer uma ordem social: o sacrifício de abandonar o desejo onipotente de ter todas as mulheres do clã e manter a figura metafórica do pai primevo como intermediador do gozo e da onipotência.

É de se notar que a criatividade dos irmãos ainda era restrita aos primórdios da simbolização. Logo, a ideia mais óbvia para uma manutenção e restabelecimento de algum tipo de ordem não poderia ser muito diferente daquilo que já conheciam os irmãos: manter a figura do pai morto marcando seu infortúnio, como ameaça sempre presente, e abandonar aquilo que fora causa de sua “desgraça”: a não consideração pelos demais machos e o todo-poder no usufruto do grupo e das mulheres. “*O pai morto tornou-se mais forte do que o fora quando vivo*” (FREUD, 1913, p. 147).

O pai primevo, que antes marcava o interdito pela sua real existência, foi a inspiração dos filhos para o instauração do acordo social. Neste percurso investigativo, seguindo a sua análise do totemismo, Freud concilia a gênese do social com o desenvolvimento de seus constructos teóricos acerca do sujeito:

“Anularam o próprio ato proibindo a morte do totem, o substituto do pai; e renunciaram aos seus frutos abrindo mão da reivindicação às mulheres, que agora tinham sido libertadas. Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo que, por essa própria razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo. Quem quer que infringisse esses tabus tornava-se culpado dos dois únicos crimes pelos quais a sociedade primitiva se interessava” (1913, p. 147).

Deste modo, vemos que é a referência ao Pai que possibilita o ato fraterno que resulta na instauração da ordem social. Daí, Freud elabora um desenvolvimento social que segue essa lógica:

“À proibição, baseada na religião contra a morte do totem juntou-se então a proibição socialmente fundamentada contra o fratricídio. Foi

somente muito depois que a proibição deixou de limitar-se aos membros do clã e assumiu a forma simples: "Não matarás!" A horda patriarcal foi substituída em primeira instância pela horda fraterna, cuja existência era assegurada pelo laço consanguíneo. A sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum" (1913, p. 150).

Em seu resgate histórico Freud analisa essa evolução dos laços humanos, do fraterno ao parentesco, chegando à vida familiar. Em algumas regiões da Ásia, ainda na época de Freud, o parentesco implicava a participação numa substância comum que deve ser constantemente renovada. Não basta apenas nascer de uma mesma mãe e partilhar de seu corpo e leite, o laço deve ser frequentemente renovado no ato de comer e beber juntos (FREUD, 1913). O parentesco seria mais antigo que a vida familiar. Vemos, por exemplo, que é o ato grupal do clã totêmico o que garante a identidade do sujeito:

"Nos tempos mais remotos, o próprio animal sacrificado fora sagrado e sua vida intocável; só podia ser morto se todos os membros do clã participassem da morte e partilhassem da culpa na presença do deus, de maneira que a substância sagrada pudesse ser produzida e consumida pelos membros do clã, garantindo assim sua identidade uns com os outros e com a divindade" (FREUD, 1913, p. 142).

O totem é a lembrança viva do pai, que dialoga com o tabu. A ressurgência do tabu marca o sintoma da ambivalência e um acordo entre dois impulsos conflitantes (FREUD, 1913). É o tabu que reinaugura em cada intervenção o pacto de cooperação e não agressividade do social, marcado pela identificação. O que podemos constatar nesta obra freudiana é que a identificação, a cooperação e a agressividade propiciam uma articulação entre os sujeitos que, reverenciando o Pai, fundam o laço fraterno. A fraternidade, nesse sentido, inaugura uma aliança social que é o articulador que dá sustentação e organização às relações sociais.

Conforme explica Freud, *"A horda patriarcal foi substituída, em primeira instância, pela horda fraterna"*: houve uma transição – com ênfase para o semelhante. A esta questão, aponta-se um comentário de Renné Kaes:

"A partir de Totem e Tabu, o interesse de Freud pela questão da proibição entre irmãos e irmãs estabelece um segundo eixo de pesquisa: ele articula a organização dos laços fraternos e das relações do grupo dos irmãos com a organização das relações sociais. O tema da

horda dos irmãos, da aliança dos irmãos, do clã dos irmãos ligará de uma maneira eficaz a problemática edipiana, a superação da inveja e da ambição na identificação ao semelhante, e a formação da comunidade de direito” (2011, p. 29).

Na articulação social faz-se necessária uma mudança de postura na relação entre os sujeitos, que passam a interagir da posição de filhos de um pai para a posição de irmãos, marcados pelo ato grupal que os identifica e os une. É a lembrança do pai que sustenta e referencia à lei, e sobre este fundamento ela é introduzida e perpetuada pelos irmãos.

Os temas da identificação, da cooperação e da agressividade surgem de modo mais claro nesses dois textos freudianos, *Totem e Tabu* (1913) e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). No entanto, o autor abordou essas questões de outros pontos de vista em diversos outros textos. Assim, serão ainda examinados os textos *O inquietante* (1919), *O futuro de uma ilusão* (1927), *O mal-estar na civilização* (1930), *Luto e Melancolia* (1917 [1915]), *O Eu e id* (1923) e em *Introdução ao Narcisismo* (1914), nos quais estas questões são abordadas, porém, a partir de outras noções à exemplo do “inquietante”, da “formação reativa”, do “desamparo” e do “ideal do Eu”.

2. ABORDAGENS SOBRE O SEMELHANTE NA OBRA DE FREUD.

Em *O inquietante* (1919), Freud está trabalhando uma problemática do semelhante nas experiências *Unheimlich*, as quais o autor atribui “ao que é terrível, ao que desperta angústia e horror” (p. 329). Freud realiza uma metódica exploração quanto ao sentido de *Unheimlich*, buscando encontrar tanto as origens e evoluções da palavra quanto analisar o mecanismo do que seria o *Unheimlich*. Nestas pesquisas, Freud encontra que o *Heimlich* é um termo que vai se desenvolvendo em direção a uma ambivalência, até encontrar seu contrário, o *Unheimlich*, que seria também, de certo modo, seu *Heimlich* (p. 340).

A interpretação que Freud dá para os fenômenos *Unheimlich* está ligada ao ressurgimento do que fora muito próximo e familiar, mas recalcado, e que ao retornar

nas diversas experiências, provoca o *inquietante* (1919). Sendo que em várias passagens essa experiência inquietante estaria ligada ao semelhante, seja na forma de um duplo ou do sósia.

Freud diz que “o duplo foi originalmente uma garantia contra o desaparecimento do Eu” (1919, p. 353), sobre o que, a princípio, Freud concorda com Rank de que estaria ligado à alma imortal, à primeira negação da morte. Porém, o duplo é citado também como aquele semelhante que participaria da identificação nas questões relativas ao pai, numa análise muito similar ao *Totem e Tabu*. Em sua citação de Gotthelf, vemos a seguinte demarcação: “Sch. 127, 148; Eis o que é verdadeiramente *Heimlich*, quando o homem sente no próprio coração como é pequenino, e como é grande o Senhor” (FREUD, 1919, p. 335).

O duplo e o sósia teriam sua importância devido à sua aparência igual, o que facilitaria os processos de identificação. Freud também enfatiza a gênese da experiência do inquietante nos primórdios da constituição subjetiva. Ele diz que:

“Essas concepções surgiram no terreno do ilimitado amor a si próprio, do narcisismo primário, que domina tanto a vida psíquica da criança como a do homem primitivo e, com a superação dessa fase, o duplo tem seu sinal invertido: de garantia de sobrevivência passa a inquietante mensageiro da morte” (1919, p. 352).

E relaciona essa experiência inquietante inclusive à formação de uma instância responsável pela vigia do Eu, de auto-observação e autocrítica. Nas fases posteriores da libido o duplo pode ressurgir, e assim Freud afirmava que:

“No Eu forma-se lentamente uma instância especial, que pode contrapor-se ao resto do Eu, que serve à auto-observação e à autocrítica, que faz o trabalho da censura psíquica e torna-se familiar à nossa consciência [estado de consciência] como consciência [consciência moral]. No caso patológico do delírio de estar sendo observado, ela torna-se isolada, dissociada do Eu, discernível para o médico” (1919, p. 352).

Assim, Freud atribuía ao duplo um recuo a períodos iniciais da formação do sentimento do Eu, onde não havia uma nítida delimitação do Eu contra o mundo externo e contra os outros. Este seria um ponto fundamental do inquietante, ou seja, um período onde o outro, semelhante, fora tão próximo ao ponto de ser confundido

com o próprio Eu, mas que agora retorna com angústia, pois está recalçado. Freud relaciona esse recalçado a um “caráter demoníaco” que estaria ligado às “tendências do bebê”, e pondera que *“As considerações anteriores nos levam a crer que será percebido como inquietante aquilo que pode lembrar essa compulsão de repetição anterior”* (1919, p. 356).

O artigo “O inquietante” (1919) foi publicado no mesmo ano em que Freud terminava *Além do princípio do prazer* (1920), ambos os textos orbitando em torno das compulsões à repetição. Freud dá grande ênfase aos estudos de Fechner em fisiologia sobre a tendência à estabilidade, a qual relacionou às sensações de prazer-desprazer. Daí, embasado na questão biológica, Freud atribui a tendência à repetição a uma pulsão distinta que sobrepuja o princípio do prazer.

Então, numa possível leitura, o *Unheimlich* seria a representação daquele semelhante que, ao surgir na vida do sujeito, o remete à tendência à repetição: claramente, remete o sujeito à pulsão de morte. Contudo, este mesmo semelhante é aquele que dá *“garantias contra o desaparecimento do Eu”*.

Aqui é importante fazer uma observação, pois este tema se aproxima muito ao que Lacan (1938) trabalhou sobre o pequeno semelhante em sua teoria, no complexo do intruso, pois o intruso que Lacan aborda é trabalhado com estas mesmas características: remete a pulsão de morte e dá garantias contra o desaparecimento do eu. Este tema será trabalhado em detalhes no capítulo II.

Em *O futuro de uma ilusão* (1927) Freud aborda a questão do social sob a ótica do desamparo. Os seres humanos, em constante ameaça sob as forças da natureza, uniram-se e criaram a cultura. *“A tarefa capital da cultura, sua verdadeira razão de ser, é nos defender contra a natureza”* (FREUD, 1927, p. 54).

A cultura, portanto, possibilita a convivência entre os humanos na medida em que oferece uma segurança ao desamparo frente à natureza e a tudo aquilo que foge ao controle humano, como, por exemplo, a morte.

O fundador da psicanálise trabalha a ideia de que tal desamparo, apresentado em *O futuro de uma ilusão* (1927) é análogo à questão do Pai em *Totem e Tabu* (1913):

“Assim. o motivo do anseio pelo pai é idêntico à necessidade de

proteção contra as consequências da impotência humana; a defesa contra o desamparo infantil empresta seus traços característicos à reação contra o desamparo, que o adulto é forçado a reconhecer” (FREUD, 1913, p. 72).

Porém, tanto nesta consideração acima quanto no *Nebenmensch* do *Projeto de uma psicologia científica* (1895), Freud parece estar enfatizando uma ordem anterior ao patriarcado. Na citação acima ele se refere a um desamparo que fora suprido por um grande semelhante, neste caso o pai. Mas o *Nebenmensch* já aponta um adulto experiente, que auxilia o *infans* em seu desamparo e contribui para suas experiências de satisfação. Ou seja, aquele que acolhe o sujeito em primeira instância, portanto, a mãe. O matriarcado seria uma ordem anterior relativa ao pequeno semelhante, conforme será discutido nos próximos capítulos⁵.

Numa leitura da obra freudiana Ceccarelli (2009) comenta que o laço social, criação de Eros, pode ser entendido como uma das soluções do ser humano frente ao desamparo. Propõe que esta solução seja entendida como uma ilusão no sentido freudiano do termo, ou seja, uma crença motivada pela realização de um desejo. Tal ilusão seria fruto de um dos mais fortes desejos da humanidade: a necessidade de proteção através do amor. O autor considera que o ser humano, invariavelmente, recorreu a expedientes internos e/ou externos para lidar com o desamparo constitucional, o período em que o bebê está *“em condições de desamparo e dependência”* (CECCARELLI, 2009).

Ceccarelli (2009) aponta o que o ser humano parte de uma dependência física da satisfação das necessidades, vitais para que o bebê sobreviva, para a dependência psíquica dos afetos: reconhecimento, amor, palavra, linguagem, etc. (2009). Neste sentido, a dependência psíquica se expressa nas diversas formas discursivas que oferecem a ilusão de ser confortado e acolhido. O autor considera que *“frente à angústia, buscamos alento no mundo interno ou nas construções imaginárias simbólicas: os laços sociais que o mundo externo nos oferece fazem parte destas construções”* (CECCARELLI, 2009, p.35).

⁵ No Capítulo III será apresentada uma consideração de Winnicott sobre grupos enviesados pela cobertura materna e pela integração dos membros em períodos anteriores ao complexo de Édipo.

Em *O mal-estar na civilização* (1930) Freud analisa os laços sociais que permeiam a civilização, considerando que há um mal-estar inerente no convívio humano. Tal mal-estar estaria localizado no interjogo do plano de felicidade do indivíduo, imposto pelo princípio de prazer, com a segurança oferecida pela sociedade, que delimita o princípio de prazer.

Nesse texto Freud demarca com clareza a questão das relações com os semelhantes, fundadas e mantidas pela cooperação e pela agressividade. O homem primitivo, diante das impiedosas forças da natureza e da fragilidade de seu corpo, teria encontrado no trabalho e no semelhante a oportunidade de mudar “sua sorte na Terra”.

*“(...) não podia lhe ser indiferente o fato de alguém trabalhar com ele ou contra ele. O outro indivíduo adquiriu a seus olhos o valor de um **colaborador, com o qual era útil viver**. Ainda antes, em sua pré-história antropóide, ele havia adotado o hábito de construir famílias; os membros da família foram provavelmente os seus primeiros **ajudantes**”* (FREUD, 1930, p. 61. Grifos nossos).

Assim, em *O mal-estar na civilização* Freud reafirma aquilo que fora indicado em *Totem e Tabu* (1913), que a “*vitória sobre o pai ensina ao bando de filhos que uma associação pode ser mais forte que o indivíduo*” (1930, p. 62). Se a civilização trouxe um aporte seguro frente aos poderes da natureza e a fragilidade do corpo humano, também trouxe um impasse frente às satisfações individuais. Assim, o autor trabalha a ideia de que “*a civilização é construída sobre a renúncia instintual*” (1930, p. 61). Portanto, as relações humanas estão marcadas por uma hostilidade primária que permanentemente ameaça a sociedade de desintegração.

Em busca das satisfações pulsionais, o homem busca exercer frequentemente o seu “plano de felicidade”. Neste caminho, fará uso da agressividade que fora seu instrumento eficaz já no primeiro ato coletivo de desbancar o Pai. Assim, considera:

*“Cada um de nós vive o momento em que deixa de lado, como ilusões, as esperanças que na juventude depositara nos semelhantes, e aprende o quanto a vida pode ser dificultada e atormentada por sua malevolência. Ao mesmo tempo, seria injusto acusar a civilização de pretender excluir da atividade **a luta e a disputa**. Estas são imprescindíveis, não há dúvida; mas **oposição não significa***

necessariamente inimizade, é apenas utilizada como ocasião para ela” (FREUD, 1930, p. 79. Grifos nossos).

Para além da questão da destrutividade, a agressividade é o que permite ao sujeito alavancar seus desejos junto ao social. A “disputa amigável”, como sugere Freud, “não significa necessariamente inimizade”, é justamente com esta agressividade que o sujeito vai engendrar suas questões pulsionais por “polias” sociais, as quais transformarão as energias “brutas” em “sociais”.

Assim, Freud põe em evidência os modos que a cultura utiliza para controlar a agressividade destrutiva. Segundo ele:

“A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como consciência, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. A tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa, que se manifesta como necessidade de punição” (1930, p. 92).

Portanto, aqui, Freud está falando da agressividade que surge no Eu, mas, não podendo se manifestar, retorna a este como consciência de culpa.

É em *O mal-estar da civilização* que Freud estabelece um verdadeiro embate da agressividade com a cooperação, onde o jogo social se dá em torno das renúncias pulsionais nas quais o sujeito precisa liberar um quê de felicidade em troca de segurança, uma relação tensa à qual Freud considerou a maior fonte de sofrimento humano (1930).

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) Freud irá aprofundar sua análise da identificação e seu papel na formação das massas e do laço entre semelhantes. Nesta nova investigação sobre o papel da identificação na relação com os outros, retoma o mecanismo estabelecendo-o: *“A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo”* (FREUD, 1921, p. 54).

Nesse artigo, o fundador da psicanálise expõe a importância do líder e do ideal nas formações sociais. Utilizando os exemplos das formações coletivas, da

Igreja e do exército, Freud trabalha a noção de ideal enquanto o vir a ser, representado na figura do líder, que torna o grupo coeso e que abre uma perspectiva futura em diálogo com a alteridade.

Outros autores que estudam grupos terapêuticos, como Vitta e Ribeiro (2007), encontram na leitura freudiana de *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) a importância da identificação e da idealização pelo líder na determinação da coesão grupal. Elas consideram que “*A massa seria, assim, um produto específico de uma identificação a um único e mesmo objeto*” (VITTA; RIBEIRO, 2007, p. 654). Portanto, no texto de 1921 Freud está trabalhando a identificação onde um determinado número dos componentes do “grupo primário” colocam um só e o mesmo objeto no lugar do ideal do Eu, e a partir daí identificam-se uns com os outros. Partem da identificação vertical para a horizontal. Segundo as comentadoras (2007), a exterioridade do objeto (o líder) seria, para Freud, o que determina a coesão do grupo, marcada numa dimensão imaginária, isto é, que responde à ilusão de completude perdida que determina a busca de um ideal (p. 654).

As autoras compararam grupos monossintomáticos (grupos de bulímicos, anoréxicos, alcoólicos, entre outros) com grupos de psicóticos atendidos por elas, e observaram que nestes últimos não houve essa “reciprocidade imaginária”, da formação grupal pela identificação e pela idealização (2007). Portanto, o grupo de psicóticos marcaria uma peculiaridade que não é delimitada pela formação de identificações, o que realça a importância de se pensar em determinadas atribuições adquiridas antes da aquisição da capacidade para formações grupais, portanto para os relacionamentos sociais.

A característica do grupo de psicóticos era a ameaça de desintegração, tendo de haver uma constante afirmação do terapeuta sobre a continuidade do espaço. Ao sujeito psicótico não foi possibilitado o acesso às identificações simbólicas, por isso não se pode pensar num ideal do Eu em torno do qual se articulam os grupos.

“A direção do tratamento em grupos de psicóticos passaria, então, pela produção de identificações imaginárias, pela produção de laços identificatórios comuns capazes de produzir uma nomeação ao sujeito e, por isso, uma certa inscrição na organização social que acontece à sua volta” (VITTA; RIBEIRO, 2007, p. 658).

Isso demarca claramente a importância da identificação no encontro com os semelhantes. Identificação já pautada numa lógica edípica que situa o sujeito numa posição em relação ao igual (imaginário) e em relação ao diferente (simbólico).

Freud, ao analisar as identificações com os pares edípicos da criança, o pai e a mãe, trabalha a ideia do pai como o primeiro modelo a ser seguido e ao mesmo tempo, o primeiro obstáculo a ser sentido na interdição da relação amorosa com a mãe, o objeto primordial. Neste sentido, ele considera:

“Primeiro – a identificação é a forma mais primitiva de ligação afetiva a um objeto; – segundo –, seguindo uma direção regressiva, converte-se em substituição de uma ligação libidínica a um objeto, como por introjeção do objeto no Eu; – terceiro –, pode surgir em todos os casos em que o sujeito descobre em si um traço comum com outra pessoa que não é objeto de sua pulsão sexual” (FREUD, 1921, p. 56).

Aqui, evidencia-se uma complexização dos encontros com os semelhantes. Diferentemente de *O mal-estar na civilização* (1930), onde a restrição à agressividade era permeada pelo Super-eu na forma de culpa, aqui a restrição é consequência da identificação, que também abre caminho para a proteção e a cooperação. No mesmo artigo Freud considera que:

“O egoísmo só encontra limite no amor aos outros, no amor a objetos (...) Assim sendo, quando observamos que na massa surgem restrições do egoísmo narcisista, inexistentes fora dela, deveremos considerar tal fato como a prova de que a essência da formação coletiva se baseia no estabelecimento de novos laços libidínicos entre seus membros” (1921, p. 50-51).

Logo, a essência do social é permeada pela identificação que restringe o egoísmo. Mais além, é o laço entre os irmãos que introduz a possibilidade do amor, de Eros. Se as leis asseguram a impossibilidade do todo poder do outro, isto é, agem a partir da restrição e da punição, por outro lado, a identificação abre caminho para a convivência social, onde é possível o amor.

As observações de Freud em torno do lugar do irmão na vida das crianças e das identificações que se dão entre eles podem nos fornecer algumas bases para a discussão que se seguirá, neste trabalho, a respeito do pequeno semelhante. A passagem acima destacada demarca uma nova possibilidade de os irmãos

interagirem. Freud usa o recurso da formação reativa para ilustrar essa aquisição. Segundo ele, no âmbito familiar, com o nascimento de um irmão mais novo, o primogênito reage com inveja e ciúme à intrusão do novo membro familiar. Mas ao perceber a impossibilidade de gozar da exclusividade do amor dos pais, une-se ao irmão numa busca por justiça e igualdade no amor.

“O primeiro filho sumprimiria ciumentamente o segundo, afastando-o dos pais e despojando-o de todos seus direitos, mas, ante o fato positivo de que também este irmãozinho – assim como os posteriores – é igualmente amado pelos pais, e pelo fato de não poder continuar a manter sem prejuízo próprio uma atitude hostil, o pequeno sujeito vê-se obrigado a se identificar com as outras crianças, formando-se então, no grupo infantil, um sentimento coletivo ou de comunidade, que mais tarde, na escola, sofre um desenvolvimento ulterior. A primeira formação reacional é a de justiça e tratamento igual para todos (...) já que o próprio sujeito não pode ser o preferido, pelo menos que não seja ninguém” (FREUD, 1921, p. 72).

Neste sentido, Kupfer, Voltolini e Pinto (2010) apontam a importância dos irmãos ou do encontro entre crianças na constituição subjetiva enfatizando “o que uma criança poderia fazer por outra em grupos terapêuticos de crianças”. Os autores trabalham o sentimento coletivo na leitura freudiana por meio da formação reativa, do ciúme da criança em relação à outra criança colocada por ela como semelhante rival. A criança, ao se deparar com a impossibilidade de eliminar o irmão e obter o exclusivo amor dos pais, pactua sua incapacidade no coletivo: “Se eu não posso, ninguém mais pode”. É a identificação com a criança rival que abre caminho ao sentimento coletivo.

“Porque a identificação que aí se constrói é a de semelhantes que precisam irmanar-se, digamos assim, no que lhes falta. Ali todos se solidarizam porque não têm. A identificação se baseia assim na marca de uma ausência, o que produz a possibilidade de sustentar a angústia. A agressividade nos grupos não deixará de existir, mas estará reprimida, ressurgindo vez ou outra para ser novamente submetida ao pacto de não agressão, firmado simbolicamente entre os integrantes da fratria humana” (KUPFER; VOLTOLINI; PINTO, 2010, p. 98).

Portanto, estas considerações sobre a formação reativa incidindo nos semelhantes justificam que há, já no convívio destes, os elementos que Freud descreveu sobre os “grandes” semelhantes, isto é, a identificação, a agressividade e a cooperação.

Também marca uma especificidade do encontro entre crianças, pois, em relação ao *Totem e Tabu*, esta análise enfatiza um fator: o ciúme, a inveja primitiva. Explica também a passagem da agressividade para a cooperação em termos de formação reativa. Este mecanismo introduz o sentimento social na transformação de um sentimento hostil em socialmente positivo de justiça, e estabelece uma barragem da agressividade pelo ideal de Eu (FREUD, 1921, p. 74).

É neste sentido que René Kaes (2011) inicia seus questionamentos acerca do laço fraterno como tendo características únicas e diferenciais do complexo de Édipo. Segundo ele: *“A saída da rivalidade pela inversão do ódio em aliança dos irmãos contra o pai qualifica a força do ser-juntos, que será buscada em todo o grupo, conforme o modelo da fraternidade”* (p. 29).

Numa outra abordagem da identificação em Freud, em *“Luto e Melancolia”* (1917 [1915]), vemos que o conceito é trabalhado como:

“[...] estágio preliminar da escolha de objeto, e o primeiro modo ambivalente em sua expressão, como o Eu destaca um objeto. Ele gostaria de incorporar este objeto, e isso, conforme a fase oral ou canibal do desenvolvimento da libido, por meio da devoração” (1917 [1915], p. 182)

O autor, ao analisar o mecanismo da melancolia, trata da capacidade do Eu de se identificar com o objeto perdido, havendo uma substituição do amor objetal pela identificação. Tal mecanismo marca a estrutura narcísica. É isto que a melancolia indica: um tipo de escolha objetal narcísica.

Em *O Eu e id* (1923) e em *Introdução ao Narcisismo* (1914) o conceito de identificação é ampliado. A identificação não se restringe somente à perda do objeto, mas surgiria também quando o Id quisesse se desligar de um objeto. A identificação seria uma forma de o Eu atrair para si o “amor” do Id, assumindo características presentes nos objetos com os quais o Id possui ligações libidinais. Assim, o Eu demonstra que também pode ser alvo destas ligações.

“A identificação é uma etapa preliminar da escolha objetal, que é a primeira forma – e uma forma expressa de maneira ambivalente – pela qual o eu escolhe um objeto. O Eu deseja incorporar a si esse objeto e, em conformidade com a fase oral ou canibalista do desenvolvimento libidinal em que se acha, deseja fazer isso devorando-o” (FREUD, 1914, p. 255).

Freud vai considerar que o sentimento social, junto à religião e à moral, foram inicialmente uma coisa só, e que passaram a ser considerados como os conteúdos do que é mais elevado no ser humano (deixando de lado a ciência e arte), sendo os dois últimos (religião e moral) uma formação substitutiva do anseio pelo pai (1923). Já os sentimentos sociais estariam relacionados ao dever de superar a rivalidade entre os membros da nova geração (1923).

Freud observa que:

“Ainda hoje os sentimentos sociais nascem no indivíduo como uma superestrutura sobre os impulsos de ciúme e rivalidade contra os irmãos. Como a hostilidade não pode ser satisfeita, ocorre uma identificação com o inimigo inicial (...) essa identificação é substituto para uma escolha objetal terna, que tomou o lugar da postura agressiva hostil” (1923, p. 47).

Fala, portanto, novamente do sentimento social enquanto uma formação reativa na disputa com os irmãos pelo amor dos pais. Em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), Freud explora o desenvolvimento do auto-erotismo, as catexias narcísicas e objetais. O autor vai considerar que:

“Posso ressaltar que estamos destinando a supor que uma unidade comparável ao Eu não pode existir no indivíduo desde o começo; o Eu tem que ser desenvolvido. As pulsões auto-eróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo” (1914, p. 84).

Observa-se, portanto, a influência exercida pela identificação no processo de formação dos laços sociais. Desde o auto-erotismo à escolha de objeto, é a identificação que permite uma “nova ação psíquica” que, em processo com outros, inicia o desenvolvimento do Eu.

Uma vez em andamento, a constituição do Eu dialoga constantemente com o social, os demais pequenos semelhantes. A identificação é o fio condutor com o qual Freud articula sua tese do fenômeno das massas. O autor alude também ao complexo de Édipo e à libido, formando uma rede conceitual com a qual explora e aborda as passagens tortuosas do “labirinto” social.

Nessa construção percebe-se a evolução na relação do Eu com os outros permeada pela identificação. Por meio deste processo encontramos as delimitações da agressividade e a abertura ao Eros, que se dá na instauração do Ideal do Eu.

Freud introduz novas noções para abordar a capacidade do sujeito em realizar a auto-observação, a consciência moral, a censura onírica e a regressão. Freud hipotetiza este novo constructo teórico com o qual o Eu pode entrar em conflito ou criar um horizonte de busca, a instância que remete o sujeito àquilo que ele gostaria de ser, o ideal do Eu. Numa nota de rodapé ele esclarece:

“Partindo da identificação e através da imitação, chegamos à projeção simpática, isto é, à compreensão do mecanismo que nos permite adotar, em geral, determinada atitude em relação a outras vidas psíquicas. Há também ainda muito assunto a esclarecer nas manifestações de uma identificação já realizada. Entre outras consequências, essa identificação apresenta a de restringir a agressão contra a pessoa com a qual o sujeito se identificou, protegendo-a e a auxiliando” (1921, p. 59).

Aqui, o autor já conceitualiza aquilo que restringe a agressão, que inaugura o primordial social, e também o subjetivo, por meio do processo de identificação como a primeira relação afetiva e da capacidade de julgar o próprio Eu.

Em *Introdução ao narcisismo* (1914) Freud trabalha a ideia do bebê enquanto continuação narcísica dos pais, representação da imortalidade do Eu dos pais, sendo atribuída a ele toda a perfeição, sem espaço para defeitos e dificuldades. O bebê é apresentado como *His majesty the Baby*, onde ele corresponde ao exato lugar de perfeição, Eu ideal, sendo esta fase caracterizada pelo delírio de grandeza do bebê, seu ideal de onipotência. É neste período, onde todas as atenções são dirigidas ao bebê, que é formado o Eu ideal.

A *“Sua majestade o bebê”* (FREUD, 1914) é o momento em que o bebê se considera como o “tudo” para a mãe. Uma imagem do que o Eu gostaria de ser a todo o momento. Não há uma diferenciação entre ele e o mundo. Quando o bebê tem fome ele chora e consegue comida, quando ele tem frio chora e é aquecido, e assim o bebê tem a ilusão de que é ele quem satisfaz suas necessidades. Tudo funciona em função do desejo e do prazer do bebê.

À medida que o contato com a experiência proporciona vivências suportáveis e graduais de frustração, este embate entre a demanda interna e a realidade externa

- que coloca em questão a onipotência do bebê - vai, pouco a pouco, contribuindo para delimitar um Eu. Essa estrutura vai sendo forjada aos poucos, quando o sujeito tem vislumbres de percepção da existência de uma realidade maior que ele. Mais tarde, quando estas experiências são processadas, o sujeito tem a oportunidade de perceber uma realidade separada de seus desejos. Consequentemente, aquele estado de onipotência - onde este era uma majestade - passa a ser lembrado e desejado nostalgicamente. O sujeito passa a imaginar e desejar ser novamente o que era, ou seja, ele formula um ideal de Eu.

Freud aponta que:

*“Dissemos que a **repressão** vem do Eu; podemos precisar: vem do auto-respeito do Eu. As mesmas impressões, vivências, impulsos, desejos que uma pessoa tolera ou ao menos elabora conscientemente são rejeitados por outra com indignação (...). Podemos dizer que erigiu um ideal dentro de si, pelo qual mede o seu Eu atual, enquanto à outra falta essa formação ideal. Para o Eu, a formação do ideal seria a condição para a repressão”* (1914, p. 39. Grifos nossos).

Portanto, o ideal do Eu cumpre uma função de repressão. A formação desta instância idealizadora eleva o nível de exigências do Eu e favorece esta repressão. Freud, porém, trabalha um outro mecanismo onde seria possível se oferecer uma saída para cumprir essas mesmas exigências sem envolver a repressão: o mecanismo da sublimação (FREUD, 1914, p. 113).

Laplanche e Pontalis apontam que a sublimação é:

“Processo [...] para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade artística e a investigação intelectual. Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo objetivo não sexual, e em que visa objetos socialmente valorizados” (2001, p. 495).

Porém, Freud relaciona a sublimação a poucos indivíduos. Esta seria uma capacidade possível principalmente para alguns intelectuais e artistas.

Ainda trabalhando o tema dos mecanismos das autocensuras, Freud (1914) elabora a noção de Narcisismo, sugerindo que pode haver “uma instância psíquica especial” cuja tarefa é vigiar o Eu e medi-lo a partir de determinados ideais. Em *Luto*

e *Melancolia* (1917 [1915]) considerou que essa instância era algo à parte do restante do Eu, e responsável por alguns estados patológicos do luto. Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) essa separação entre o Eu e a instância julgadora é tornada mais clara. No entanto, o autor enfatiza que não há mais distinção entre o Ideal do Eu e a instância responsável por sua realização. Sendo assim, foi como equivalente ao Ideal do Eu que o Super Eu surge pela primeira vez.

Costa (1988) faz uma análise do narcisismo em relação à identificação com ideais, considerando que estes últimos deveriam sempre apontar um futuro, um horizonte a ser descoberto. Costa (1998) realça que o narcisismo é uma instância que procura a síntese, busca uma imagem da totalidade do sujeito e estagna o vir a ser, afastando a diferença. Já o ideal do Eu, diferentemente do eu narcísico, configura uma imagem idealizada da constituição egóica, situa o sujeito num constante vir-a-ser idealizado e o insere numa perspectiva de futuro. Nesta perspectiva, Costa (1988) pondera que os semelhantes tem uma importante contribuição, já que estes proporcionariam uma vivência com a diferença, que propicia a alteridade na alternância de posições, e contribui na formação do Eu.

Em *O Eu e o Id* (1923) Freud estabelece as origens do Ideal do Eu em termos das identificações iniciais, aquelas que remetem ao “*pai da pré-história pessoal*” (1923, p. 34). Seria a primeira e mais significativa identificação do sujeito, responsável pelo modo como se darão as suas escolhas objetais.

Enriquez (2007) é categórico ao reafirmar o papel da identificação, ao indicar que o caminho da socialização da personalidade necessariamente passa pela identificação. Para o autor, “*identificar-se equivale a estabelecer um laço de referência com o pai, fato que confere ao sujeito, por sua vez, a capacidade de ser pai*” (2007, p. 28). Ele trabalha a ideia de dois tipos de identificação, a baseada no amor e a baseada no medo, sendo a primeira aquela que abre espaço à contestação, que permite a possibilidade de reconhecimento do poder como tal e a sua transmissibilidade. Já a identificação pelo medo levaria a uma fusão, um aniquilamento do ser na relação (2007).

Freud considera que o Ideal de Eu seria aquilo que o ser humano tem de mais elevado. É o herdeiro do complexo de Édipo, “*expressão dos mais poderosos impulsos e dos mais importantes destinos libidinais do Id*” (FREUD, 1923, p. 41). Assim, o fundador da psicanálise aponta que “*O que fez parte do que é mais*

profundo na vida psíquica de cada um se torna, através da formação do ideal, no que é mais elevado na alma humana, conforme nossa escala de valores” (1923, p. 41).

Em *O Eu e o Id* (1923) o autor enuncia em termos “sentimentos sociais” o laço social permeado pelas identificações com base no mesmo Ideal do Eu. Intercala a questão do sentimento de culpa e de humildade, das religiões e da consciência moral, como formações substitutas dos anseios pelo pai, ou seja, como derivados do Ideal do Eu. Assim, Freud afirma que os sentimentos sociais estariam embasados “*pela obrigação de superar a rivalidade restante entre os membros da nova geração*” (1923, p. 47).

Neste percurso temos a visão ampliada do desenvolvimento do Ideal do Eu: *His Majesty the Baby*: delírio de grandeza do bebê; *Eu ideal*: ideal narcisista da infância; *Ideal de Eu*: Eu ideal mais educação, juízos próprios. *Recalque*: parte da avaliação que o eu faz de si mesmo.

Finalizando, temos que as considerações freudianas introduzem a novidade do pai enquanto instância intermediadora que sustenta a lógica simbólica e a dinâmica do desejo. Ela regula as interações entre os semelhantes, que passam a responder ao outro semelhante enquanto alguém que reivindica seu espaço e ao mesmo tempo garante a posição do sujeito. Estes aspectos são encontrados ao longo de toda a obra freudiana, incidindo tanto em seus textos ditos sociais como nos clínicos. Vê-se que a metapsicologia, em parte, também é construída em torno dessa questão. Tanto no ideal do Eu quanto na identificação, no recalque, ou na formação reativa, o fenômeno que subjaz é o campo simbólico, marca que introduz a lógica do pai.

Capítulo II:

O Intruso e o Semelhante na Obra de Jacques Lacan.

Este capítulo aborda o percurso teórico que Lacan desenvolve sobre a participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva. Em relação a Freud, Lacan amplia a discussão sobre tal participação, e atribui ao pequeno semelhante uma função de intruso já nos primórdios da constituição da subjetividade, num período anterior ao complexo de Édipo freudiano.

Para tal, Lacan parte da proposta de complexos anteriores ao complexo de Édipo, os quais denominou de complexos familiares, sendo eles: o complexo do desmame e o complexo do intruso.

Lacan trabalha o pequeno semelhante apresentado primeiramente na figura do irmão que, por meio de uma intrusão, remete o sujeito a uma identificação na forma de rivalidade, donde se desdobrarão elementos constitutivos fundamentais e inaugurais das relações triangulares. Nesse percurso Lacan situa o sujeito numa encruzilhada estrutural, formada pelo complexo do desmame, do complexo do intruso e do estágio do espelho. Essas três operações desembocariam na formação do eu.

Numa perspectiva social e familiar contemporânea analisa-se a possibilidade de o fenômeno da intrusão estar associado a outros pequenos semelhantes que não o “irmão familiar”. Nessa análise conclui-se que outros pequenos semelhantes, não irmãos, ao ocuparem determinada posição em relação ao sujeito, participam como intrusos na constituição subjetiva.

Lacan trabalha o outro, pequeno semelhante, diretamente em sua teoria por meio do complexo do intruso, no qual ele afirma que o papel traumatizante do irmão, constituído por uma intrusão, seria o arquétipo dos sentimentos sociais (1938). Assim, Lacan é categórico ao apontar que: “*O Eu se constitui ao mesmo tempo que o outro no drama do ciúme*” (1938, p. 49).

O complexo da Intrusão é a noção que articula a importância do irmão na constituição psíquica do sujeito na teoria lacaniana. Lacan toma uma passagem de Santo Agostinho, o qual descreve uma cena de ciúme em bebês nas tenras idades. A partir desse exemplo ele elabora a noção de que a inveja e o ciúme estão presentes desde cedo no desenvolvimento. O irmão em questão vislumbra o irmão mais novo em deleite na amamentação. Ali, desarmado e entregue à espontaneidade das expressões, ele manifesta sua inveja deliberadamente, segundo a narrativa do autor (LACAN, 1948).

Lacan utiliza a figura do intruso no sentido da identificação pela rivalidade e pela alteridade. O intruso, ao ocupar um lugar de privilégio que antes pertencia exclusivamente ao sujeito, permite uma identificação e introduz o incômodo ao mostrar que o lugar que outrora fora privilégio do sujeito pode pertencer a outro, sendo, portanto, passível de disputa, de rivalidade. O psicanalista francês diz que o ciúme, nesse caso, não representa uma rivalidade vital, mas uma identificação mental. Identificação que remete o sujeito a uma imago anterior que ele vivenciou. Qual seria?

O complexo do intruso foi apresentado em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), sendo composto, além do complexo do intruso, de seu precedente, o complexo do desmame; e seu sucessor, o complexo de Édipo.

Lacan atribui ao complexo do desmame o estatuto de ser o primeiro complexo, portanto, aquele que influenciará todos os demais. No complexo do desmame há a formação de uma imago materna que fixa no psiquismo a relação da amamentação (1938). Deste modo, o desmame estaria nos primórdios dos sentimentos familiares. Justamente esta é a imago a qual o sujeito identifica no intruso, a cena da amamentação. Lacan escreve: *“A imagem do irmão não desmamado só desperta uma agressão especial por repetir no sujeito a imago da situação materna e, com ela, o desejo de morte. Esse fenômeno é secundário à identificação”* (1938, p. 46).

O desmame, na espécie humana, não é um fato dado ou elemento biológico, marcado pela simples necessidade de alimentação ou do que possa haver quanto à manutenção física corporal. A imensa variabilidade que se encontra no fenômeno da amamentação e seu abandono, o desmame, indica que eles são inteiramente dominados por fatores culturais. Há bebês que são amamentados por meio das mamadeiras, outros que mamam no seio, há aqueles amamentados pelas “mães de leite”, alguns permanecem até os 5 anos mamando, outros até os 2 anos, o pediatra poderia recomendar os 6 meses, e assim pode-se citar infinitos exemplos e variações do fenômeno. Portanto, vê-se que o fator cultural é predominante sobre a amamentação e o desmame.

Lacan aponta que:

“Referimo-nos aqui ao complexo mais primitivo do desenvolvimento

psíquico, aquele que se compõe com todos os complexos posteriores; ainda mais impressionante é vê-lo inteiramente dominado por fatores culturais, e assim, desde esse estágio primitivo, radicalmente diferente do instinto” (1938, p. 36).

Portanto, temos que o complexo do desmame está na composição de todos os demais complexos, ressaltando aqui o complexo do intruso. O intruso, neste ponto de vista, é primeiramente intruso referente à amamentação, o sentimento familiar mais arcaico. É neste ponto que Lacan vai dizer que o complexo da intrusão, especificamente, estabelece a forma arcaica da relação com o outro.

Nesse momento da construção de seu corpus teórico, precisamente nesses artigos para enciclopédia denominados *Os complexos familiares*, Lacan está dando grande ênfase à família enquanto lugar de formação do sujeito. O autor pontua que:

“A família prevalece na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, legitimamente chamada materna. Através disso, ela rege os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções segundo tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos (...) ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo funcionamento ultrapassa os limites da consciência” (1938, p. 31).

Assim, a família está ligada a um papel primordial na transmissão da cultura, ela é uma instituição que não se reduz a um fato biológico nem a um elemento teórico da sociedade (LACAN, 1938).

Desse modo, Robert Levy (2009) reforça a ideia de que Lacan atribui uma importância fundamental à família na constituição do sujeito do inconsciente. Isto devido à sua prematuridade constitucional no nascimento. O sujeito parte de uma dependência vital em relação ao grupo e principalmente, da nostalgia da mãe.

Esse sujeito, afirma Levy (2009), marcado por uma dependência inicial em relação à mãe, se aproxima em muito do que Winnicott defenderá sobre a importância do ambiente nos anos iniciais. O autor sustenta que:

“Para Lacan, ‘o apelo ao grupo’ é determinado por essa relação orgânica, que explica o apelo à regulação de uma função social que preenche a ‘insuficiência vital dos primeiros anos’; ele esclarece, no entanto, que o desafio para a estruturação do sujeito e para sua entrada na cultura permanece vital. Por essa razão, (...) Lacan elevará o

complexo do desmame à dignidade de uma constante da espécie humana” (Levy, 2009, p. 23).

O complexo do desmame por meio da nostalgia da mãe, nessa análise, estaria no ponto de sustentação social da institucionalização do sujeito na família e também, conforme sustenta Levy (2009), motivaria uma socialização no sentido mais amplo, ao motivar produções simbólicas humanas e a instauração de ideais sociopolíticos dos grupos.

Lacan apresenta o complexo da seguinte maneira: *“O complexo do desmame fixa no psiquismo a relação da amamentação, sob a forma parasitária exigida pelas necessidades da idade mais tenra do homem; ela representa a forma primordial da imago materna” (1938, p. 36).*

Um complexo doloroso, de fato. Deixar o conforto da mãe e todo o valor que o seio e a amamentação têm para a criança nesse momento implica que sua mudança, ou sublimação, seja especialmente difícil não somente para o sujeito mas, muitas vezes, também para a própria mãe. No entanto, na medida em que o sujeito primitivo se choca com a cultura e com o fato do desmame, essa imago materna tem que ser sublimada de modo que outras relações sejam possibilitadas no grupo social, e para que novos complexos se integrem no psiquismo (LACAN, 1938).

Lacan diz:

“A saturação do complexo funda o sentimento materno; sua sublimação contribui para o sentimento familiar; sua liquidação deixa vestígios em que se pode reconhecê-la: é essa estruturação da imago que fica na base dos progressos mentais que a remanejaram” (p. 42).

É interessante apontar duas implicações presentes no conceito do desmame pelo olhar lacaniano. A primeira está na primazia da imagem e do olhar, e a segunda implicação está nos desdobramentos destes sobre uma tendência psíquica à morte. É pelo complexo do desmame que Lacan vai observar o desejo de morte, e a eterna nostalgia da humanidade. Para ele, a tendência psíquica à morte está ligada à imago da amamentação e seria, em última análise, *“uma assimilação perfeita da totalidade do ser” (LACAN, 1938, p. 42).* Lacan vai afirmar que *“a imago do seio materno domina toda a vida do homem” (1938, p. 40).*

É a partir dessa concepção do desmame que Lacan (1938) questiona o instinto de morte freudiano, fundado numa abordagem excessivamente biológica. Novamente, para Lacan a tendência à morte estará ligada à imago do desmame.

Robert Levy (2009) aponta que Lacan, ao partir dessa concepção da tendência à morte, introduz uma “*clínica da nostalgia da matriz*”, e antecipa um debate sobre os chamados sintomas “modernos” relacionados à toxicomania, à anorexia e aos suicídios, que estariam diretamente ligados aos distúrbios do desmame e não às questões do declínio da figura do pai, como são frequentemente relacionados. Lacan situa essa questão ao apontar que a tendência psíquica para a morte sob o ângulo do desmame:

“... revela-se nos suicídios especialíssimos que se caracterizam como ‘não-violentos’, ao mesmo tempo que neles se evidencia a forma oral do complexo: a greve de fome da anorexia nervosa, o envenenamento lento de certas toxicomanias pela boca, o regime de fome das neuroses gástricas. A análise desses casos mostra que, em seu abandono à morte, o sujeito procura reencontrar a imago da mãe” (2003, [1938], p. 41).

O complexo do desmame marca, portanto, este primeiro momento da estruturação psíquica, onde se estabelece a imago da mãe. Posterior a esse momento Lacan introduz o complexo do intruso. É justamente nos vestígios deixados pelo desmame que o intruso vai permear e engrenar a lógica desse complexo. O irmão, enquanto intruso, vai tocar exatamente nessa ferida do sujeito, naquele exato lugar onde ele um dia sentira uma quase “totalidade do ser”, a qual urge para ele como nostalgia e desejo de retorno.

A clássica cena utilizada pelo autor na ilustração do intruso é a visão que o irmão maior tem do irmão mais novo em amamentação, cuja inspiração Lacan empresta de Santo Agostinho:

“Agostinho antecipou-se à psicanálise, dando-nos uma imagem exemplar de tal comportamento nestes termos: (...) ‘Vi com meus olhos e conheci bem uma criancinha tomada pelo ciúme: ainda não falava e já contemplava, pálida e com uma expressão amarga, seu irmão de leite’ ” (1948, p. 117).

Mais além, Lacan introduz o complexo da Intrusão da seguinte maneira:

“O complexo da intrusão representa a experiência feita pelo sujeito primitivo, na maioria das vezes quando vê um ou vários de seus semelhantes participarem com ele da relação doméstica, ou, dito de outra maneira, quando se reconhece entre irmãos. As condições disso, portanto, são muito variáveis, por um lado, conforme as culturas e a extensão que elas conferem ao grupo doméstico, e por outro conforme as contingências individuais e, antes de mais nada, conforme o lugar que o acaso confere ao sujeito na ordem dos nascimentos, conforme a posição dinástica, diríamos, que ele assim ocupa, antes de qualquer conflito: a de bastardo ou a de usurpador” (LACAN, 1938, p. 43).

O sujeito primitivo *se reconhece*, ou seja, ele se distingue de outros. É neste momento em que ele vai perceber e entender que existe um outro (LACHAUD, 2001). O pequeno sujeito reconhece o outro enquanto intruso e rival num primeiro momento, mas ao reconhecer que o outro ocupa um lugar diferente do seu próprio, ele tem a possibilidade de se distinguir dele.

Lachaud (2001) pontua que chamar o sujeito de *primitivo* refere-se exatamente ao fato de que seu aparelho psíquico está se elaborando, é prematuro e totalmente dependente do adulto.

É neste sentido que Lacan enfatiza a importância das “contingências individuais”, pois, estando o sujeito numa encruzilhada estrutural, o complexo da intrusão pode ser mais ou menos complexado e dificultado de acordo com o período em que se encontra o sujeito. Por exemplo, o complexo pode ser mais difícil quando o sujeito se encontra no período em que o estágio do espelho não está formado ou ainda está em elaboração, pois *“Não existe outro como objeto enquanto a criança não tiver passado pelo estágio do espelho, em que o outro vai perder-se, destacar-se como tal. Ora, repetimos, antes do espelho não existe outro”* (LACHAUD, 2001, p. 45).

No estágio do espelho Lacan retoma a ideia trabalhada em sua tese sobre a *Psicose Paranoica* (1932) de que *“o conhecimento só é possível através do outro, o semelhante, na medida em que o que é visto no outro permite saber algo sobre si próprio”* (BERNARDINO, 2002). No espelho, a identificação está relacionada à imagem do outro.

Lacan ressalta:

“Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação, para esse efeito de fase, é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo imago” (1949, p. 97).

Lacan (1949) parte da observação de Baldwin (*apud* LACAN, 1949) de que a partir dos seis meses a criança é cativada por sua própria imagem ao se mirar no espelho com o auxílio do “andador”. O autor mostra que o “andador” possibilita à criança permanecer ereta e ter uma breve visão antecipada de sua constituição, como um vislumbre, uma *gestalt*, da forma total do seu corpo.

Lacan afirma que o Outro primordial, enquanto matriz simbólica, oferece algo muito similar ao espelho. Proporciona, porém, algo extremamente mais completo devido a suas características. O sujeito primitivo, ainda prematuro diante de sua impotência motora, e na dependência da amamentação, irá encontrar na matriz simbólica essa imagem especular. Dos movimentos, ações, gestos, “intenções”, e tudo o mais que o bebê direciona ao mundo e aos outros, a mãe, o Outro primordial, devolve uma espécie de tradução ao sujeito, ou seja, ela reflete e devolve ao sujeito uma imagem dele mesmo (1949, p. 97).

Uma imagem de características específicas e únicas. Ela é uma forma primordial do eu do sujeito, algo a que Lacan vai indicar como sendo o eu-ideal. Ao mesmo tempo ela antecipa e situa a instância do eu. Lacan diz:

“Pois a forma total do corpo, pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência, só lhe é dada como Gestalt, isto é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída” (1949, p. 98).

E mais à frente ele é categórico:

“O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde a imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental” (1949, p. 100).

Essa antecipação da identidade – a qual Lacan relacionaria à formação do eu – seria encontrada frequentemente nas formações oníricas, as quais o autor exemplifica: *“um campo fortificado, ou mesmo um estádio, que distribui da arena até sua muralha, até seu cinturão de escombros e pântanos, dois campos de luta opostos em que o sujeito se enrosca na busca do altivo e longínquo castelo interior”* (1949, p. 101)

A antecipação do eu do sujeito advém na forma de um ideal a ser conquistado. Ideal delimitado sob o qual o sujeito estará numa constante busca, situada num campo do advir. A “busca incessante” localiza o sujeito num vir-a-ser, que se estabelece na premonição subjetiva.

O estádio do espelho, ao fornecer esta imagem antecipada do sujeito, e ao situá-lo numa espécie de “campo fortificado”, estabelece uma base para o eu – que permite a passagem para o intruso. Assim, Lacan afirma que:

“Esse momento em que se conclui o estádio do espelho inaugura, pela identificação com a imago do semelhante e pelo drama do ciúme primordial [tão bem ressaltado pela escola de Charlotte Bühler nos fenômenos de transitivismo infantil], a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas” (1949, p. 101).

Conforme a citação acima, Lacan parte das observações de Bühler sobre o transitivismo nas tenras idades. O fenômeno do transitivismo, neste período primitivo, se refere ao fato de que a criança transita pelos outros, por assim dizer. Seu espaço se confunde com o do outro. Lacan (1938) dá o exemplo da criança que chora ao ver outra cair no chão, como se ela transitasse pelo outro que se machuca, ou, mais precisamente, como se a outra que caísse fosse o próprio sujeito que observa. Seja o que for, pode-se dizer que há nesse transitivismo um “transitar” que remete o sujeito a uma identificação com o outro.

Se o ciúme e o intruso advêm neste momento, pode-se imaginar que o sujeito e os outros transitam, que seus espaços se confundem, ou seja, aquele mesmo pelo qual se sente ciúmes é o próprio sujeito. Portanto, seria isso um ciúme?

Lachaud considera que:

“Acontece de ouvirmos pais nos dizerem que tal criança sente ciúmes do

irmãozinho, toma-lhe os brinquedos, ou os do amiguinho. Não se trata nem um pouco de ciúme. A criança não conhece sentimentos de pertencimento ou de propriedade – ela vai adquiri-los com e após o estágio do espelho. A criança vê brinquedos – ou algo que lhe agrada – e os pega. O prazer domina. A criança é o mundo. A outra criança é ela” (2001, p. 45).

É neste sentido que Lacan vai enunciar sua quarta tese a respeito da agressividade em relação a uma identificação narcísica que dá os contornos do Eu. Diz ele:

“A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico, e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades características de seu mundo” (1948, p. 112).

Nesse mesmo artigo Lacan enfatiza que primeiro há uma assunção do outro como eu, e posteriormente um desejo de morte endereçado ao outro para preservar o eu (BERNARDINO, 2002).

Esse transitar de espaços e identificações a que o outro remete o sujeito a ele mesmo, que Lacan cita como “dialética das identificações”, é expresso quando o sujeito se encontra numa faixa etária muito restrita, e que surge apenas quando há uma diferença menor que dois meses e meio nas crianças por volta dos 6 e 8 meses. Nestes casos, Lacan afirma que:

“O primeiro plano mostra-nos que a experiência de si próprio na criança de tenra idade, na medida em que ela se refere a seu semelhante, desenvolve-se numa situação vivida como indiferenciada. Assim, por volta dos oito meses de idade, nos confrontos entre crianças – que, convém notar, para serem fecundos, quase que só permitem dois meses e meio de distância etária -, vemos os gestos de ações fictícias com que um sujeito acompanha o esforço imperfeito do gesto do outro, confundindo sua aplicação distinta: as sincronias da captação especular, mais notáveis ainda por se anteciparem à completa coordenação dos aparelhos motores” (1948, p. 115).

Este curto espaço entre as faixas etárias seria devido à necessidade de uma

“... verdadeira adaptação entre os parceiros, considerando que o sujeito primitivo nas tenras idades estaria num período caracterizado por transformações tão rápidas e profundas da estrutura nervosa que elas dominam as diferenciações individuais. Compreenderemos que essa condição equivale à exigência de uma semelhança entre os sujeitos. A

imagem do outro parece estar ligada à estrutura do corpo próprio, e, mais especialmente, de suas funções de relação, por uma certa similitude objetiva” (LACAN, 1938, p. 44).

Portanto, essa identificação baseia-se na imagem do outro que oferece uma “similitude objetiva”. Quando essa condição não é satisfeita, a proximidade das faixas etárias, o que se observa na interação dos pequenos sujeitos é algo inteiramente distinto e que não se apresenta como um conflito entre dois indivíduos. Lacan aponta três mais frequentes: a exibição, a sedução e o despotismo. Essas três interações definem-se de um modo distinto. Elas se apresentam “*como um conflito entre duas atitudes opostas e complementares, e essa participação bipolar é constitutiva da própria situação*” (1938, p. 44).

Este é o apontamento que Lacan faz de suas observações sobre esse fenômeno, “*a criança que se oferece como espetáculo e a que a acompanha com o olhar: qual delas é a mais espectadora?*” (1938, p. 44). O artista é a plateia. É o conjunto do espectador e do espetáculo que define a situação, é a posição pela qual um se oferece ao outro e espera do outro o complemento de sua ação. Tal situação estabelece um paradoxo em sua composição já que um sujeito depende do outro para que isto aconteça, mas ao mesmo tempo é quase como se eles estivessem sozinhos na situação. Lacan o apresenta da seguinte maneira:

“Cada parceiro confunde a pátria do outro com a sua e se identifica com ele, mas cada um pode apoiar essa relação numa participação propriamente insignificante do outro e vivenciar toda a situação sozinho, como se evidencia na discordância, às vezes total, entre suas condutas. Isto equivale a dizer que nesse estágio a identificação, específica das condutas sociais, baseia-se num sentimento do outro que só pode ser desconhecido, sem uma concepção correta de seu valor inteiramente imaginário” (1938, p. 44).

Novamente, nessa citação Lacan enfatiza que as *condutas sociais* nesse período estão intimamente ligadas à imago do outro pequeno semelhante. Esse *valor imaginário* é que deve estar muito próximo. Para Lacan, esse período é marcado pela predominância da imagem. É a imagem do outro que permite a identificação. A proximidade dessa imagem é o fator decisivo que conduz as interações entre o sujeito e o pequeno semelhante. Novamente, a faixa de dois meses e meio pode demarcar ou a rivalidade – na identificação de um sujeito

primitivo com o outro –, ou atitudes complementares de caráter bipolar. Variação de interação marcada pela proximidade ou distanciamento da imagem especular.

Nesse sentido Lacan fala de uma tendência a restabelecer a unidade perdida de si mesmo, que estaria desde sua origem no centro da consciência. Diz ele: *“É a origem da energia de seu processo mental, um processo cuja estrutura é determinada pela predominância das funções visuais”* (1938, p. 48).

O sujeito é impelido numa tendência, numa busca de uma unidade afetiva que encontra justamente na imagem especular oferecida pelo outro, os caminhos para a representação de sua identidade. Isto demarca, conforme apontado anteriormente, os meandros narcísicos da formação do eu, já que essa imagem especular ainda não contém o outro (LACAN, 1938). Lacan chega mesmo a citar essa participação do outro intruso como uma “intrusão narcísica”, ou seja, o sujeito ainda não pode romper com um determinado “isolamento afetivo”, já que a imagem do outro estaria desempenhando apenas um papel primário de caráter narcísico, que aliena o sujeito do outro e do objeto (LACAN, 1938). O que seria, então, necessário para romper esse isolamento?

É aqui que retomamos a clássica frase de Lacan e enfatizamos sua importância: *“O eu constitui-se ao mesmo tempo que o outro no drama do ciúme”* (2003, 1938). É o ciúme daquele que toma o lugar que antes pertencia ao sujeito que marca esta passagem. É onde surgirá a agressividade que será constitutiva do sujeito e, neste ponto, se insere a primeira tese de Lacan sobre a agressividade: *“A agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição”* (1948, p. 105).

A imagem do irmão em amamentação desperta no sujeito primitivo uma agressividade porque ela reaviva uma imagem anterior referente ao complexo do desmame, a qual se constitui em dois polos, o primeiro ligado à imagem do irmão em amamentação (identificação), o segundo à difícil experiência do desmame (ciúme, este lugar era do sujeito). Assim, essa imagem do irmão instaura na criança desmamada um desejo de morte (LACHAUD, 2001, p.47). A autora aponta dois momentos:

Esse desejo de morte é, dizemos nós, secundário em relação à identificação. Isto é, 1) há identificação por reativação – essa criança não desmamada era eu antigamente – e 2) há ciúme, agressividade: este outro que toma meu lugar, tenho que eliminá-lo!” (LACHAUD, 2001,

p. 47).

Esse momento marcado pela agressividade do sujeito é suscetível de catástrofes familiares: para o sujeito nada importa, ou seja, ele ainda não formou as noções de bem e de mal, da destruição ou do amor e de suas consequências. O foco para ele é o intruso que toma o seio.

Diante desta situação o sujeito é levado para duas alternativas: 1) ou ele retoma o seio para si à custa da destruição do rival e à recusa do real, ou 2) enfrenta os desafios de conviver com o outro, ou seja, acolhe a rivalidade e pode estabelecer uma concordância, um contrato com o outro. É neste segundo ponto que Lacan entende a gênese dos sentimentos sociais. Ele diz: *“O ciúme humano se distingue da rivalidade vital imediata, pois mais constitui seu objeto do que é determinado por ele; revela-se o arquétipo dos sentimentos sociais”* (1938, p. 49).

O ciúme em relação ao intruso é o que permite ao sujeito encontrar ao mesmo tempo o outro e o objeto socializado. A identificação, que no espelho era imagem, na intrusão está encarnada no irmão mais novo que, por estar em amamentação, reativa no sujeito uma imago materna já recalçada pelo desmame. Diante dessa situação, embora o sujeito seja remetido à nostalgia e à tendência de retorno ao estado perdido e tão lastimado, por outro lado, ele se vê salvo das amarras e da completude aclamada pelo Outro.

É importante frisar esse primeiro paradoxo no qual se encontra o pequeno sujeito diante de seu semelhante. O irmão que ao mesmo tempo se quer destruir, pois remete a uma exclusão, é o mesmo que novamente, por exclusão, lhe permite manter o vislumbre de ser uma unidade separada do Outro. Nesse paradoxo o sujeito tem a possibilidade de engendrar o sentimento social, de aceder ao fato de que o semelhante pode ser odiado, mas também pode ser objeto de identificação, é rival e “salvador”, intruso mas colaborador. Bernardino (2002) comenta que:

“Há na presença do irmão no lugar que era antes do sujeito ao mesmo tempo a vivência da perda do objeto (primordial), ou seja, falta; e também a experiência do desejo e do corpo próprios, já que não devidos ao Outro” (p. 82)

Neste ponto, Lacan retoma algo muito similar ao que Freud fala sobre a

“disputa amigável” – conforme trabalhado no primeiro capítulo (p. 25) – ao falar sobre a “simpatia ciosa” (*jalouse*) devido ao caráter paradoxal da intrusão do pequeno semelhante. Lacan vai considerar que “*O simbolismo primordial do objeto tanto favorece sua extensão para fora dos limites dos instintos vitais quanto sua percepção como instrumento. Sua socialização através da simpatia ciosa [jalouse] fundamenta sua permanência e sua substancialidade*” (1938, p. 50).

A disputa amigável, tendo uma fundamentação na simpatia ciosa, marca e delimita com precisão a gênese do sentimento social. É aquele que me exclui o mesmo que me inclui. O que ameaça um lugar nostálgico é o mesmo que garante um devir subjetivo.

Daí sublinha-se a importância do irmão na constituição subjetiva: ele fornece “*o modelo arcaico do eu*” ao remeter a uma identificação sob a qual o sujeito pode tentar preservar o eu.

Percebe-se nesta trajetória da estruturação do complexo do intruso uma base muito similar às explorações freudianas sobre “o inquietante”. O duplo era algo muito próximo, tão próximo, que se confundia com o próprio sujeito – uma característica do transitivismo – e também era quem garantia a sobrevivência do Eu – estar a salvo da completude do Outro. Ao mesmo tempo era quem reavivava uma nostalgia muito forte, à qual Freud denominou de pulsão de morte e, por isso, a experiência seria recalçada, ressurgindo vez ou outra na forma inquietante. Lacan interpreta essa compulsão de repetição, onde o sujeito é remetido a um estado anterior referente à mãe⁶, pelo complexo do desmame.

Partindo para outro elemento do complexo da intrusão, faz-se fundamental apontar a importância vital da mãe para o sujeito: ela soa “todo-poderosa” e “sem falha”, já que antes do espelho não há mesmo registro imaginário dos cuidados por ela exercidos. Fato que Winnicott (1988) também trabalha no conceito de dependência absoluta, ao apontar que o termo *absoluto* se refere justamente ao fato do bebê não ter consciência dos cuidados maternos, já que esta (quando tudo vai bem) proporciona o sentimento de onipotência ao sujeito. Dito isto, Lachaud considera que as possíveis desidealizações referentes à mãe levam a:

⁶ Algo muito similar à leitura winnicottiana de deprivação, onde a delinquência e os comportamentos (agressão) antissociais estariam ligados a uma manifestação do desejo de retorno a um estado de cuidado e de confiança, o que é distinto de uma pulsão de morte freudiana marcada pela fisiologia. Esta discussão será retomada no Capítulo III.

“... uma liberação desenfreada da pulsão de morte do próprio sujeito. É de fato por isso que, como sublinharam Lacan desde 1936 e, por outro lado, numerosos autores, a triangulação deve intervir o mais precocemente possível, pois é uma boa defesa contra a relação dual imaginária e permite que os conflitos se expressem de modos que diremos dos mais sãos” (LACHAUD, 2001, p. 48).

O pequeno semelhante, portanto, frustra o sujeito ao interferir em sua relação com a mãe. Sua intrusão vem num paradoxo que pode desembocar no sentimento social do convívio contratual. Lachaud (2001) pontua que *“do seio ao território a passagem é bem rápida”*, e que a partir daí se vislumbra a discussão do medo ao estrangeiro, da xenofobia, do racismo, os termos sociais que traduzem a dificuldade de abandonar uma relação binária.

Estas manifestações indicam, de fato, que parece haver uma constante reatualização do intruso no enfrentamento do sujeito com tudo aquilo que não diz respeito à sua subjetividade, isto é, a subjetividade do outro é negada. Não somente na alteridade, mas com muito poder na semelhança, pela *“inquietante estranheza do estranho”*, ou seja, aquilo que por ser tão próximo parece fugir à consciência assim como foge à captação ótica um objeto muito próximo ao sujeito. Como se a sua presença se oferecesse como frequente ameaça, ou seja, uma resistência à alteridade do estranho, que foi recalcada.

Esse tema é discutido por Caterina Koltai em sua tese de doutorado, posteriormente publicada em forma de livro sob o título de *Política e Psicanálise: O estrangeiro* (2000). A autora defende a ideia de que o discurso racista encontra no outro o seu bode expiatório, o que remete o sujeito ao tempo do intruso e do espelho, onde ele atualiza o que Lacan afirmara sobre a alienação primordial. Koltai afirma que *“cada vez que o sujeito se aproxima dessa alienação primordial, descrita como o estádio do espelho, surge a agressividade radical, o desejo de aniquilamento do outro, como suporte do desejo do sujeito”* (2000, p. 104).

Mais à frente ela comenta que para a passagem do ódio mortífero ao ciúme simpatizante é preciso que o sentimento venha a passar pela palavra:

“É isso que uma análise torna possível. Ao falar a esse estrangeiro que é o analista, que ocupa esse estranho lugar chamado de lugar do analista, o sujeito pode vir a se dar conta de que esse outro, objeto de

seu ódio, não passa de um duplo de si mesmo, com o estatuto de outro. E, assim, quem sabe, não precisará mais do bode expiatório, cuja existência constitui a própria essência do discurso racista. É o que veremos a seguir, ao abordarmos o sintoma racista, sintoma social por excelência” (KOLTAL, 2000, p. 104-105).

O que vem muito ao encontro do que apontam Dolto e Mannoni – que retomam a ideia de Lacan sobre a palavra verdadeira apresentada no Seminário I – sobre a importância de se introduzir uma palavra justa, descritiva da angústia como um fator liberador, nas palavras de Dolto:

“(...) se as coisas pudessem ter sido faladas a tempo, a saber, no momento dos traumatismos, dos choques, dos sofrimentos familiares dos quais a criança é parte integrante, e dos quais ela guarda um traço – pela perda de confiança em si mesma, e por uma hesitação em sua identidade –, teria sido possível evitar a grande patologia que aparece após dois anos de escolaridade” (Dolto, 1986, apud Milman, 2005).

1. DO FAMILIAR AO SOCIAL. POSSÍVEIS INTRUSOS E PARTICIPANTES DA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Conforme foi apontado no início, esta análise contempla os sujeitos primitivos, ou seja, aqueles situados no momento anterior ao terceiro ano de vida, tempo onde o psiquismo imaturo está em formação (LACAN, 1938). Quando o intruso surge depois do complexo de Édipo ele já não será para o sujeito o “obstáculo ou o reflexo”, será introduzido nas relações como outro separado ao qual se poderá amar ou odiar, e neste caso fornecerá o modelo arcaico do eu (LACAN, 1938).

Lacan enfatiza que *“é através do semelhante que o objeto, assim como o eu, se realiza: quanto mais pode assimilar de seu parceiro, mais o sujeito reforça sua personalidade e sua objetividade, garantias de sua eficácia futura” (1938, p. 51)*

O semelhante, na intrusão, surge no momento e nas condições “ideais” na figura do irmão. No entanto, as condições de vida da atualidade mostram que o bebê está em íntimo contato com outros pequenos semelhantes já nas mais tenras

idades, e é este o caso das creches, berçários, orfanatos, entre outros.

Lachaud (2001) considera que o estudo do intruso em termos de uma “posição ideal” se refere à condição da chegada de outra criança na família. Pois bem, ideal exatamente porque a intrusão é vivida de várias outras maneiras em situações onde o pequeno sujeito *“se dá conta de que não está só no mundo; de que existem outras crianças, outros pequenos, suscetíveis de dividir o amor da mãe”* (p. 44). E mesmo o amor da mãe, e as funções da mãe, acabam sendo extrapoladas para outros cuidadores, como é o caso das creches (MARIOTTO, 2009). Então se questionaria se o intruso poderia advir também em relação à figura dessa cuidadora. Lachaud esclarece:

“Hoje, essa prova (a intrusão) é vivida mais cedo do que antigamente, na medida em que as mães, por trabalharem fora, devem com frequência confiar sua prole a uma ou várias babás, a creches. A rivalidade dita fraterna não se reduz à relação entre irmãos ou irmãs da mesma família. Da mesma forma, quando a mãe sai com a criança, esta vê, bem a seu redor, na rua ou nas lojas, que existem outras crianças, que ela não está mais sozinha” (2001, p. 44).

Esta concepção vai bem ao encontro do que Lacan pontua sobre a família, de que ela é uma instituição que não se limita ao biológico ou ao dado social, mas *“é na ordem original da realidade constituída pelas relações sociais que convém compreender a família humana”* (1938, p. 33)

Sendo assim, numa leitura atual sobre a convivência dos pequenos semelhantes nas creches, suas relações com a família, com a figura da educadora e suas funções, alguns autores como Mariotto (2009) consideram haver um “esgarçamento” familiar nessas instituições de cuidado infantil. Nesses locais, onde os bebês permanecem por até 12 horas diárias, a educadora tem uma função muito próxima à da mãe: ela participa da constituição subjetiva da criança, isto é, o papel de Outro na creche cabe à educadora.

No entanto, é preciso demarcar esse campo ocupado por outros educadores que não os pais, principalmente ao se falar de sujeitos em tenra idade. Eles participam da constituição subjetiva, certamente, porém não substituem os pais. Neste ponto concorda-se com Mariotto (2009) de que os laços entre pais, educadora

e bebês diferem⁷. No primeiro caso, o laço se localiza “a partir da questão do desejo e da cultura” e ocupa um lugar no desejo dos pais inscrito na linguagem familiar. Já o laço estabelecido entre educadores e bebês está inserido numa posição referente ao trabalho da educadora. Ao que a autora detalha:

“Não se trata de uma reatualização repetitiva da relação parental, uma vez que no ambiente da creche trata-se de um laço terceiro, ao mesmo tempo em que ele se estabelece sob o olhar do terceiro – o espaço público. Ou seja, se no ambiente privado a transmissão é de uma ordem familiar, no ambiente público trata-se de uma transmissão social. Ambas, porém, fundamentais e fundantes” (MARIOTTO, 2009, p. 137).

Da mesma forma considera-se que os pequenos semelhantes no convívio da creche desempenham uma função familiar, ou seja, eles podem se apresentar como intrusos desde que cumpram uma determinada posição em relação ao sujeito. Uma posição que permita a formação do complexo, conforme esclarece Lacan:

“(...) o complexo é dominado por fatores culturais: em seu conteúdo, representativo de um objeto; em sua forma de organização afetiva e experiência no choque com o real, o complexo é compreendido por sua referência ao objeto (...) é preciso reconhecer o caráter que especifica a ordem humana, qual seja, a subversão de qualquer rigidez instintiva, de onde surgem as formas fundamentais da cultura, prenhes de variações infinitas” (LACAN 1938, p. 34).

Conforme assinalado anteriormente, a intrusão só ocorre se houver uma condição tal – no laço do sujeito primitivo com a mãe – que possa ser ameaçada, que seja passível de disputa e da qual o sujeito possa sentir ciúme. Fora do lar, nas creches, por exemplo, o pequeno semelhante que pode vir a ser o intruso não está referenciado diretamente à mãe, mas à educadora que, conforme foi apontado, situa-se numa posição distinta à dos pais. Entretanto, ela também se destaca na promoção da constituição subjetiva.

Finalizando, Lacan atribuía ao irmão a função de intruso – marcando a gênese dos sentimentos sociais. Esse complexo estaria numa encruzilhada constitucional formada pelo complexo do desmame, complexo do intruso e o estágio

⁷ O fato de a criança ser cuidada em instituição não afeta sua relação com a mãe no que tange ao “apego seguro” descrito por Bowlby. Um trabalho em diálogo da educadora com a mãe favorece o apego da criança. Esse estudo será apresentado no capítulo IV.

do espelho, que desembocariam na formação do eu.

Capítulo III:

**A Teoria do Amadurecimento de Winnicott,
O Espaço Potencial e as formações de grupo.**

"Um bebê que não criou o mundo (...) não tem futuro" (Winnicott, 1988, p. 143).

Donald Woods Winnicott foi uma das figuras principais da psicanálise britânica, sendo o primeiro psicanalista a ter formação em pediatria. Até então, com exceção de Freud, que partira da neurologia, a comunidade psicanalítica era formada principalmente por psiquiatras. Winnicott ingressa na psicanálise espiando o ser humano por outro ângulo, partindo da problemática que encontrava com bebês. Sua formação permitiu, portanto, um contato contínuo e íntimo com bebês em sua prática médica em hospitais pediátricos. Essa prática proporcionou uma proximidade com o desenvolvimento emocional precoce e a importância do ambiente (mãe) na constituição do sujeito. Winnicott notou a relevância fundamental do ambiente, não somente em termos do amparo biológico de sobrevivência, mas principalmente enquanto lugar da constituição subjetiva. Seus escritos privilegiam a natureza das relações, começando com aquela entre a mãe e o bebê e desdobrando-se, a partir daí, progressivamente para relações cada vez mais complexas e sofisticadas (WINNICOTT, 1965).

Nesse sentido Winnicott vai considerar que a relação do bebê com os pequenos semelhantes se dá, primeiramente, sobre os alicerces da relação mãe-bebê enquanto espaço subjetivo. Ele propõe uma nova abordagem fenomenológica sobre o olhar para o bebê, na qual não se poderia considerar o fenômeno "bebê" isoladamente. Em sua emblemática frase ele pontua: *"Não existe essa coisa chamada bebê. O bebê é sempre ele mais a mãe"* (WINNICOTT, 1958, p. 40).

Partindo dessa concepção, este capítulo busca traçar o percurso teórico que o pediatra indica sobre a participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva do bebê. Duas considerações importantes de Winnicott sobre a questão:

1. *"O bebê relativamente saudável (maduro para a idade) prossegue rumo ao estágio em que ele se torna uma pessoa total, consciente de si mesma e consciente da existência dos outros"* (1988, p. 56).
2. *"Quando chega ao estágio de desenvolvimento em que consegue perceber a existência de três pessoas, ela própria e duas outras, a criança encontra, na maioria das culturas, uma estrutura familiar à sua espera. No interior da família a criança pode avançar passo a passo, do relacionamento entre três pessoas para outros mais e mais complexos"* (1988, p. 57).

O encontro com o pequeno semelhante, para o autor, segue um percurso no

qual o bebê atinge o ponto onde é possível estabelecer uma *relação a três corpos* enquanto pessoas inteiras, ou totais para, posteriormente, estabelecerem-se relacionamentos mais complexos. É apoiada em sua família que a criança parte para o social. Primeiro com sua mãe, posteriormente com as pessoas inteiras que fazem parte desse contexto.

Conforme sugere Outeiral (2001), a teoria winnicottiana pode ser apresentada por diversos vieses, como a teoria do brincar, a teoria da integração, teoria da relação mãe-bebê, entre outros. Tendo como foco a participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva, optou-se nesta apresentação em intercalar alguns desses vieses, apresentando-os a partir do eixo do pequeno semelhante.

Trabalhar a teoria winnicottiana é trabalhar a natureza humana (como ele mesmo definia). É importante frisar que Winnicott considera a dissecação do desenvolvimento como um procedimento artificial, já que a criança estaria, de fato, o tempo todo em todos os estágios. O que há, de modo geral, é a dominância de um determinado estágio (WINNICOTT, 1988). Deste modo ele afirma:

“Qualquer estágio no desenvolvimento é alcançado e perdido, alcançado e perdido de novo, e mais uma vez: a superação dos estágios do desenvolvimento só se transforma em fato muito gradualmente, e mesmo assim apenas sob determinadas situações” (1988, p. 55).

Winnicott atribui uma participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva enquanto aquele que contribui na experiência de amadurecimento pessoal. Segundo Elsa Dias (2008), o amadurecimento pessoal envolve a integração no tempo e no espaço, habitação da psique no corpo, o início das relações objetais e a constituição do si mesmo (*self*).

A figura do irmão seria fundamental, ao contribuir para a integração da agressividade e para a passagem dessa ao amor. O que também favoreceria o que ele denominou de permanência de objeto, ou seja, o fato de o irmão ser a mesma pessoa que primeiramente o sujeito quis eliminar, para depois se transformar num parceiro com o qual pode brincar e compartilhar a vida.

O irmão mais novo surge como ameaça a uma relação segura e estável com os pais. Busca-se demonstrar neste capítulo que a ameaça surge apenas em relação a, e quando há, o que Winnicott denominava de “espaço potencial”, isto é, a representação de um espaço subjetivo que dialoga com o sujeito e a realidade compartilhada por meio da criatividade. O espaço potencial permite ao sujeito sentir

que “a vida vale a pena ser vivida”, pois este se inicia em relação à mãe e culmina na cultura (WINNICOTT, 1988).

Inicia-se este capítulo apresentando as considerações de Winnicott sobre a figura do irmão, que será intercalada por aspectos da teoria do amadurecimento de Winnicott e a teoria do brincar, a qual enfatiza uma passagem que vai do brincar com o corpo da mãe para o brincar com outras crianças. Desse modo Winnicott evidencia o espaço potencial como eixo central da cultura (realidade compartilhada) e ressalta a importância da criatividade.

1. O FILHO ÚNICO, OS IRMÃOS E OUTROS PEQUENOS SEMELHANTES.

Num breve artigo intitulado *O filho único* (1966), Winnicott trabalha a importância da experiência de ter um irmão como possibilidade do pequeno sujeito acompanhar uma gestação e de testemunhar o amor dos pais enquanto parceiros que geram filhos (1966).

Logo de início, Winnicott aponta uma série de vantagens e desvantagens de ser filho único. Dentre as vantagens, estaria a dedicação para o filho de modo a proporcionar uma infância sem maiores complicações, onde a mãe vai apresentando o mundo na medida em que o filho o pode assimilar e, entre as desvantagens, pode-se citar o fato de o filho não ter um companheiro para brincar ou compartilhar a vida (1966).

O autor valoriza o brincar entre os pequenos semelhantes apontando que há algo único na brincadeira entre crianças, que os pais ou adultos não podem igualar, já que:

“As crianças que brincam juntas têm uma capacidade infinita para inventar detalhes de brincadeiras, e também são capazes de continuar brincando por longos períodos sem se cansarem” (WINNICOTT, 1966, p. 150).

Winnicott comenta a importância de um bebê acompanhar a gestação de sua

mãe. Fala da riqueza que é acompanhar as transformações do copo materno, o aumento de barriga, as mudanças comportamentais e emocionais, além do preparo da família para acolher um novo membro que se aloja temporariamente dentro da mãe. Assim, ele pontua:

“Ainda que muitas crianças acham tudo isso um tanto difícil de tragar e não conseguem dominar os tremendos conflitos e sentimentos suscitados, não deixará de ser verdade, porém, creio eu, que toda criança que tiver perdido tal experiência e nunca tiver visto a mãe amamentar um bebê ao peito, banhá-lo e cuidar dele, será uma criança menos rica do que a que tiver testemunhado essas coisas” (WINNICOTT, 1966, p. 150).

O olhar de Winnicott sobre o advento de um irmão é, portanto, de um “enriquecimento” para a vida do sujeito. É no contato com este pequeno semelhante que o sujeito poderá “*dominar os tremendos conflitos e sentimentos suscitados*”.

Neste mesmo artigo sobre o filho único, Winnicott enfatiza essa função principal que o irmão desempenha. Ele afirma que:

“Uma coisa que falta especialmente no filho único é a experiência de sentir o ódio crescer nele; o ódio da criança quando o novo bebê ameaça o que parecia ser uma relação estabelecida e segura com a mãe e com o pai [...] Esse ódio cederá gradualmente o lugar ao amor à medida que o novo bebê se converter num ser humano com quem se pode brincar e de quem podemos sentir orgulho” (WINNICOTT, 1966, p. 151).

Nesta citação podem-se perceber os elementos principais que o autor pontua sobre a vinda de um irmão para um bebê: ele contribui para integração do ódio e do amor por um objeto único; ele ameaça uma relação segura com os pais, ou seja, por meio da ameaça ele indica que há uma relação suficientemente boa, que se pode caracterizar como segura.

A integração no tempo e no espaço é umas das tarefas da teoria do amadurecimento, sendo normalmente atribuída à facilitação proporcionada pela figura da mãe (DIAS, 2008). No entanto, nesta análise do novo irmão, Winnicott está ressaltando uma participação deste sobre a integração, e faz a seguinte definição:

“A integração significa responsabilidade, ao mesmo tempo que consciência, um conjunto de memórias e a junção de passado, presente e futuro dentro de um relacionamento. Assim, ela praticamente significa

o começo de uma psicologia humana” (1988, p. 140).

O psicanalista britânico considera que no amadurecimento humano há uma tendência inata à integração. Integração de espaço e tempo, de soma e psique, de presente, passado e futuro, de uma realidade Eu e outra “não-Eu” (WINNICOTT, 1988). Quando esse novo bebê surge na família e ameaça uma relação segura com os pais, ele introduz uma nova perspectiva ao sujeito, a qual poderia indicar uma realidade “não-Eu”, ou seja, na qual ele não está incluso. O irmão suscita um ódio inicial por ocupar uma posição que antes pertencia ao sujeito.

A integração é trabalhada por Winnicott como uma tendência que é favorecida pela adaptação da mãe ao bebê. De uma perspectiva teórica, o bebê partiria de um estado de não-integração para um de integração, o qual seria correlativo aos cuidados do ambiente (mãe) em relação ao bebê, que se define como alguém que faz um longo percurso entre uma *dependência absoluta*, indo para uma *dependência relativa* e podendo alcançar o *rumo à independência* (WINNICOTT, 1988).

O autor afirma que:

“No início não há integração, não há vínculo entre corpo e psique, e não há lugar para uma realidade não-EU. Teoricamente, este é o estado original, não padronizado e não planejado. Na prática isto não é verdade, pois o bebê está sendo cuidado, ou seja, amado, e isto quer dizer fisicamente amado. A adaptação à necessidade é quase completa” (1988, p. 153).

O bebê que sai do ventre para os braços da mãe ainda não pode ser considerado uma unidade humana do ponto de vista emocional. Winnicott diz *que “no começo teórico existe um estado de não-integração, uma ausência de globalidade tanto no espaço quanto no tempo”* (1988, p. 136). Chama-se a atenção para a importância do termo “teórico”, já que *“o começo está em alguma data anterior ao nascimento”* (WINNICOTT, 1988, p. 136).

Essa questão, pertinente às aquisições neurológicas e às experiências do bebê a partir da concepção, e antes mesmo do parto, é amplamente discutida por Bernardino (2006), que traz dados de algumas importantes pesquisas com bebês. A autora pontua, a título de ilustração, que já aos seis meses de gestação um feto possui sistemas olfativo, gustativo, auditivo e sensorial operacionais. Da mesma forma, Winnicott assinala que:

“A integração começa imediatamente após o início da vida, mas em nosso campo de trabalho nunca a poderemos considerar algo óbvio. Devemos estar conscientes de seu funcionamento e observar flutuações” (1958, p. 224).

Assim, nesta não-integração teórica, o ponto que se quer enfatizar é que o bebê ainda não tem consciência de si (nem de outros), mas já apresenta um conjunto de impulsos e sensações.

A integração é gradualmente proporcionada por dois fatores: o ambiente (mãe) e a tendência inata ao amadurecimento (ou integração), que representa os fatores internos (WINNICOTT, 1965). Desse modo, nesse período, a participação do irmão na integração é permeada pelo ambiente (mãe). Porém, o irmão surge com características únicas: ele é capaz de ameaçar uma relação estável com os pais e suscita o ódio e, neste ponto, o ambiente pode agir como um facilitador do amadurecimento e da integração ao se adaptar as necessidades do sujeito. Isto é, ao contribuir para que este possa *“dominar os tremendos conflitos”* que surgem dessa ameaça.

Winnicott afirma que o ódio inicial em relação ao irmão:

*“é usual a ponto de poder-se considerar normal quando uma criança é perturbada pelo nascimento do irmãozinho. O primeiro comentário da criança, usualmente, nunca é cortês: ‘A cara dele parece um tomate’. De fato, **os pais deviam sentir-se aliviados**⁸ ao ouvirem a expressão direta de antipatia consciente e mesmo de ódio violento, ao nascer um novo filho [...] a primeira reação pode ser de receio e ódio, e o impulso poderá ser para colocar o novo bebê na lata de lixo” (1966, p. 151. Grifos nossos).*

Obviamente, o irmãozinho não é jogado na lata de lixo e o bebê tem que se haver convivendo com ele, o que traz a possibilidade de transformar esse ódio. Winnicott continua:

“Esse ódio cederá gradualmente o lugar ao amor, à medida que o novo bebê se converter num ser humano com quem se pode brincar e de quem podemos sentir orgulho (...) Creio ser uma valiosa experiência para uma criança concluir que o irmão novo por quem começa a

⁸ Se Winnicott diz que os pais deviam *sentir-se aliviados*, é porque isto mostra que há uma relação de confiança do sujeito com os pais na qual aquele manifesta suas emoções de modo espontâneo.

despontar um sentimento de amor é o mesmo que, como bebê recém-nascido, era odiado há poucas semanas e se desejava até que desaparecesse. Para todas as crianças uma grande dificuldade é a expressão legítima de ódio, e a falta relativa de oportunidade de um filho único para exprimir o lado agressivo da sua natureza é uma coisa séria. As crianças que crescem juntas participam de brincadeiras de toda espécie, e assim têm a oportunidade de chegar a termos com a própria agressividade, e têm inúmeras ocasiões propícias para descobrirem por conta própria que sofrem quando realmente ferem alguém a quem amam” (1966, p. 151).

Novamente, percebe-se que Winnicott enfatiza o irmão como propiciador de integração da agressividade e do amor. O irmão que se queria jogar no lixo é o mesmo irmão com quem se pode brincar, sentir orgulho e amar. O irmão possibilita uma série de reparações do objeto, pois, se expressar agressividade “*é uma coisa séria*”, isto é porque a agressividade é parte da natureza humana. Parte importante, a qual pode ser expressa legítima e gradualmente, de modo a propiciar ao sujeito o conhecimento dos poderes dessa agressividade na relação com o outro.

Elsa Dias (2000), em um estudo sobre a agressividade em Winnicott, afirma que:

“Se o ambiente fornece cuidados satisfatórios e se mostra capaz de reconhecer, aceitar e integrar essa manifestação do humano, a fonte de agressividade – que, no início, é motilidade e parte do apetite – torna-se integrada à personalidade total do indivíduo e será elemento central em sua capacidade de relacionar-se com outros, de defender seu território, de brincar e de trabalhar. Se não for integrada, a agressividade terá que ser escondida (timidez, autocontrole) ou cindida, ou ainda poderá redundar em comportamento anti-social, violência ou compulsão à destruição” (p. 2).

Neste olhar sobre a questão do irmão na constituição subjetiva pode-se abordar a função que o irmão (semelhante) desempenha. Novamente, repete-se: ele indica – por meio da “ameaça” – que há a formação de uma relação baseada na segurança e na fidedignidade. O tipo de relação na qual Winnicott desenvolve o conceito de *espaço potencial*. Que, devido à sua importância para a relação com os pequenos semelhantes e a cultura, será apresentado mais detalhadamente a seguir.

2. O PEQUENO SEMELHANTE ENQUANTO INDICADOR DO ESPAÇO POTENCIAL

Winnicott fala de uma “evolução” do espaço potencial, que se inicia com a mãe, passa pelos demais membros da família, a sociedade e chega à herança cultural (1971). O conceito de espaço potencial é desenvolvido dentro da teoria do brincar.

Em seu artigo *Objetos transicionais e Fenômenos Transicionais* (1951), o qual teve um grande impacto na comunidade psicanalítica, Winnicott propõe um fenômeno intermediário entre a realidade interna e a externa, que se daria por meio de um processo facilitado pelo ambiente e o uso de objetos, os quais denominou de transicionais (1971).

Nesta apresentação busca-se elucidar um percurso que atinge o ponto onde é possibilitado: 1) o brincar com outras crianças e 2) o espaço potencial como espaço que pode ser ameaçado na interação com pequenos semelhantes.

Mariotto (2009), em sua leitura da obra winnicottiana *O brincar e a realidade* (1975), identifica algumas passagens, ou tempos, do brincar em torno do outro, os quais ela pontua:

- “1) O brincar com o corpo do outro cuidador;
- 2) O brincar no espaço de ilusão, onde o adulto ainda é necessário, não mais como corpo, mas enquanto olhar;
- 3) O brincar sozinha, mas na presença de um adulto de referência disponível;
- 4) O brincar com outras crianças” (MARIOTTO, 2009, p. 142).

Winnicott diz que “há uma evolução direta dos fenômenos transicionais para o brincar, do brincar para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais” (1971, p. 76).

O ponto principal desta teoria é a proposta de Winnicott de que é necessário considerar, além das realidades interna e externa à pessoa, uma terceira realidade, a intermediária (1971). Esta realidade intermediária, onde o autor situa os termos objetos transicionais e os fenômenos transicionais, se refere à área intermediária de experimentação:

“entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a criatividade primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta” (1971, p. 14).

Neste sentido, o “teste de realidade”, usualmente trabalhado em psicanálise, para se referir à percepção e à apercepção⁹, deveria considerar um período intermediário que vai da inabilidade do bebê para uma crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade (WINNICOTT, 1971). Esta área seria marcada pela *ilusão*, e alude à passagem do subjetivo para o objetivamente percebido (WINNICOTT, 1971).

Segundo Roberto Graña (2007), antes de Winnicott o termo *ilusão* não era “bem visto” por Freud e pela comunidade psicanalítica, imbuída do espírito positivista e cartesiano da pesquisa “séria e rigorosa”. No entanto, alguns indícios do uso do termo podem ser encontrados em *Projeto de uma psicologia para Psicólogos (1895)* conforme aponta Graña (2007), em dois momentos da obra. O primeiro referente ao papel do ‘outro’ na constituição do psiquismo, incidindo sobre a “assistência alheia”, a “comunicação com o próximo” e o “desamparo original”. O segundo momento avança sobre a hipótese da “satisfação alucinatória do desejo”, onde o bebê “anteciparia” uma “vivência de satisfação” anterior.

Embora esses indícios possam ser encontrados em Freud, este autor desenvolveu sua obra preferencialmente seguindo a lógica do pai a partir do mito do assassinato do pai da horda primitiva, portanto, o pai como intermediador das interações entre os pequenos semelhantes. Winnicott, ao trabalhar com períodos anteriores ao complexo de Édipo, destaca a importância do ambiente (mãe) na apresentação da realidade externa (incluindo os pequenos semelhantes) ao bebê.

Graña aponta que:

“A mãe suficientemente boa, ou a mãe devotada comum, sustentará com o seu ser a ilusão de plenitude do bebê até quando ele necessite, para atingir o momento em que reunirá recursos mentais mínimos para dar início à sua interminável negociação com uma realidade que se impõe: a da separação, a do mundo externo, a que compreende todo o campo do não-eu. Isto é o que constitui o que Winnicott definiu como problema filosófico do bebê” (2007, p. 29).

⁹ Percepção e apercepção ocorrem por um movimento duplo. O primeiro se refere a passagem do objeto subjetivamente concebido para o objetivamente percebido, no segundo ocorre a atribuição de sentido que a pessoa realiza àquilo que ela percebe.

Portanto, os problemas filosóficos que surgem do encontro do bebê com o “*outro-que-não-eu*” encontram apoio na *ilusão* e no espaço intermediário, por sua vez apoiados no ambiente. Assim, Winnicott pondera que:

“A ‘mãe suficientemente boa’ (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração” (1971, p. 25).

Os fenômenos transicionais se referem ao progresso do bebê no manuseio de objetos verdadeiramente “*não-eu*” e a um conjunto de características que estes podem assumir, incluindo os chamados objetos transicionais.

Winnicott exemplifica o manuseio do polegar, chupar os dedos, o qual surge em certos bebês num autoerotismo com a boca, para o desenrolar de uma tendência a utilizar objetos “*diferentes-de-mim*” (1971). O autor considera:

“Pode surgir alguma coisa ou algum fenômeno – talvez uma bola de lã, a ponta de um cobertor ou edredom, uma palavra ou uma melodia, ou um maneirismo – que, para o bebê, se torna vitalmente importante para seu uso nos momentos de ir dormir, constituindo uma defesa para a ansiedade, especialmente a ansiedade de tipo depressivo. Talvez um objeto macio, ou outro tipo de objeto, tenha sido encontrado e usado pelo bebê, tornando-se então aquilo que estou chamando de objeto transicional” (1971, p. 17).

“*Pode surgir alguma coisa*” indica justamente que Winnicott acredita que os fenômenos e objetos transicionais surgem, por excelência, de um estado relaxado. Estado onde o bebê tem contato com sua espontaneidade e criatividade primária. Assim, o encontro do bebê com o objeto se caracteriza pelo estado do bebê e pela função do objeto, não pelas características deste. É importante apontar que Winnicott chama a atenção para a enorme variabilidade de objetos que podem se constituir como objetos transicionais. Em última análise ele enfatiza que “*não há objeto transicional, à exceção da própria mãe*” (1971, p. 18). O objeto pode ser um tecido, um babador, um ursinho, um brinquedo, etc., sendo que o que define o objeto não é ele em si, mas o seu uso.

A relação do bebê com o objeto transicional apresenta algumas

características: o bebê assume direitos sobre o objeto, e os adultos concordam com isto; é a onipotência que domina a relação com o objeto; este é afetuosamente acariciado, amado e mutilado; nunca deve mudar, a não ser pelo próprio bebê; deve sobreviver ao amor instintual (ao ódio e à agressividade também); deve ser sentido como uma criação do bebê, não como algo vindo do exterior, nem do interior; com o tempo ele deve ser descatexizado, perder o significado (WINNICOTT, 1971).

Esse caminho para ser descatexizado, ou ser “deixado”, Winnicott denomina de desilusão. A desilusão implica que, conforme o bebê obtenha uma crescente capacidade de lidar com as ‘falhas’ ambientais, a mãe vai cessando gradativamente a sua adaptação quase completa às suas necessidades. Logo, temos que as ‘falhas’, em realidade, são apenas momentos de não dependência absoluta, nunca maiores do que o bebê pode suportar (1971).

Deste modo, *“se tudo corre bem, o bebê pode, na realidade, vir a lucrar com a experiência da frustração, já que a adaptação incompleta à necessidade torna reais os objetos, o que equivale a dizer, tão odiados quanto amados”* (1971, p. 25).

Nesse percurso o bebê pode adquirir um crescente sentido de processo: os primórdios da atividade mental; o emprego de satisfações autoeróticas; um recordar, reviver, fantasiar, sonhar; integrar o presente, passado e futuro (1971).

As questões relativas à desilusão desembocam em grande quantidade nos fenômenos que envolvem o desmame, onde o bebê terá que se haver com uma série de frustrações. A desilusão é um processo que se inicia antes mesmo do desmame e continua por longo período ocorrendo de modo gradativo. Winnicott acredita que a tarefa de aceitação da realidade nunca é completada, sendo que o adulto pode lidar com a tensão entre a realidade interna e a realidade externa obtendo alívio nas áreas intermediárias da experiência, como as artes e a religião, áreas que estão em continuidade direta com o brincar da *“criança pequena que se ‘perde’ no brincar”* (Winnicott, 1971, p. 29).

Neste ponto, conforme trabalhado anteriormente, Lacan e Winnicott se aproximam na ênfase da dependência inicial em relação à mãe. Lacan também pontua que o encontro com o irmão (intruso) se dá por uma intrusão em relação a mãe. O psicanalista francês atribuía ao complexo do desmame a imagem parasitária de quase completude que incidia sobre o complexo do intruso, e a participação do irmão sobre o sujeito como uma saída dupla: na nostalgia de um estado de cuidado anterior e, ao mesmo tempo, no alívio de saber estar a salvo da completude do

Outro, garantindo uma identidade ao sujeito.

Winnicott não correlaciona direta e exclusivamente ao irmão esta participação na separação inicial do sujeito ao Outro, porém relaciona os objetos e fenômenos transicionais às experiências da ilusão e da desilusão gradativa, (portanto o espaço potencial) como um modo de lidar com a frustração do desmame.

É importante enfatizar que para Winnicott (1971) e outros leitores de sua obra (FULGÊNCIO, 2011), o espaço potencial seria o precursor e o próprio potencializador da inserção do sujeito na cultura. Fulgêncio considera que:

“A expansão dessa área da transicionalidade e da atividade do brincar tornará possível o processo de simbolização e dará as condições para o desenvolvimento saudável do eu, e para a entrada do homem na vida grupal e cultural” (2011, p. 2).

Evidencia-se que para Winnicott a “entrada do homem na vida grupal e cultural” é permeada pela transicionalidade, que mantém a criatividade no intercâmbio paradoxal entre a realidade interna e a realidade externa, no rumo para a realidade compartilhada¹⁰. Ou seja, há uma evolução da compreensão intelectual do fato de que, por um lado, há um mundo anterior ao sujeito e, por outro lado, o sentimento de que o mundo foi criado pessoalmente jamais desaparece (Winnicott, 1958).

É no brincar que o sujeito encontra o si mesmo (*self*) e onde poderá utilizar sua personalidade integral, ou seja, poderá partir da criatividade para o contato com os objetos externos. Da mesma maneira, é no brincar que a vida cultural é constituída como algo compartilhável, reconhecendo que a vida vale a pena ser vivida (FULGÊNCIO, 2011). Em Winnicott temos que:

“A brincadeira, ou seja, a criatividade associada à construção e relação com objetos que estão, ao mesmo tempo, fora e dentro do indivíduo, objetos que guardam semelhanças com a natureza dos objetos transicionais, são, para Winnicott, o fundamento da vida cultural” (FULGÊNCIO, 2011, p. 6).

¹⁰ A realidade compartilhada é aquela sobre a qual um grupo de pessoas concorda que certas coisas são reais e outras não são. É um acordo não escrito. De certo modo, a realidade compartilhada é paralela à noção lacaniana do simbólico, se refere ao fato de que as pessoas concordam mais ou menos quanto ao entendimento dos objetos – porque atribuem sentido às coisas – mesmo que estas não possam ser definidas completamente.

Num extremo, Winnicott associa o brincar à psicanálise, chegando mesmo a afirmar que esta seria um desenvolvimento avançado do “brincar”:

“É a brincadeira que é universal, e que é própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros” (1971, p. 63).

Voltando à citação em que Winnicott fala em “estabilidade” e “segurança” na relação com os pais, e que isto é protegido pelo bebê diante da ameaça do irmão, temos que, nesta relação, portanto, percebe-se que houve a formação de algo pelo qual o bebê pode vir a se sentir ameaçado. Duas considerações sobre esta relação:

Winnicott diz que:

*“Todo bebê tem aqui sua própria experiência favorável ou desfavorável. A dependência é máxima. O **espaço potencial** acontece apenas em relação ao sentimento de **confiança** por parte do bebê, isto é, confiança relacionada à fidedignidade da figura materna ou dos elementos ambientais, com a confiança sendo a prova da fidedignidade que se está introjetando” (1971, p. 139. Grifos nossos).*

E mais à frente:

*“O **espaço potencial** entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade e o mundo, depende da experiência que conduz à **confiança**. Pode ser visto como **sagrado** para o indivíduo, porque é aí que este experimenta o viver criativo” (1971, p. 142. Grifos nossos).*

Nestes dois trechos vê-se que o que é sagrado ao bebê é representado pelo espaço potencial. Conforme trabalhado anteriormente, Winnicott utiliza o termo *potencial* justamente para mostrar que é um espaço que ainda “não existe”, mas que pode vir a ser. É uma potencialidade do bebê para seguir seu desenvolvimento de modo criativo, ou seja, unindo sua realidade interna com a realidade externa, para lidar com a mãe, a família, o pequeno semelhante, a sociedade e o mundo. Tudo isso incide diretamente sobre a integração da agressividade e do amor; sobre a possibilidade de ponderar suas ações sobre mundo e sobre outros; sobre conceber

o “outro” enquanto “outro inteiro” (que pode ser amado e odiado), ou seja, está se constituindo a possibilidade de relações com pessoas inteiras. Se o bebê atinge esse estágio, onde realiza relações com pessoas inteiras, Winnicott afirma que o bebê já desenvolveu um *self* bem constituído e um sentimento de si mesmo, com o qual poderá se envolver em relações mais complexas e sofisticadas. A este estágio Winnicott denominou de estágio do Eu Sou (1988).

“No decurso do desenvolvimento emocional do indivíduo chega-se a um estágio no qual se pode dizer que o indivíduo se tornou uma unidade. Na linguagem que utilizei, este é o estágio do “eu sou” (...) o estágio possui significação devido à necessidade do indivíduo de chegar ao ser antes de fazer. ‘Eu sou’ tem de preceder o ‘eu faço’, pois de outra maneira ‘eu faço’ torna-se desprovido de significado para o indivíduo. Este estágio de desenvolvimento, como supomos, aparece em forma tenra em estágios muito primitivos, mas que recebem reforço do ego materno e, portanto, tem, nos primeiros estágios, uma intensidade que se relaciona ao fato da adaptação da mãe às necessidades do bebê” (WINNICOTT, 1971, p. 117).

Até aqui vemos que a mãe tem uma função primordial em propiciar um contato com a realidade marcada pela criatividade a partir de um espaço potencial. Quando esse espaço é preservado, o bebê interage com os demais pequenos semelhantes de modo a proteger esse espaço partindo de sua agressividade, que a princípio – ressalta-se – é apenas motilidade. No contato do sujeito com o pequeno semelhante, neste caso o irmão, a presença deste outro pode ser sentida como ameaça. Esta ameaça é o que indica uma relação segura e estável com a mãe.

Porém, o que podemos inferir que acontece quando a presença deste pequeno não surge como ameaça? E mais além, surge a questão de se os grupos de bebês e crianças podem se beneficiar uns dos outros.

3. CRIATIVIDADE OU SUBMISSÃO?

Para discutir esta questão faremos uma breve consideração da teoria winnicottiana seguida de exemplos clínicos citados por Winnicott, e posteriormente suas considerações sobre os grupos. Pretende-se mostrar que: a) a criatividade e a espontaneidade são fatores fundamentais nas relações com os semelhantes, sendo

que seu oposto, a submissão, conduz a uma relação “reativa” ao semelhante; e b) grupos de bebês e crianças podem se beneficiar de formações coletivas conforme as características dos indivíduos (antes e depois do estágio do *Eu sou*) e da cobertura materna na situação.

Em conjunto com a integração, a habitação da psique e a relação com os objetos, o indivíduo pode, aos poucos, entrar em contato com o *self* e formar uma experiência consistente do que Winnicott denominou de estágio de “Eu sou” (1958). Pode-se apresentar a questão tomando dois polos bem definidos na teoria winnicottiana: 1. Ou o indivíduo vive criativamente e considera que a vida vale a pena ser vivida; 2. Ou não exerce sua criatividade e tem dúvidas sobre o valor da vida. Esta variável está diretamente ligada às provisões ambientais dos primórdios da vida do bebê. Se a mãe (ou quem exerça sua função) é capaz de se identificar com o bebê e se adaptar às suas necessidades de modo ativo, ela contribui para o indivíduo alcançar uma identidade e um si mesmo integrado.

Galván (2009) considera que se a “*dependência significa realmente dependência*”, a continuidade do ser só pode ser preservada se encontrar no ambiente as condições necessárias para que isso ocorra. Isto implica que o ser humano não é entendido como um ser em busca de satisfação/prazer em meio aos conflitos internos gerados de sua instintualidade, mas “*como um ser relacional, em busca da continuidade da existência e de se sentir real*” (GALVÁN, 2009, p. 2).

Na fase de dependência absoluta, quando tudo vai bem, a mãe se identifica com o bebê e pode amparar a fragilidade inicial do indivíduo de modo absoluto, o que gera um sentimento (ilusório, é claro) de onipotência do bebê. Nesta identificação, à qual Winnicott denominou de “preocupação materna primária”¹¹, a mãe está apta a fornecer um cuidado “pessoal” ao bebê, o que significa um cuidado humano marcado por uma história e uma experiência. Cuidado que não é perfeito (como as máquinas) e nem faltoso (no sentido da falta significar a perda da mãe), mas a mãe sabe “como”, “quando” e “o que” o bebê necessita (GALVÁN, 2009). Esse tipo de amparo está baseado no gesto do bebê, gesto espontâneo, no qual ele tem a ilusão de “ter criado o mundo”.

¹¹ O conceito de preocupação materna primária assemelha-se ao *nebenmensch* freudiano do *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), onde a “assistência alheia” para a experiência de satisfação advém de um semelhante que está “ao lado”, nem acima, nem abaixo, mas que se coloca no mesmo patamar que o bebê, isto é, identifica-se a ele a partir de uma experiência anterior.

Por outro lado, quando a mãe é “perfeita” (principalmente no período da dependência absoluta), ou seja, quando ela age sob regras marcadas por questões outras que não a necessidade do bebê, o gesto espontâneo perde seu valor e os cuidados da mãe são sentidos como uma invasão (WINNICOTT, 1954). Pela invasão o verdadeiro *self* é impedido de surgir espontaneamente, e o contato com o “si mesmo” fica subjacente a uma estrutura reativa e falsa, que Winnicott denominou de *falso self*.

Em *O brincar e a realidade* (1971) Winnicott enfatiza a problemática do pequeno semelhante (neste caso, os irmãos da paciente), pelo viés da submissão da paciente. Cita-se Winnicott:

*“A maneira mais simples de descrever os primórdios desse padrão na paciente é pensar nela como uma meninazinha com diversos outros irmãos e irmãs mais velhos, sendo ela a mais jovem. A essas crianças permitiu-se que tomassem conta de si mesmas, em parte porque pareciam capazes de divertir-se e organizar seus próprios brinquedos, além de cuidar de si mesmas com enriquecimento sempre crescente. **A filha mais nova, contudo, descobriu-se num mundo que já estava organizado antes mesmo que chegasse ao convívio das demais.** Muito inteligente, conseguiu adaptar-se de uma ou de outra forma. Jamais conseguiu, porém, tornar-se recompensante como membro do grupo, quer do seu ponto de vista ou do ponto de vista das outras crianças, porque só podia adaptar-se numa base de submissão”* (1971, p. 48. Grifos nossos).

O autor descreve uma negligência de um ambiente (mãe) e a necessidade de os filhos terem que ‘cuidar’ uns dos outros. A mãe apostou num amadurecimento das crianças que não era possível, isto é, uma formação coletiva de pequenos semelhantes sem cobertura materna propiciadora do espaço potencial. Se tomarmos a importância dada por Winnicott à adaptação completa da mãe nos períodos iniciais, para gradualmente apresentar uma realidade mais complexa, obviamente percebe-se que este ambiente não foi sentido como estável e seguro. A única saída encontrada pela paciente foi ceder à realidade que lhe era apresentada, sem a possibilidade de constituir um espaço próprio. O que houve foi uma “adaptação inversa”, um submeter-se ao ambiente. Deste modo, os irmãos não representaram uma ameaça a um espaço potencial, mas apenas um lugar possível de adaptar-se numa base de submissão.

A paciente teve que conviver no coletivo em tenras idades sem o apoio da

mãe e antes de estar constituído um *Eu Sou*, de modo que o coletivo, aqui, significava submissão e não um espaço potencial.

Outro exemplo clínico que relata um paciente que foi cuidado sob a forma de submissão foi o “caso B” (WINNICOTT, 1954). A submissão, neste caso, surgia, por exemplo, numa alimentação “ideal” durante a infância. Alimentação “*que roubou do paciente toda iniciativa de desejo e necessidade. As necessidades instintivas da fome e do desejo sexual impelem a pessoa em direção ao objeto, um risco que ele não podia correr*” (KHAN, 1954, p. 18)

O que se pode perceber no seguinte trecho do caso:

“Paciente: [...] Nunca me tornei humano. Perdi essa experiência.

Analista: Lembro que você não considerou a possibilidade de fazer carreira em psiquiatria ou psicanálise porque achava que não seria perfeito quase que imediatamente.

Paciente: Eu realmente nunca aceitei a ideia de não ser bom em alguma coisa.

Analista: Sua vida foi fundada sobre uma base de perfeição-imperfeição. Isso teria de se manifestar algum dia e acabou por fazê-lo na forma de doença.

*Paciente: **Imperfeito, para mim, significa rejeitado**” (WINNICOTT, 1954, p. 131. Grifos nossos).*

Galván (2009), em um artigo sobre o “caso B” e a constituição de si mesmo, comenta:

*“Existir pela via da submissão impede o indivíduo de ser espontâneo, e torna o viver **meramente reativo**. B tinha dificuldades quando se via na situação de criar algo a partir de uma iniciativa ou movimento próprio, que não fosse **resposta à expectativa do outro**” (p. 4. Grifos nossos).*

Enfatiza-se a passagem “*resposta à expectativa do outro*” que marca especificamente a invasão e a alusão ao *falso self*. Neste caso, o sujeito não dialoga com o semelhante, nem o sente como ameaça, ele apenas se submete por meio do *falso self*. Mais à frente Galván exemplifica:

“Winnicott chama a atenção para o fato de B se sentir incapaz de iniciar ou manter um diálogo; ele não conseguia conversar, a menos que houvesse duas pessoas que tomassem para si a responsabilidade sobre a conversa” (2009, p. 4).

A partir da descrição desse caso percebe-se a importância que Winnicott

atribuía à criatividade enquanto essência para o sentimento de que “a vida é digna de ser vivida”. Isto proporciona o gesto espontâneo, a criatividade e o espaço potencial que será defendido com uso da agressividade. Winnicott atribui a criatividade ao “estar vivo”, sendo o seu oposto a submissão, o grande motivador do sentimento de que a vida “não valeria a pena ser vivida” (1971). Winnicott diz:

“Existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou que exige adaptação. A submissão traz consigo um sentido de inutilidade, e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina” (1971, p. 95).

A criatividade do sujeito fica dependente de experiências favoráveis do bebê com o ambiente. Na medida em que o ambiente proporciona o desenvolvimento de experiências em que o gesto espontâneo do bebê vai se estabelecendo com fidedignidade, junto à *ilusão* de criação surge um sentimento de confiança por parte do bebê. Confiança de que os cuidados da mãe apresentam credibilidade, e assim a confiança pode ser, pouco a pouco, introjetada. O que contribuirá para a passagem do estado de estar fundido à mãe para separá-la do *self*.

Winnicott atribui tal separação a uma nova tarefa do ambiente, posterior à preocupação materna primária, portanto, à identificação que a mãe desenvolve com o bebê. Assim, ela pode retomar aos poucos sua vida própria, como se percebesse que o bebê tem a necessidade de ser um fenômeno separado. Deste modo ela diminui o grau de adaptação às demandas do filho e inicia um processo de separação.

Com a confiança e fidedignidade na relação do bebê com o ambiente, o contato do sujeito com o pequeno semelhante – que a princípio era ameaça – pode gradualmente se transformar em uma relação de amor, contribuindo para o sujeito integrar nesta relação os diferentes aspectos de um objeto. Isto é, está gradualmente se formando como unidade e considerando os demais como unidades separadas. O bebê está se aproximando do ponto onde seria possível a introdução de um relacionamento a três corpos.

É a partir daí que Winnicott faz sua leitura sobre o complexo de Édipo freudiano. Para o autor, este complexo somente é possível onde já se configura uma relação a três corpos. Citando Winnicott:

“Acredito que alguma coisa se perde quando o termo “complexo de Édipo” é aplicado às etapas anteriores, em que só estão envolvidas duas pessoas e a terceira pessoa ou o objeto parcial está internalizado, é um fenômeno da realidade interna. Não posso ver nenhum valor na utilização do termo “complexo de Édipo” quando um ou mais de um dos três que formam o triângulo é um objeto parcial. No complexo de Édipo, ao menos do meu ponto de vista, cada um dos componentes do triângulo é uma pessoa total, não apenas para o observador, mas especialmente para a própria criança” (1988, p. 67).

Temos, portanto, que, antes da possibilidade do relacionamento a três corpos, a criança não é capaz de se relacionar com outros semelhantes enquanto pessoa total e nem de perceber o outro enquanto tal. Antes desse período ela se relaciona, preferencialmente, com o outro como um objeto parcial, partindo de sua fantasia, sem uma relação suficientemente objetiva com o outro. Antes desse período, a relação do sujeito é uma relação do bebê + mãe, enquanto campo subjetivo, estando ela presente ou introjetada.

Se a relação com a mãe é suficientemente boa e a criança se torna inteira, ela poderá partir para outras relações com outras pessoas inteiras. Esta problemática elucida a relação de grupos de bebês e crianças, e a convivência destas tanto em ambiente familiar quanto em instituições como creches e escolas.

Winnicott considera o grupo uma conquista do sujeito, uma conquista do *Eu Sou*. Ao considerar a questão da escola, da instituição de cuidado de bebês e crianças, e a psicologia de grupo, Winnicott pondera duas possibilidades para as crianças:

1. “A criança normal, que tem um lar normal, tem objetivos, e vai à escola querendo de fato aprender alguma coisa, que trava contato com seu próprio ambiente e chega até a ajudar a conservá-lo ou modificá-lo, e 2. a criança desajustada, por contraste, tem necessidade de um ambiente cuja tônica seja o cuidado, e não o ensino; este assunto secundário que pode assumir às vezes caráter especializado, tendo mais a natureza de um remédio de que de instrução escolar. Para a criança desajustada, em outras palavras, a ‘escola’ tem o significado de abrigo ou albergue” (1965, p. 213).

Mais à frente Winnicott é categórico quanto à participação do grupo na constituição do sujeito:

“A criança recém-integrada participa, assim, de seu primeiro grupo. Antes desse estágio só existe uma formação primária pré-grupal, na qual elementos não-integrados são mantidos unidos por um ambiente do qual não se encontram ainda diferenciados. Esse ambiente é a mãe que segura o filho. O grupo é uma conquista do EU SOU, e é uma conquista perigosa. A proteção é muito necessária nos estágios iniciais; sem ela, o mundo externo repudiado volta-se sobre o novo fenômeno e o ataca por todos os lados e de todos os modos possíveis e imagináveis” (1965, p. 217-218).

Winnicott considerava que o estágio de Eu Sou seria um momento “cru”, onde o indivíduo sente-se infinitamente exposto, de modo que esse momento só poderia ser suportado quando há alguém envolvendo a criança em seus braços (1965). Ele diz que exposto significa nu, e aponta a importância de corpo e psique estarem ocupando o mesmo lugar, a membrana limitadora não pode ser apenas simbólica, mas deve coincidir com a membrana corporal¹², a pele (1965).

Assim, a compreensão de Winnicott sobre a formação de grupos remete a dois termos: a “unidade do indivíduo” e a “cobertura materna”, sendo que a origem dos grupos pode se referir a qualquer um dos extremos desses dois termos (1965). No primeiro extremo, com a integração do indivíduo, ele une-se ao grupo enquanto uma “unidade individual”, e assim pode contribuir com o grupo formado por indivíduos integrados como que uma “superposição de unidades” onde a base da formação grupal madura é a multiplicação de unidades individuais.

Ao que Winnicott afirma:

¹² Winnicott cita um breve relato de caso de uma paciente adulta que auxilia a ilustrar esta questão: *“A localização do eu no próprio corpo é muitas vezes tida como óbvia, mas uma paciente psicótica em análise deu-se conta de que, na infância, ela achava que sua irmã gêmea no assento ao lado do carrinho era ela mesma. E até se surpreendia quando alguém pegava a sua irmã no colo e ela ficava parada onde estava. Sua percepção do eu e do outro-que-não-o-eu não tinha se desenvolvido”* (Winnicott, 2000, p. 223). Neste caso, claramente o pequeno semelhante não se apresenta como “ameaça”.

“Dez pessoas, cada uma das quais é pessoalmente bem integrada, superpõem suas dez integrações e passam a compartilhar, em certa medida, de uma única membrana limitante. Essa membrana é representativa da pele de cada um dos membros. A organização representada pela integração pessoal de cada um dos indivíduos tende a conservar, a partir do interior, a entidade grupal” (1965, p. 218).

Neste caso, o grupo pode se beneficiar da experiência pessoal de cada membro, justamente porque recebeu os termos necessários considerados por Winnicott, a cobertura materna e o apoio à integração (1965).

O autor considera que, devido à exposição implicada na formação do *Eu Sou* – sentimento de estar nu, cru, exposto – há na formação grupal uma expectativa de perseguição. Sentimento que pode inclusive ser um estímulo para a formação grupal que, no entanto, se constituída dessa maneira, se revelará artificial e apresentará instabilidade (1965).

No outro extremo da formação grupal, onde se considera a “cobertura”, estariam aquelas pessoas relativamente não-integradas. Nestes casos o autor define três estágios:

*“(a) Apreciam o fato de estarem sendo cobertos, e adquirem confiança.
(b) Começam a explorar a situação, tornando-se dependentes e regredindo à não-integração.
(c) Começam, cada um por si mesmo, a adquirir alguma integração, e, nesses momentos, valem-se da cobertura proporcionada pelo grupo, a qual lhes é necessária devido às suas expectativas de perseguição. Os mecanismos de cobertura são submetidos nesse ponto a grande tensão. Alguns indivíduos conseguem obter sua integração pessoal, e prestam-se assim a serem inseridos em outro tipo de grupo, no qual os indivíduos mesmos proporcionam o funcionamento grupal. Já outros não podem ser curados pela terapia das coberturas apenas, e continuam precisando do cuidado de uma agência, sem, porém, identificarem-se com essa agência” (1965, p. 219).*

Sublinha-se que Winnicott considerava que o grupo poderia, em alguns casos, contribuir para a integração do sujeito, servindo como “cobertura” que ampara os sujeitos que não tiveram uma integração suficiente, ou seja, o grupo pode amparar a falta do ambiente. No entanto, em outros casos, esses grupos devem ser agenciados e cuidados, ou seja, demandam uma estrutura organizada que agencie o grupo.

Esta análise winnicottiana das formações grupais demarca uma grande

diferença em relação a Freud. Winnicott trabalha a hipótese das formações grupais já nas tenras idades, antes de a lógica edípica permear o contato com outros semelhantes. Nestes grupos, não é o pai e a lei que referenciam a formação coletiva, mas a constituição dos sujeitos do grupo (sua integração ou estabelecimento do Eu sou) e a cobertura materna.

Procurou-se demonstrar neste capítulo a trajetória estabelecida por Winnicott entre a teoria do amadurecimento, o brincar e os relacionamentos interpessoais. Conclui-se que Winnicott enfatiza o caráter relacional da constituição do sujeito, destacando a importância da relação entre o sujeito e o ambiente. O ambiente favorece o amadurecimento (integração, habitação da psique no soma, relacionamentos objetivos e constituição do si mesmo) de modo que, quando tudo vai bem, o sujeito alcança um estágio denominado Eu Sou, onde há um *self* bem constituído e um sentimento de si mesmo. A partir desse estágio, o sujeito pode perceber um si mesmo e, portanto, os outros.

Este é o ponto principal que conduz esta análise sobre o pequeno semelhante, pelo qual se estabelece um antes e um depois na capacidade de perceber o outro enquanto unidade separada.

Winnicott atribui valor fundamental à experiência intermediária do brincar no contato com as realidades interna e externa, chegando mesmo a afirmar que esta seria a aquisição que separa o sentimento de que a vida vale a pena ou não de ser vivida.

Nesse brincar, no contato com a realidade apoiado no ambiente, o sujeito pode vir a desenvolver o espaço potencial, ao qual Winnicott atribui o valor de sagrado para o bebê. Sendo a representação de uma aceitação de paradoxos e surgindo apenas onde há uma relação de confiança e fidedignidade, iniciando com a mãe e se desdobrando, a partir daí, para outras pessoas, lugares, para a sociedade, para o mundo e chegando à herança cultural.

O irmão, nesse aspecto da constituição subjetiva, pode apresentar uma função fundamental. É por meio dele que o sujeito poderá expressar um ódio genuíno, e gradualmente poderá sentir uma passagem para o amor, e mudar o sentimento que o relacionava ao pequeno semelhante. O irmão proporciona uma integração e um enriquecimento do mundo do sujeito. De outro ponto de vista, o irmão, ao surgir na família como um incômodo para o sujeito, sinaliza e anuncia que há um espaço potencial entre o sujeito e sua família. Finalizando, o irmão contribui

para a integração e a permanência do objeto, pois surge como ameaça e incômodo, para posteriormente se transformar num parceiro com o qual o sujeito pode brincar e compartilhar a vida.

Capítulo IV:

Desenvolvimento, Maturação e as observações sobre as interações de bebês e crianças

As teorias e observações que se tecem no presente capítulo buscam delinear uma apresentação sobre as considerações da chamada psicologia do desenvolvimento acerca das interações entre bebês e crianças em tenras idades. Busca-se partir dos dados de observações levantados pelos autores desta escola de psicologia para se pensar a estrutura psíquica que possa fundamentar tais interações, pautando-se na teoria psicanalítica.

A ênfase recai, assim como em todo o trabalho desta dissertação, sobre o pequeno semelhante e sua participação na vida sujeito. Portanto: bebês interagem? De que modo? O que está envolvido nessas interações?

Os capítulos anteriores enfatizaram a importância que os autores – Freud, Lacan e Winnicott – atribuem aos semelhantes na constituição psíquica. No decorrer deste capítulo serão retomadas as teorias desses autores para se confrontarem com os dados de observações das teorias do desenvolvimento. Nesta apresentação foram eleitos teóricos e pesquisadores que abordam diretamente as interações entre os bebês e crianças com seus pares.

A psicanálise parte do dado observado para então destrinchar, analisar, construir e reconstruir seu campo teórico a partir de seu referencial de pensamento. A observação e a comparação do comportamento de bebês e crianças têm servido para embasar os pressupostos teóricos fundantes da psicanálise. Desde Freud (1920), por exemplo, tendo uma brilhante análise da nostalgia de seu neto jogando o *Fort-da* e suas implicações sobre a atividade/passividade e sobre a perda/restauração elucidadas em *Além do princípio do prazer* (1920); passando por Lacan (1938) ao utilizar as observações de Charlotte Bühler para elaborar o Complexo do Intruso; e chegando a Winnicott (1941) em seu artigo *A observação de bebês numa situação padronizada*, onde o autor estabelece questões clínicas sobre o tempo e o gesto espontâneo do *self* partindo de observações de seus pacientes pediátricos em tenra idade.

Portanto, o objetivo aqui é buscar verificar os possíveis pontos de apoio nas observações elaboradas pelos psicólogos do desenvolvimento para demonstrar a teoria psicanalítica.

Embora a psicologia do desenvolvimento seja um campo de conhecimento bem delimitado, a fundamentação epistemológica e ontológica dos variados autores que serão apresentados, que podem ser conflitantes e mesmo contraditórias, não serão o foco da apresentação. Obviamente, estas fundamentações teóricas e os

contextos histórico-sociais em que estas teorias e observações foram elaboradas não serão ignorados, mas utilizados para entender o modo sob os quais determinados autores construíram suas metodologias e observações.

De modo geral, a psicologia do desenvolvimento não privilegiou suas observações com enfoque nas interações entre bebês nas tenras idades. O que se destacava normalmente era a interação do bebê com a mãe (Lordelo; Carvalho, 1989). Autores como Vygotsky, Luria, Piaget e Gesell embasaram suas observações no chamado “egocentrismo piagetiano”, o qual estabelecia que a criança antes dos 5 anos seria essencialmente egocêntrica, mantendo uma interação numa base do “para si próprio”, o que se revelaria em suas falas e comportamentos. Vygotsky e Luria enfatizam a “descoberta” piagetiana do egocentrismo citando-o:

“A razão por que a criança fala desse modo – geralmente não se incomodando se seus interlocutores a estão escutando – é simplesmente o fato de que ela não dirige sua fala a eles. A criança geralmente não se dirige a ninguém. Ela fala em voz alta para si mesma na presença de outros” (PIAGET apud VYGOSTKY & LURIA, 1996, p. 163).

Mesmo nos autores – a exemplo de Gesell – que descreveram as interações entre bebês no ambiente doméstico e em ambientes públicos de educação, como as creches, o tipo de interação que estes analisavam é duvidoso e limitado. Havia certa restrição para o que se denominava de “interação” e “social” quando se falava de bebês (Vasconcelos *et all*, 2003).

Num estudo sobre as interações entre bebês nas creches, Vasconcelos e colaboradores (2003) enfatizam a importância de se expandir o conceito de interação. Segundo eles, devido à prematuridade e limitação motora dos bebês, as interações entre os pares seriam “*bastante rápidas e desordenadas, e estas características são resultantes, em grande parte, do desajeitamento motor dos bebês*” (p. 1).

Estes pesquisadores ressaltam que:

“o conceito de interação social e a verificação da existência desse tipo de contato social entre crianças bem pequenas também estão impregnados pelos valores sócio-culturais e científicos da sociedade em que vivemos” (2003, p. 1).

Gesell, por exemplo, dizia que “*A mente se revela por si mesma*” (1985, [1974]), ou seja, é a descrição do que faz o bebê que revela seus fundamentos. No entanto, em seu livro *A criança dos 0 aos 5 anos*, embora faça uma detalhada descrição do comportamento do bebê, vê-se que em algumas passagens certos comportamentos da criança são claramente não descritos. É o caso da agressividade entre irmãos, uma questão preciosa nesta dissertação. Gesell diz claramente que:

“O ingresso do novo bebê no lar dá, naturalmente, origem a um grande tumulto. É esse o período crítico, para o qual se requer sutileza. Tudo será mais fácil para todos os interessados se a outra criança tiver sido afastada do lar, especialmente no caso de ela ter 3 ou 4 anos. O ajustamento da mãe ao lar será, então, mais simples de fazer e ela poderá dispensar toda sua atenção ao bebê recém-nascido” (1985, [1974], p. 62).

Para a psicanálise, mais especificamente para os objetivos desse trabalho, o que interessa em especial é justamente o “tumulto”, é precisamente o que acontece na interação dos filhos quando ocorre a vinda de um novo filho e o primogênito não é retirado do lar, embora a outra alternativa possa ser preciosa também.

Obviamente, o olhar de Gesell estava voltado para verificar a problemática dos “ciclos de desenvolvimento da criança” e possíveis desdobramentos pedagógicos sobre estes. Então, esclarecendo, possíveis análises e críticas aos trabalhos dos autores aqui citados não serão entrave para o decorrer da nossa abordagem. Mas serão ponderados dentro da problemática proposta.

Lacan, em seu exemplo do ciúme entre bebês na visão de Santo Agostinho, certamente incluiria numa definição de “interação” o simples olhar pálido de ciúmes que o filho mais velho lança sobre o mais novo no deleite da amamentação.

Vasconcelos e colaboradores fizeram uma ampla revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema da interação entre crianças, e verificaram uma passagem que vai do social enquanto a interação da mãe com o bebê, para chegar posteriormente a abranger outros aspectos, como o ambiente e os demais bebês. Inclusive encontraram autores que incluíram o olhar de bebês de 3 meses na questão da interação, sendo esse olhar considerado como *contato social* ou *comportamento socialmente dirigido* (2003).

Os pesquisadores esclarecem que:

“Nas três primeiras décadas investigadas (1970, 1980 e 1990), de forma dominante, havia um enfoque mais individual na criança e um olhar para o processo a partir de um prisma mais unidirecional de ação. Ao contrário, na década de 1990 e, mais especificamente, nos anos 2000, tais estudos passam a investigar a situação em sua bidirecionalidade e na dialogia em que estão imersos” (Vasconcelos et al., 2003)

Nesse mesmo artigo os pesquisadores mostram que o termo ‘social’ poderia estar relacionado ao ‘sociável’, no sentido de amigável, o que excluiria uma parte essencial do que poderia contribuir para a psicanálise, que parte de uma definição mais ampla ao incluir em sua teoria a identificação, o ciúme e a agressividade como gênese do social.

Essa crítica, porém, não faz jus a Charlotte Bühler (1943), que já em 1924 se propôs a observar e analisar a interação de bebês considerando a teoria freudiana. A autora descreve interações entre bebês em tenras idades e aponta elementos significativos dessa interação já aos 5 meses.

Inicia-se a apresentação deste capítulo expondo as observações dos autores que propunham o “egocentrismo” piagetiano, que restringe a questão do social e da interação entre bebês e crianças, para posteriormente ampliarmos a confrontação com os autores que ponderavam outros olhares, como o da psicanálise.

Num primeiro momento será discutida a questão da maturação dos órgãos perceptivos e sua possível influência na relação com pequenos semelhantes, e posteriormente se fará uma abordagem dos dados de observação de interações entre bebês e crianças. Estas observações serão apresentadas em relação ao ambiente familiar, nas interações com irmãos, e também em ambientes não familiares, como nas creches.

Será discutida a importância da mãe por meio do tipo da relação que ela desenvolve com o filho, e seus desdobramentos na interação com pequenos semelhantes, assim como o modo de participação da mãe e da educadora no contato com o bebê e seus consequentes desdobramentos na interação entre bebês.

1. MATURAÇÃO E A OBSERVAÇÃO SOBRE O “EGOCENTRISMO” DA CRIANÇA

1.1. VYGOTSKY E LÚRIA

Os dois autores trazem considerações importantes sobre a maturação dos órgãos sensoriais e sua importância na percepção do mundo. É curioso notar que no tempo em que desenvolveram a obra aqui citada, os autores fazem uma crítica ao olhar que era lançado sobre o bebê e as crianças pelo senso comum: de que seriam verdadeiros adultos em miniatura (1996).

Seus escritos mostram uma participação fundamental da psicologia do desenvolvimento em apontar e sustentar o fato de a infância ser qualitativamente diferente da fase adulta (1996). Desse modo, a imaturidade dos órgãos de percepção do bebê influencia decisivamente o modo como este interage com o ambiente:

“Embora esse mundo esteja cheio de ruídos e borrões, os órgãos de percepção da criança ainda não funcionam para ela: ela não tem percepções isoladas, não reconhece objetos e não destaca nada nesse caos generalizado. Para ela, ainda não existe um mundo de coisas habitualmente percebidas, e ela vive como um ermitão” (1996, p. 155).

Embora a passagem seja radical quanto às capacidades do sujeito primitivo – fato já trabalhado no capítulo sobre Winnicott, principalmente nos escritos de Leda Bernardino (2006) sobre um proto-sujeito já na gestação – a citação mostra claramente uma importante passagem sobre as possibilidades perceptivas de um bebê.

Passamos ao ponto de ênfase:

“[...] Todos já devem ter visto uma criança estendendo as mãos para a lua na esperança de agarrá-la, ou tentando pegar um pássaro no céu, e assim por diante. A criança de dois e quatro anos de idade não possui perspectiva. Os princípios subjacentes às percepções visuais da criança são diferentes: são muito mais primitivos, o mundo

é visto de modo primitivo, é em geral percebido como algo bem à mão, bem próximo, ao alcance do toque, da apreensão ou do tato da criança, isto é, de todas as formas primitivas de posse” (VYGOSTSKY, LURIA, 1996, p. 157)

Esta citação demonstra que o olhar é uma construção. A perspectiva é algo a se constituir na criança. Isto incide diretamente sobre a questão do transitivismo trabalhado por Lacan, quando do complexo do intruso. Lacan descreve a criança que chora ao ver cair a outra que está distante. O que os citados autores do desenvolvimento estão a dizer é que não há maturação nem desenvolvimento do órgão visual suficiente para que a criança estabeleça uma distância, uma perspectiva sobre a outra que cai. A outra criança é algo “bem à mão”, o que traz implicações sobre esse período onde os “espaços psíquicos se confundem”.

Entende-se que a maturação do órgão visual e a perspectiva se dão gradualmente, e isto pode ser verificado na capacidade de foco na distância de 30cm de distância já nos primeiros meses (PAPALIA, 2009) e mesmo numa interação entre bebês durante o primeiro ano (VASCONCELOS et al, 2003), fato que será melhor discutido adiante.

Porém, há uma não-formação de perspectiva inicial, o que se demonstra nos exemplos citados pelos autores. Se partirmos dessas considerações, vemos que o bebê tem a possibilidade de apreensão visual do outro pequeno semelhante somente sob uma ótica bidimensional, ou seja, ele ainda se situa no mesmo plano de visão do outro: não há perspectiva.

Se emprestarmos a linguagem da geometria euclidiana como ilustração, temos que para a formação de um plano único no espaço são necessários no mínimo três pontos não colineares (que não estão na mesma reta). Isso pode ser exemplificado com os móveis de uma casa: uma cadeira com apenas duas pernas não se sustenta, ela precisa de no mínimo três pernas. Com apenas dois pontos não há a delimitação de um plano na geometria.

Esta ilustração auxilia a pensar a formação de um espaço psíquico. Ora, é justamente sobre isso que está pautada toda a problemática psicanalítica desde que Freud propôs a tridimensão edipiana. Se considerarmos a mãe e o bebê como

pontos no espaço, então, para que se forme um espaço psíquico, é necessário que surja um terceiro ponto perto desses dois. No plano de dois pontos (bebê + mãe) há somente a impossibilidade da formação de um espaço psíquico. Tanto na geometria quanto na constituição subjetiva é necessária a introdução de mais um elemento para que se sustente a lógica da tridimensão, e para que se constitua um plano ou um espaço psíquico. Tal formação se faz quase impossível nos primórdios da constituição subjetiva e do desenvolvimento humano, onde a maturação do órgão visual e seus respectivos receptores neuronais não estão a termo para tal empreitada.

Essa bidimensionalidade poderia também justificar a limitação da faixa etária para que ocorra o complexo do intruso. Lacan diz que:

*“Esse estágio se caracteriza por transformações tão rápidas e profundas da estrutura nervosa, que elas dominam as diferenciações individuais. Compreendemos que essa condição equivale à exigência de uma semelhança entre os sujeitos. **A imago do outro parece estar ligada à estrutura do próprio corpo**, e, mais especificamente, de suas funções de relação, por certa similitude compreensiva”* (LACAN, 1938, p. 44. Grifos nossos).

Do que poderíamos inferir: a imagem do outro tem que estar tão próxima e ser tão similar à do sujeito, ao ponto de este poder visualizar o outro num espaço bidimensional¹³. Ao estar nesse campo bidimensional, isto justifica que *“A imago do outro parece estar ligada à estrutura do próprio corpo”*. Entretanto, no decorrer desse contato visual bidimensional, na medida em que o outro em questão se refere a uma imagem anterior do sujeito – a imagem do complexo do desmame – ele introduz o sujeito numa tríade, numa perspectiva: o sujeito e a mãe, mais o outro pequeno semelhante como um terceiro ponto.

Mais uma vez citamos Lacan: *“Ela implica a introdução de um objeto terceiro, que substitui a confusão afetiva e a ambiguidade especular pela concorrência de uma situação triangular”* (1938, p. 49).

¹³ Curiosamente, essa questão parece estar presente no imaginário social. Alguns desenhos animados como os “Muppet babies” de Jim Henson e “Tom e Jerry” William Hanna e Joseph Barbera, mostram os adultos apenas com as pernas, estando a parte superior do corpo oculta. As crianças e os bichos nos desenhos identificam os adultos especialmente pela voz. Os semelhantes que aparecem com o corpo completo são apenas as crianças e outros animais.

Esta questão também auxilia a pensar o bebê winnicottiano no colo da mãe (ambiente). Se Winnicott dizia que: “*Não existe essa coisa chamada bebê. O bebê é sempre ele mais a mãe*” (WINNICOTT, 1958, p. 40), é também porque dois pontos não delimitam um plano. Do ponto de vista do bebê, sem perspectiva, a mãe está sempre no mesmo espaço que ele. Com a introdução de um terceiro ponto há a possibilidade de o bebê visualizar a mãe num plano diferente do seu.

Vygotsky e Luria também enfatizam a continuidade da experiência para a formação de uma “imagem integral”, ou “imagens visuais”. Eles dizem que:

“A criança antes percebia um grande número de fragmentos acidentais, isolados e flutuantes (temos impressão semelhante quando examinamos um mapa desconhecido, quando caminhamos por uma rua de uma cidade estranha ou quando estudamos uma lição desconhecida). Ela começa agora a perceber uma série de quadros completos. Pelo fato de as ‘imagens visuais’ permanecerem na mente da criança, a experiência anterior funde-se com os estímulos atuais e o mundo adquire um caráter integral” (1996, p. 159).

O que vem ao encontro tanto de Winnicott sobre a *confiança* no ambiente, quanto de Lacan ao afirmar o estádio do espelho. É necessária a repetição da experiência para que se forme uma imagem. Winnicott enfatiza a questão ao falar sobre os cuidados maternos, que devem ser previsíveis para a criança para que esta forme uma imagem dos cuidados da sua mãe e mais adiante, para que as experiências de *holding*, *handling* e *apresentação de objetos* venham a se constituir na mãe suficientemente boa.

Tomando o próprio exemplo dos autores, seria como um viajante disposto a explorar o Pantanal mato-grossense, e que a cada viagem percorresse um caminho diferente. Ao chegar ao Pantanal encontraria sempre um local muito diferente a cada chegada, tendo este sido modificado pela ação das cheias, da migração dos animais e das mudanças da vegetação, ao ponto de acreditar estar indo sempre a um lugar distinto.

Vygotsky e Luria citam um estudo de Major (1906, *apud* VYGOSTKY & LURIA, 1996) que elaborou experimentos para argumentar sobre da percepção de mundo da criança, a qual passaria por três estágios: oral, tátil e visual. Major

apresentou figuras coloridas a crianças de diferentes faixas etárias e constatou que elas agem diferentemente conforme a idade. Ele distinguiu três estágios específicos:

“Primeiro, a criança não trata a figura como retrato (primeiro estágio); trata-a simplesmente como um pedaço de papel multicolorido, pega-o e rasga-o. O segundo estágio vem quando os mecanismos anteriormente descritos parecem começar a dominar: a criança começa a perceber o conteúdo da figura como imagem e começa a tratar as coisas ali desenhadas como reais. Tenta pegá-las, falar com ela – numa palavra, não faz distinção alguma entre coisas reais e sua representação. Muito mais tarde começa o terceiro estágio: a criança começa a distinguir as coisas reais de suas representações e sua atitude para com cada uma delas começa a ser muito diferente” (MAJOR, 1906 apud VYGOSTKY & LURIA, 1996, p. 159).

Os autores comentam que leva muito tempo para que a criança passe a não mais confundir a realidade com a fantasia. Nesse período, a fala e o pensamento da criança irão se desenvolver. O que esses experimentos demonstram é que não somente a visão, mas a atitude da criança frente a uma imagem muda drasticamente com a idade e sua conseqüente maturação dos órgãos perceptivos. Com a maturação, está aberta a possibilidade perceptiva de uma triangulação.

É importante frisar que a visão foi posta aqui como exemplificação do processo maturacional e suas conseqüências na constituição subjetiva. De fato, não é exclusivamente pela visão que a tridimensão é alcançada. Daí a indubitável constatação de que os deficientes visuais compensam sua deficiência por outros meios. É notável essa questão: num raro caso, um paciente cego adulto recuperou a visão próximo aos 50 anos, após ter passado quase toda sua existência sem enxergar.

O artigo que relata essa experiência foi publicado no jornal *“The New Yorker”* em maio de 1993. Em *“To see or not to see”*, o Dr. Oliver Sacks relata a história de seu paciente Virgil, que recuperou a visão aos 50 anos após uma simples cirurgia de remoção de catarata. O fato é que o paciente recuperou não a visão como habitualmente se considera, mas a capacidade de receber estímulos visuais: ele não conseguia relacionar o estímulo ao que este representava. Como um analfabeto ao olhar uma página de um livro.

“Virgil told me later that in this first moment he had no idea what he was

seeing. There was light, there was movement, there was color, all mixed up, all meaningless, a blur. Then out of the blur came a voice that said, "Well?" Then, and only then, he said, did he finally realize that this chaos of light and shadow was a face – and, indeed, the face of his surgeon” (SACKS, 1993).

Este relato representa bem o que inferimos sobre a construção do olhar e da experiência de ver para o bebê. Um conjunto de estímulos visuais que incidem na retina é transmitido ao cérebro: com a experiência e a repetição podem formar uma imagem e o que se denomina de visão.

Isto vem a confirmar o que os estudos com bebês já demonstraram, que a concepção de mundo e a forma de conhecimento deste é construída. Está baseada numa maturação e num desenvolvimento dos órgãos perceptivos, cujos estímulos não estão necessariamente ligados ou conectados, mas podem vir a sê-lo a partir da experiência.

Outras raras situações, como a da americana Hellen Keller, que ficou surda e cega aos 18 meses, nos auxiliam a entender a questão dos órgãos perceptivos e a constituição do sujeito. Apesar de suas deficiências, Hellen conseguiu se integrar à sociedade, se graduar pela Radcliffe College, foi filósofa e conferencista, e publicou 14 livros entre outros escritos. Em sua autobiografia intitulada *A história de minha vida* (2008) ela relata os desafios de se adaptar ao mundo partindo do tato, do olfato e da gustação.

Ela relata sua experiência utilizando os meios que tinha disponíveis:

“Não consigo lembrar-me bem do que aconteceu durante os primeiros meses de minha doença. Sei apenas que me sentava no colo da mamãe ou me agarrava a seu vestido enquanto ela desempenhava suas tarefas de casa. Minhas mãos tocavam cada objeto e registravam cada movimento, e assim aprendi a conhecer muitas coisas. Logo senti necessidade de alguma comunicação com os outros e comecei a fazer toscos sinais. Um aperto de mão significava ‘não’, e um acenar afirmativo da cabeça ‘sim’; um puxão significava ‘vem’, e um empurrão, ‘vai’ (KELLER, 2008, p. 8).

Certamente, os 18 meses em que Hellen podia enxergar e escutar foram decisivos em termos de sua constituição subjetiva, porém é notório o fato de ela conseguir manter um contato social sem estes dois importantes órgãos perceptivos. Isto contribui para elucidar a construção da percepção de mundo do sujeito. Os estímulos processados pelos órgãos perceptivos vão ganhando valor com a

experiência, o que condiz muito com o que disse Merleau-Ponty sobre o corpo e a consciência. Em sua clássica frase ele afirma:

“A coisa e o mundo são dados como partes do meu corpo, não por sua 'geometria natural', mas sim por uma conexão comparável, ou mais certamente idêntica, àquela que existe entre as partes do meu corpo” (Merleau-Ponty, 1971, p. 212).

Numa visão geral sobre as considerações de Vygotsky e Luria (1996) a respeito das interações entre bebês e crianças, os autores consideram que não há sociabilidade com pequenos semelhantes antes dos 4 anos. Definem o comportamento desse período como “isolado” (p. 160), “egocêntrico” (p. 163), “autista” (p. 163), “não-social” (p. 160), e “unicamente orgânico” (p. 160), entre outros, o que decisivamente influencia as suas observações, conforme surge na citação:

“Já dissemos que o comportamento da criança pequena caracteriza-se pela dissociação do mundo e concentração sobre o próprio eu, concentração em seus próprios interesses e prazeres. Procure observar uma criança de quatro anos brincando sozinha: ela não presta atenção a ninguém mais, está completamente imersa em si mesma. Arruma alguma coisa diante de si, fala consigo mesma e ela mesma não se desligará imediatamente daquilo de que se ocupa. Uma criança dessa idade pode brincar sozinha perfeitamente bem, completamente preocupada consigo mesma” (1996, p. 162).

Isto coloca em cena tanto a definição de “social” quanto de “isolado” dos autores, como também sua apreensão nas observações, o que restringe largamente a possibilidade de analisar interações.

O próprio *“brincar sozinha perfeitamente bem, completamente preocupada consigo mesma”* já demonstra a delimitação da observação. Para Winnicott (1958), o brincar sozinha seria uma conquista das mais sofisticadas dentro do amadurecimento pessoal. O autor trabalha esta questão em seu artigo denominado *A capacidade de estar só* (1958), onde atribui a essa tarefa um alto valor na constituição subjetiva. Para o bebê, seria a capacidade de estar só na presença do outro, ou seja, o fato de que o bebê já está com um *self* bem delimitado e com uma

confiança no ambiente (mãe) tal que lhe permite aplicar-se às suas tarefas “sozinho”, mas na presença do outro. A presença do outro é um detalhe decisivo, porém não é enfatizado e muitas vezes nem citado por esses autores da psicologia do desenvolvimento.

1.2. GESELL

Em seu livro *A criança dos 0 a 5 anos* Gesell trabalha dois ambientes de desenvolvimento da criança: o primeiro, a criança no ambiente doméstico; e o segundo, a criança na “escola-creche” (1985 [1974]). Propõe que o desenvolvimento da criança se dá em “ciclos” que delimitam períodos onde um determinado agrupamento de comportamentos seria mais estável – ao ponto de se definir como ciclo que se repete de modo geral no desenvolvimento do ser humano.

Apresenta-se uma citação que reafirma o que foi trabalhado em Vygotsky e Luria sobre a percepção:

*“O espaço e o tempo são algo que os adultos têm como certo; mas não é assim para o bebê (...) o bebê tem de adquirir a sua ideia do espacial, **aqui e além**, e do temporal, **agora e depois**, através do progresso gradual do desenvolvimento. As percepções são esquemas complexos de comportamento baseados em reações a coisas. O bebê não nasce com percepções perfeitas, estas desenvolvem-se. Desenvolvem-se com a experiência e com a crescente maturidade das suas células nervosas, sensoriais, motrizes e conectivas”* (GESELL, 1985, [1974], p. 8. Grifos do autor).

Isto enfatiza novamente a necessidade de uma maturação e um desenvolvimento para que se possa pensar nas interações entre bebês e sua respectiva participação na constituição subjetiva de cada um deles.

Num breve capítulo sobre o bebê na família, Gesell discute a questão da vinda do segundo filho e dos demais. Ele atribui a reação do primogênito em relação ao segundo filho como dependente de sua faixa etária. O autor também considera que o segundo filho pode se beneficiar da experiência que os pais tiveram com o primeiro, pois *“os pais estão agora em melhor posição para encarar numa*

perspectiva mais verdadeira o significado do nascimento e do desenvolvimento do filho” (1985 [1974], p. 59).

Gesell afirma que:

“Os pais encaram, por vezes, o segundo filho como uma influência reformadora, que deverá servir para mitigar o egoísmo e a agressividade atribuídos, porventura erroneamente, ao primeiro filho. Se a segunda gravidez é determinada por tais motivos, o lar não pode estar realmente apto a receber o seu novo residente (...) Certas teorias em voga podem ter exagerado os perigos de uma reação ciumenta para com o novo bebê. Daí resulta que os pais, na ânsia de prevenir semelhante reação, envidem os maiores esforços para inculcar sentimentos de coragem e hospitalidade no primogênito, já solidamente instalado no lar” (1985 [1974], p. 59).

Nesta passagem vê-se que Gesell está focado numa abordagem técnica sobre o modo como se pode encarar a vinda de um novo filho e a postura dos pais para com o primogênito. Apesar de seu ponto de vista, o que se pode observar é que Gesell já aponta para algo que circulava a senso comum, isto é, a importância da convivência do bebê com outros de modo a “reformular o egoísmo e a agressividade”.

Tal postura técnica ou, digamos, pedagógica, estaria embasada no desenvolvimento da criança. Gesell diz, por exemplo, que antes dos dois anos os esforços dos pais em tentar mostrar ao primogênito a vinda do irmão mais novo e fazer uma preparação da vinda do irmão em nada será tranquilizadora, já que nesta idade ele não possui noção de futuro (1985 [1974]).

Gesell aponta que *“A sua idade, o seu temperamento e a sua maturidade é irão determinar o que se deve dizer a ele e como lhe deve ser dito”* (1985 [1974], p. 59). O que condiz em muito com o que Lacan e Winnicott falam sobre a participação do pequeno semelhante na constituição subjetiva: ela está implicada nas características sob a qual ocorre: a faixa etária e a subjetividade do sujeito.

Num panorama geral sobre as observações de Gesell, as interações dos bebês com os outros podem ser apresentadas em três grandes períodos: até os 18 meses; dos 18 meses aos 3 anos, e após os 3 anos.

Até os 18 meses Gesell (1985 [1974]) atribui à criança um extremo egocentrismo. No ambiente da creche ele relata que suas atividades, reações,

humor e interações com outros bebês se referem sempre à sua própria iniciativa. O autor afirma que o bebê *“ignora quase por completo as outras crianças”* (p. 148): *“Uma criança de [menos de] 18 meses não está muito interessada nas outras crianças. Não tem nada para lhes dizer e tem pouco que fazer junto com elas”* (p. 280). Também surgem referências a um interesse no adulto *“na medida em que este possa ajudá-la a resolver esses mesmos assuntos (interesses do bebê)”* (p. 280). Frequentemente o egocentrismo da criança é ressaltado, como na seguinte citação: *“Enquanto ela puder dispor de oportunidades de expressar os seus desejos e exercer as suas atividades, as outras pessoas são inteiramente desnecessárias para as suas brincadeiras ou em quaisquer situações sociais”* (p. 280).

Em relação ao ambiente das creches, Gesell (1985 [1974]) afirma que os bebês de 18 meses (ou menos) têm fraco interesse pela educadora, e que a procuram apenas para lhe mostrar coisas ou solicitar coisas. Também enfatiza o fato de interagirem com outras crianças: *“Como a atenção que prestam umas às outras é muito ligeira, é provável que a maioria das crianças de 18 meses se sentisse igualmente satisfeita se não houvesse outras crianças presentes”* (p. 281). Porém, contraditoriamente, o autor chega a citar interações entre os bebês de 18 meses na disputa de objetos e brinquedos, em falas de proibição (“Não!”). Gesell comenta que

“Na sua maior parte as crianças ignoram-se simplesmente umas às outras, ou tentam apossar-se das coisas umas das outras. A criança a quem tentam tirar um objeto pode deixar que o levem ou pode agarrar-se a ele de modo quase instintivo” (p. 281).

Relatos como este também surgem em relação a uma interação grupal:

“Como grupo, as crianças brincam em unidades isoladas e muito movediças, estabelecendo pouco contato com qualquer outra pessoa. Podem ocasionalmente olhar para as outras e, se uma delas vai para junto da educadora, podem outras ir atrás dela. Duas crianças podem brincar juntas com o mesmo objeto quase sem atentarem uma na outra” (p. 282).

Nesta faixa etária, Gesell considera que o contato com outras crianças não contribui para uma “socialização”, no sentido de ser uma “estimulação social”. Para o autor, isto depende mais da maturidade do que do contato com semelhantes.

Já na faixa etária que vai dos 18 meses aos 3 anos Gesell afirma que as crianças gostam de brincar com outras, principalmente com as mais velhas, mas que elas precisam da vigilância de um adulto. O autor também enfatiza que surge uma agressividade mais definível e contraditória:

“A timidez e o retraimento dos 2 anos apresentam-se agora com sinal contrário. No entanto, o comportamento dos 2 anos e meio inclui extremos de timidez e retraimento, por um lado, e de aproximação e agressividade, por outro. A criança reage consoante as exigências da situação. Pode exigir a mão da mãe quando encontra uma pessoa estranha, na rua, ou pode repentinamente ‘socar’ o estranho com poucos ou nenhum sinal prévio” (1985 [1974], p. 175).

Na interação com crianças, Gesell demonstra uma troca de posições como numa relação de poder, podendo cada criança ser dominadora ou submissa:

“Quer muito a companhia de outras pessoas, tanto adultos como crianças, mas não é capaz de lidar bem com ela. É a idade de bater e atirar, especialmente quando está com crianças mais novas do que ela. Contudo, uma mesma criança pode passar de um período em que seja habitualmente submissa demais para outro, em que seja excessivamente dominadora” (1985 [1974], p. 175).

O autor enfatiza que nesta faixa etária a criança brinca melhor com outras mais velhas, de 5 ou 6 anos. Começa a apresentar interesse pelas diferenças de sexo entre meninos e meninas. Já é capaz de apresentar opinião, atribuída a um forte “sentimento de eu”, dizendo frases do tipo “Eu gosto”, “Eu não gosto”, “Eu quero” e “Eu não quero”.

Gesell atribui a disputa de brinquedos a um período mais específico, o dos dois anos e meio, como se pode ver a seguir:

“As características etárias sobressaem nitidamente quando vemos um grupo inteiro de crianças de 2 anos brincando em silêncio ao lado umas das outras, com muito poucas reações interpessoais; ou um grupo de crianças de 2 anos e meio, a defenderem energicamente todos e cada um dos brinquedos com que estão brincando, com quem estiveram brincando ou com quem futuramente querem brincar; ou um grupo de crianças de 3 anos sociáveis e simpáticas, a divertirem-se umas com as outras, contentes e presenteiras” (1985 [1974], p. 279).

A partir dos 3 anos Gesell já atribui a capacidade à criança de se relacionar com outra, considerando o outro. Inclusive na questão do nascimento de um novo irmão, conforme se vê:

“Em geral, a criança de 3 anos está psicologicamente apta para se adaptar bem a um novo bebê. Acabou de passar por uma fase em que reviveu, emocionalmente, as suas primeiras idades, e está em vias de se adaptar a um mundo mais vasto para além do seu lar. A criança de 3 anos pode estar pronta para a ir para a casa da avó quando a mãe for para a maternidade” (1985 [1974], p. 59).

O modo de descrição e observação de Gesell (1985 [1974]) dificulta uma análise das interações de bebês e crianças. Algumas passagens são notavelmente contraditórias. Por exemplo, quando ele diz que não há interação antes dos 18 meses: *“(ela) ignora quase por completo as outras crianças”*, (p. 148) para logo em seguida dizer: *“...já ultrapassou a sua anterior fase agressiva com outras crianças e brinca particularmente com outra criança”* (p. 162). Ou seja, houve uma interação, mas ela não foi considerada como tal.

Isso revela o que Vasconcelos e colaboradores comentam sobre as observações de interação entre bebês em alguns autores, que a agressividade não era vista como “socialização”, nem mesmo a disputa de brinquedos ou a solicitação da atenção da mãe ou educadora. Desse ponto de vista também ficam excluídas interações fragmentadas, ou a importância de outros elementos (como a presença ou não da mãe e da educadora).

No entanto, o olhar de Gesell servirá para reforçar alguns elementos de análise mais adiante. Porém, primeiramente serão apresentados outros autores que

incluem em suas observações esses aspectos negligenciados por Gesell, iniciando-se por Bühler.

2. INFLUÊNCIA DA PSICANÁLISE NAS OBSERVAÇÕES

Charlotte Bühler, psicóloga nascida em Berlim, desenvolveu estudos sobre o desenvolvimento nas tenras idades. Fora casada com Karl Bühler, autor extensamente citado por Vygotsky na obra referenciada anteriormente, principalmente por seus estudos sobre instrumentalização em macacos.

Bühler foi quem descreveu os fenômenos do transativismo usados por Lacan para trabalhar o complexo do intruso (LACAN, 1938). Na apresentação que se segue foram utilizadas suas obras publicadas na Argentina sob o título de *El desarrollo psicológico del niño* no ano de 1943 e *Infancia y Juventud* de 1946. As datas de publicação original não foram encontradas nas referências nem em outras investigações.

Bühler enfoca suas observações sobre as interações de bebês e crianças partindo de um ponto de vista diferente, chegando inclusive a citar Freud e a importância de sua teoria para a compreensão da constituição do sujeito:

“El estudio psiquiátrico moderno de las neurosis, más que las psicosis, había revelado que las relaciones con otros seres humanos experimentadas por el niño pueden ser de importancia etiológica decisiva en las neurosis. El contenido psíquico de estas relaciones, tanto consciente como inconsciente, se estudió por tanto con gran cuidado. Sigmund Freud, que realizó una obra de exploración en esta dirección [...]” (1943, p. 57).

Nesta mesma obra a autora enfatiza a importância de se buscar embasar a teoria psicanalítica com auxílio da psicologia do desenvolvimento.

“Nosotros creemos que una discusión de los resultados psicoanalíticos solo tendrá valor cuando se realice una comparación entre los datos encontrados por el método psicoanalítico y los datos descubiertos por el método de la observación directa de la conducta del niño” (1943, p. 66).

Portanto, partindo da psicologia do desenvolvimento, mas considerando a obra freudiana, a autora se propõe a observar a interação social ponderando também o que ela chamaria de componente negativo, a agressividade e a destruição, além do componente positivo, que seria a sexualidade.

Bühler expõe a problemática da seguinte forma: *“Como puede determinarse exactamente la reacción más temprana del niño recién nacido a los otros seres humanos?” (1943, p. 59).*

A autora aborda o sorriso como o primeiro comportamento social dirigido aos adultos, e quanto aos pequenos semelhantes ela afirma que há, já no primeiro ano, a partir dos 5 meses, reações sociais bem delimitadas, incidindo tanto no componente positivo como no negativo:

“La diferenciación de estas repuestas sociales positivas comienza a una edad muy temprana. A los cinco meses el niño llega a ser socialmente activo, es decir, busca contacto espontáneamente con los que se aproximan a él, tanto produciendo sonidos (balbuceo) como por contacto físico (agarrando y tocando) [...] Se observan los gestos del compañero a más tardar en el quinto mes, y en el octavo se percibe una sombrosa capacidad de interpretarle y comprenderle. Se ha observado a niños de esta edad tratando de consolar a un niño asustado y llorando. Por otra parte, hemos registrado también situaciones en las que un niño hizo todo lo posible para excluir y someter a su compañero, y a los diez meses tal conducta iba acompañada por una sonrisa de triunfo” (1943, p. 60-61).

As condutas negativas são aquelas de fuga / evitação (*huida*), defesa e ataque sendo consideradas secundárias. A autora estabelece fatores que condicionam estas condutas, como a intervenção (*ingerencia*) e o estranho/desconhecido (*extrañeza*).

Bühler afirma que um bebê de seis meses é capaz de rivalizar com outro se ele estiver interessado num brinquedo, porém, a agressividade posta em movimento seria apenas incidentalmente dirigida à outra pessoa (1943). Neste período ele não

prestaria atenção ao companheiro de jogo, mas estaria dominado pelo desejo de obter um brinquedo específico.

O último terço do primeiro ano seria o período em que o bebê expressaria satisfação e prazer por triunfar sobre um rival, o que Bühler considera como o sentimento de afeto que se produz pelo domínio de uma situação (1943).

Bühler afirma que:

“Las diferencias individuales en las situaciones de juego de este género son muy marcadas. Hay niños tan agresivos que se interesan por cualquier objeto que otro niño pueda tener en sus manos, e intentan apoderarse de él inmediatamente. Después hay otros niños que están tan definitivamente a la defensiva, que nunca intervienen por su iniciativa en otros niños, sino que o bien se defienden del ataque o emprenden la huida” (1943, p. 62).

A intervenção diz respeito à limitação de um terceiro, pequeno semelhante, sobre os movimentos dos bebês, e também quanto a eles estarem em posse ou não de algo “desejado” pelo sujeito. Nestes casos o sujeito, o bebê, é posto em movimento para se libertar e para alcançar o objeto. O outro fator, o estranho, ou diríamos, a não familiaridade com a outra pessoa, é, também, um fator responsável pelas reações de fuga e defesa. Até 1 ano de idade a resposta do bebê aos estranhos é sempre negativa, e segundo a autora isto permanece até os 3 anos (1943).

Para a autora (1943), o comportamento social do primeiro ano difere radicalmente do segundo ano. Com exceção dos membros da família, com quem há uma convivência próxima e frequente, o bebê não faz diferença entre os indivíduos. Ele sorri, balbucia e estabelece contato físico com todos, sendo que a fuga e a defesa são causadas pelo comportamento de intervenção que incidem sobre a liberdade de movimentos do bebê. Ele não demonstra nem simpatia, nem antipatia. Portanto, para a autora haveria um valor objetivo no fato de as reações sociais serem diferentes no primeiro e no segundo ano.

As reações emotivas pessoais constituem outro fator condicionante do comportamento social negativo ou positivo. O bebê tem suas preferências com relação às pessoas (Bühler, 1943).

As observações de Bühler mostram que há interações entre bebês já aos 6 meses: estes trocam olhares, carícias, brinquedos e mesmo agressões. Segundo a autora, no primeiro ano estas interações parecem estar mais relacionadas a questões dos próprios bebês do que ao outro propriamente dito. A criança quer tomar o brinquedo para ela, e para isso toma-o das mãos do outro. A criança quer se locomover, então ela se rebela para conseguir isto. Com este enfoque, ela demonstra que muitas das interações que poderiam ser descritas pela psicologia do desenvolvimento foram negligenciadas.

Em outra obra da autora, intitulada *Infancia y Juventud* (1946), Bühler apresenta o seguinte quadro:

RESPUESTAS DE UN NIÑO A OTRO OBSERVAMOS EN UN 60% O MÁS DE LOS CASOS	EDAD (MESES)
Observa a otro niño	4 a 5
Sonríe a otro niño	4 a 5
Grita si se presta atención a otro niño	8 a 9
Ofrece un juguete a otro niño	8 a 9
Se vuelve “balbuceando” a otro niño	8 a 9
Imita movimientos de otro niño	9 a 10
Se opone a que se le quite un juguete	9 a 10
Actividad lúdica organizada	10 a 11
Procura “balbuceando” atraer la atención	10 a 11
Se pone malhumorado si otro niño se aparta	10 a 11
Aparte el juguete y se vuelve hacia otro niño	11 a 12

(Bühler, 1946, p. 48)

Esse quadro mostra os resultados de uma pesquisa realizada pela autora em 1924 com a finalidade de estudar o comportamento social recíproco de crianças pequenas. As crianças foram colocadas em situações variando em sua quantidade (pares, trios, ou mais) e também em sua idade, que poderia ser a mesma ou diferente. Foram utilizados brinquedos (*juguetes*) para estimulação, que eram dispostos um para cada criança, ou apenas um entre as crianças, ou mesmo sem brinquedos. Em sua maioria, a faixa etária inicial era de 5 meses. No entanto, alguns

casos de 3 e 4 meses foram utilizados com o bebê permanecendo no colo da mãe, com a visão voltada para os outros bebês (Bühler, 1946).

A pesquisadora elegeu quatro graus de contato. O primeiro denominado de *contato de olhar (contacto de mirada)* – olham-se mas não se movem em direção ao outro; o segundo, *contato de toque* – move as mãos até o companheiro mesmo sem ter a intenção de tocá-lo; e o terceiro com *sorriso e balbucio* – depois de trocar olhares. Por último, estaria o grau de *oferecer e mostrar* algo ao companheiro, que seria o grau mais ativo (1946).

Dos 0 a 5 meses ela considera que o bebê é socialmente reativo, responde ao olhar e ao sorriso, mas não faz nada que o coloque em contato com o semelhante de modo “ativo”. A partir dos seis meses, segundo Bühler (1946), há uma busca ativa pelo contato com o outro, e isto pode ocorrer mesmo quando estão fazendo atividades lúdicas completamente separadas. Se cada bebê brinca em paralelo, também é verdade que de vez em quando eles trocam olhares, sorriem e mostram algo um ou outro; os outros bebês participam do contexto. A autora afirma que a *companhia lúdica* começa com uma troca, oferecimento e apresentação mútua de coisas para jogar e brincar, e isso pode configurar um verdadeiro jogo entre os dois.

Nesse período que se inicia aos 6 meses outra característica é fundamental, a qual parece ter inspirado fortemente Lacan em sua concepção do complexo do intruso. Aqui citamos diretamente a autora:

*“Un niño de 6 a 11 meses empuja a otro a un lado o le arrebató el juguete de la mano, y luego sonríe triunfante; el otro permanece sentado, quieto, inhibido, y no se atreve a defenderse. O se rebela, se abalanza sobre el rival y vuelve a arrebatarle aquel mismo juguete. Quiere decir que en el segundo semestre **comprobamos ya marcadas relaciones de rivalidad, de dominio y de sujeción**, comienzos de una jerarquía. Dentro de esta situación se hacen respetar muy pronto, en la consciencia misma de los niños de ocho a diez meses. En cualquier situación lúdica entre los niños de ocho meses, prolongada por más de unos cuantos minutos, los dos acaban por enfrentarse como compañeros iguales o superiores e inferiores, respectivamente”* (1946, p. 52. Grifos nossos).

É interessante notar que a autora não está trabalhando diretamente com o irmão em si, mas com qualquer pequeno semelhante que entre no campo subjetivo do bebê. Ela também não comenta sobre a presença da mãe, e em todo caso esta não é citada na descrição da interação em questão. Assim, essa rivalidade inicial surge não somente em relação à presença materna, mas em relação ao campo subjetivo do bebê, o qual se iniciou na e pela mãe, mas que percorre outros âmbitos gradualmente.

Na continuação, a autora diz que até os 6 meses o bebê permanece hermetizado em seu próprio espaço, não intervém nem se intromete na esfera vital do outro. Mas que a partir dos 6 meses

“Esa intrusión en la esfera vital de otro se inicia, vista por fuera, por la actividad de coger con las manos el niño de seis meses. Mas como es el juguete en la mano de otro hacia donde extiende el niño la mano para coger, la aprehensión se convierte de improviso en usurpación, el movimiento de las manos en acto social” (1946, p. 53. Grifos nossos).

Enfatiza-se a colocação da autora sobre uma esfera vital, o que poderia indicar o espaço potencial do bebê, que é sagrado para ele, o qual ele sente ameaçado e o defende.

Mais à frente ela explica que essa interação de despotismo do primeiro está altamente correlacionada com a idade. Os mais velhos subjagam os mais novos: isto aconteceu em 21 dos 24 casos analisados por ela (1946)

Ela cita outro autor, Maudry-Nekula¹⁴, que teria encontrado dados similares apontando que dos 9 aos 13 meses haveria um pico de luta por brinquedos e jogos, e que dos 14 aos 25 meses os bebês chegaram inclusive à cooperação, isto é, a trocar brinquedos e a brincar entre si com um mesmo brinquedo (1946).

Aos quinze meses, Bühler acredita que os bebês podem formar grupos. Ela relata que 3 crianças nessa idade, ao serem colocadas juntas e com um tambor no meio delas, podem tocar o tambor juntas e olharem-se mútua e alternativamente (1946). Comenta que há pouca cooperação nesses grupos, chegando a ser insignificante, em que o número de integrantes normalmente é reduzido. Nas

¹⁴ Não foi encontrada a referência original desse autor.

observações de formações grupais antes dos cinco anos, em creches, escolas ou em pátios abertos, é mais comum unirem-se aos pares ou trios.

Isto condiz com as formações grupais analisadas por Winnicott em relação à cobertura materna.

A partir dos três anos de idade, Charlotte Bühler faz a seguinte consideração:

“Desde el fin del segundo año vemos un tipo de respuesta a los demás que se puede describir mejor como “ardiente”. Esta incluye no solo la preferencia ardiente sino también el desagrado violento por ciertos individuos. El niño manifiesta su afecto con caricias y mimos, e indirectamente ofreciendo ayuda y dando regalos. Son señales también de una respuesta positiva vigorosa la busca frecuente de contacto, el agarrarse a un favorito cuando hay un indicio de separación, correr a él en caso de peligro, y hay reacciones de celos cuando se acerca otra persona. En casos de respuestas negativas intensas observamos el golpear, el empujar, las expresiones antagonistas tales como ‘eres malo’, el rechazo de movimientos amistosos, de ayuda o de contacto físico con un individuo dado” (1943, p. 64-65).

Bühler chega a questionar Piaget sobre a fala da criança até os cinco anos, como sendo exclusivamente egocêntrica. Ela considera que o autor está certo, mas que sua colocação é incompleta. Segundo ela a criança se move em torno de suas necessidades e pontos de vista próprio, e interpreta o comportamento dos demais conforme sua motivação, mas essa tendência não excluiria a possibilidade de uma intensa tendência em direção a outras pessoas (1943).

Sobre a questão da psicanálise. As considerações e observações de Charlotte Bühler confirmam o que Winnicott e Lacan afirmaram: que as interações estão presentes desde o primeiro ano e são importantes. Que os movimentos “agressivos” ainda não podem ser considerados destrutivos, pois derivam da motilidade. Demonstra também que pode haver uma identificação da criança com outra ao lhe acariciar a cabeça num momento de choro. Que os bebês disputam objetos, mesmo que se possa interpretar isto com foco somente no objeto.

3. A INFLUÊNCIA DA MÃE NAS INTERAÇÕES DE BEBÊS

Trabalharemos agora a obra de três autores principais, que parecem exercer forte influência sobre os desdobramentos na psicologia do desenvolvimento quanto ao tema da relação pais-filhos, e analisaremos a importância destas nas interações entre bebês. São eles Bowlby, Erickson e Spitz.

Bowlby (1990), interessado nos estudos de Harlow sobre o apego em macacos *rhesus*, desenvolve estudos sobre o apego em humanos. Harlow (1959) observou a diferença entre macacos criados por “mães” (bonecos montados) de arame e mães de tecido macio. Ele percebeu que os macacos preferiam decisivamente as mães de tecidos às de arame, procurando estas últimas apenas para se alimentarem. Uma das medidas que Harlow adotou para falar em apego foi a reação frente ao medo e ao perigo. Ele apresentou um boneco “assustador” que emitia sons altos, se movia freneticamente e com olhos brilhantes, ao qual o macaco reagia com medo. Diante disso, a reação imediata do macaco filhote era correr para os braços da mãe de tecido e se agarrar a ela. Essa mesma reação ocorria quando era colocado num ambiente estranho (sala com objetos). O macaco sempre procurava a mãe de tecido, e visivelmente se acalmava em poucos segundos. Após curto tempo, o macaco inclusive chegava a ameaçar e a provocar o objeto assustador, ou a explorar o novo ambiente, conforme o caso.

Inspirado nessas questões, Bowlby (1990) propôs que humanos desenvolvem também apego entre mães e filho. Esse apego estaria relacionado a três fatores principais: 1) a figura relacionada ao apego seria aquela mais capaz de tranquilizar e satisfazer o bebê; 2) os bebês procuram com maior frequência a figura de apego em brincadeiras ou para consolo; e 3) sentem-se mais seguros na companhia dessas figuras de apego, ou apresentam menos medo na presença delas. Bowlby (1960) acreditava que o apego seria uma formação estável a partir do primeiro ano de vida, e teria o significado de garantir uma proximidade entre mãe e bebê desde seus primeiros dias. Algumas pesquisas vieram a confirmar as teorias de Bowlby, observando as reações de crianças entre 12 meses de idade e 4 anos que eram afastadas de suas mães, como foi estudado em Tavistock a partir de 1948 (BOWLBY, 1960), e em outras diversas pesquisas que chegaram mesmo a

categorizar níveis de apego, a exemplo de Ainsworth e sua equipe (AINSWORTH, 1978 *apud* NEWCOMBE, 1999)

A reação ao estranho é relatada também pelo psicanalista austríaco René Spitz (2004), que distinguiu em suas pesquisas três manifestações típicas de um bebê (às quais denominou de organizadores psíquicos). Entre elas estaria a *ansiedade dos oito meses*. Segundo o autor, o bebê entre os 6 e 8 meses identifica claramente um amigo ou um estranho:

“Se um estranho se aproxima, isso provoca na criança um comportamento inconfundível, característico e típico: ela apresenta intensidades variáveis de apreensão ou ansiedade, e rejeita o estranho” (2004, p. 151).

O autor relaciona essa ansiedade não ao estranho, mas à mãe. Segundo ele, a ansiedade não se refere à presença do estranho – já que não é um medo, pois a criança não teve contato anterior com o estranho – mas está relacionada ao fato de o estranho não ser a mãe. “Não é mamãe!”¹⁵, seria a argumentação do bebê. Spitz diz que *“a hipótese mais plausível é de que a criança responde à ausência da mãe com desprazer”* (2004, p. 156).

Spitz (2004) diz que essa ansiedade marca uma passagem, a inauguração da primeira e verdadeira relação objetal, onde sua mãe se tornou seu objeto de amor. De tal modo que, para se verificar este estranhamento, a primeira condição é que a mãe da criança não esteja presente.

Esta é uma observação importante, sobre a qual não temos relatos precisos nas interações das crianças com e sem suas mães. Da mesma forma, nas creches é importante saber se o contato é ou não intermediado pela educadora, e de que modo. Assim, conforme diz Spitz, o sentido do estranhamento é que *“a criança encontrou o parceiro com quem pode formar relações objetais no verdadeiro sentido do termo”* (2004, p. 163). Portanto, diante de sua negativa, ou seja, se a criança não apresenta o estranhamento, a hipótese primordial está em torno dessa relação, isto

¹⁵ Novamente, algo presente no imaginário social, como surge no seriado *Dinosaurs* (Família Dinosauro, no Brasil) produzida pela Disney em parceria com a Jim Henson. Nesse seriado o bebê sempre dizia ao pai “Não é mamãe!”

é, o bebê só apresenta estranhamento quando existe uma relação com a mãe onde se podem formar relações objetais “no verdadeiro sentido do termo”. Spitz (2004) chega a discutir a questão da ansiedade dos oito meses e sua possível variabilidade, e conclui que se o estranhamento não está presente é porque a relação entre mãe e bebê não proporciona o afeto necessário.

O autor enfatiza o fato de que instituições culturais podem incidir diretamente nesta questão. Segundo ele, a ansiedade dos oito meses é:

“resultado de relações entre dois indivíduos, ou seja, o universo da díade, e por isso depende da capacidade desses dois indivíduos para estabelecerem e manterem tais relações, da personalidade individual, mas também de inúmeras outras condições ambientais e culturais. (...) Uma das intuições da cultura ocidental, a família, assegura o contato e relações íntimas entre o bebê e uma única figura materna, no decorrer do primeiro ano de vida” (SPITZ, 2004, p. 165-166).

As pesquisas sobre esses três autores, Spitz, Erickson e Bowlby, reforçam uma ideia predominante para Winnicott e Lacan a respeito da primeira infância: as interações da criança com o ambiente e com outros semelhantes devem ser analisadas sob a luz da relação entre o bebê e sua mãe, principalmente antes dos 18 meses, fase na qual o sujeito ainda é o sujeito do espelho. Lacan irá trabalhar essa questão em termos de laço social. Então o tipo de relação que o sujeito estabelece com um outro pequeno semelhante está implicado no tipo de laço que o sujeito tem com o Outro primordial. Winnicott trabalha a questão em termos do espaço potencial, é esse espaço que delimita o modo como o bebê irá interagir.

Reforçamos a importância de saber como é a participação da mãe ou do Outro cuidador – que esteja presente ou não nas interações dos pequenos semelhantes, pois tais figuras definem a situação. O complexo do intruso lacaniano reaviva no sujeito uma imago referente à sua mãe, a imago da amamentação. É essa imagem que lhe custa, pois é dolorosa e nostálgica, e é esse espaço que ele vai reivindicar num primeiro momento. Obviamente, num segundo tempo ele se vê a salvo da completude do Outro e com garantias de uma identidade própria, mas tudo isso gira em torno do laço que ele estabelece com sua mãe.

O que define o intruso é a invasão de outro semelhante num campo psíquico de afeto do bebê com sua mãe. Sem este campo não há o que ser invadido, não há intruso. Da mesma forma é o estranhamento dos oito meses, o que se estranha é a não presença do objeto primordial (termo que Spitz utiliza): se não há afeto que delimite tal campo, não há estranhamento. O intruso e o estranhamento são dois verdadeiros “termômetros” da relação do sujeito com seu progenitor. O estranhamento se refere exclusivamente à relação da mãe e seu filho; já o intruso se refere a esta relação mais um outro semelhante (pequeno semelhante), que remete o sujeito a uma identificação representada por rivalidade que, por um ato agressivo, desfaz uma confusão de espaços psíquicos (transitivismo) e estabelece diferenças (garante a identidade própria do sujeito). Assim, é introduzido um terceiro termo (perspectiva de três pontos distintos, ele mesmo, a mãe e o outro pequeno semelhante).

O que todas essas observações têm demonstrado é que o olhar do pesquisador interfere muito. Fica difícil delimitar ciclos, ou tempos, ou estágios muito claros. Mas é evidente que já aos 6 meses o pequeno semelhante está lá para o sujeito. Será percebido e distinguido progressivamente. Terá uma participação inicial e fundamental na triangulação. Garantirá uma identidade ao sujeito, enfim. Isto tudo numa primeira análise.

Numa perspectiva mais a longo prazo, o convívio com irmãos ou com pequenos semelhantes, mais intimamente, proporciona o que Winnicott enfatizou sobre a importância de o bebê sentir o ódio crescer dentro dele quando recebe um irmão mais novo, e posteriormente descobrir que aquele mesmo sujeito pelo qual ele sentiu ódio pode ser companheiro de brincadeira. Pode testemunhar sua vida de perto, pode ser amado também. Isto contribui decididamente para uma noção muito mais ampla de objeto para o bebê. O sujeito pode reparar, pode sentir culpa, pode agredir, pode amar, etc.

Pesquisas sobre a participação da mãe na interação de bebês foram realizadas sob a ótica cultural e sua influência na dinâmica comportamental entre irmãos. Duas pesquisadoras americanas, Christine E. Mosier e Barbara Rogoff (2003) compararam as reações de famílias de classe média em duas cidades diferentes, em Salt Lake City nos Estados Unidos e em San Pedro, Guatemala, sendo estas de origem maia.

As situações de observação envolviam as mães, a pesquisadora, o irmão mais velho na faixa etária de 3 a 5 anos e o irmão mais novo entre 14 e 20 meses. As pesquisadoras faziam uma entrevista prévia sobre o modo de educação que a mãe exercia sobre os filhos, e logo depois ofereciam brinquedos para o mais novo brincar. De modo geral, as mães de San Pedro favoreciam os filhos mais novos a permanecer com os brinquedos, inclusive tomando-o da mão do mais velho caso este o detivesse. Os irmãos dessa cidade também tiveram maior cooperação com o mais novo e brincavam juntos.

Já em Salt Lake City, os irmãos mais velhos tentavam pegar o brinquedo dos mais novos e as mães tinham dificuldades em intervir, eles tentavam tratar os dois filhos de modo igual. Assim, o mais velho também tinha direito de ficar com o brinquedo. Em San Pedro as crianças ficam numa posição de privilégio até os 3 anos, e depois se espera que participem e colaborem nas atividades domésticas e comunitárias, incluindo o cuidado de outras crianças. Em Salt Lake City a idade média em que uma criança pode se tornar babá é de 10 anos.

O que estas pesquisadoras auxiliam a pensar é que a diferença cultural, ou mesmo o laço que se estabelece entre mães e filhos, é decisivo para a manifestação da agressividade ou da cooperação na relação de irmãos. Embora os irmãos mais velhos em questão já estejam na faixa etária onde se espera, inclusive na psicanálise, que possam colaborar e ser cooperativos, as diferenças culturais parecem incidir diretamente sobre a interação entre irmãos.

Num outro artigo, Rogoff (2007) comenta que diferenças na participação comunitária de crianças são claramente culturais, mas que isto tem sido organizado criteriosamente pela idade da criança.

“A pattern that appears to be common in middle-class European-American communities – age-grading and segregation of children from their communities, with learning through lessons out of the context of target activities; and a pattern that appears to be common in many Indigenous American communities – inclusion of children in the range of community events, with learning through observing and pitching in to the ongoing activities of their cultural community” (ROGOFF, 2007, p. 4).

Isto se reflete inclusive na interação das crianças mais velhas e mais novas.

“Three-years-old children in Oceania take care of younger children. But in the US, babysitters are expected to be at least 10 years older than that. And Efe infants safely use machetes, but American middle-class adults do not trust 5-year-olds with knives” (Rogoff, 2007, p. 4).

De certa forma, estas faixas etárias das crianças indígenas condiz com o que os autores da psicanálise dizem sobre a criança após os três anos, que será capaz de lidar com outra criança considerando-a como uma pessoa separada, à qual poderá amar ou odiar.

As intensificações das interações e das agressões entre bebês parece se intensificar aos 2 anos, conforme citam os autores acima (Gesell, Luirá...). Papalia utiliza o termo “os terríveis dois anos” ou “a idade do não” para elucidar este período, onde a criança agiria de um modo mais agressivo em relação a outras. Ela utiliza a pesquisa de Mosier e Rogoff (2003) para dizer que:

“Os pesquisadores sugerem que a fase dos ‘terríveis dois anos’ pode ser específica de sociedades que colocam a liberdade individual antes das necessidades do grupo. A pesquisa etnográfica sugere que, nas sociedades que dão mais valor às necessidades do grupo, a liberdade de escolha existe, mas anda de mãos dadas com a interdependência, a responsabilidade e as expectativas de cooperação” (PAPALIA et al, 2009, p. 235).

Papalia e colaboradores atribuem o modo de interação de bebês e crianças à qualidade da relação pais-crianças. Elas comentam que emoções morais como culpa, empatia e conduta moral estariam diretamente relacionadas ao modo de apego desenvolvido na relação pais-criança (2009)

Na questão da chegada de um novo irmão, a autora diz que:

“As crianças reagem de várias maneiras à chegada de um irmão. Na concorrência pela atenção da mãe, alguns chupam os dedos, molham as calças ou falam como bebês, outros regridem. Alguns sugerem que o bebê seja levado de volta ao hospital ou que seja jogado no vaso sanitário. Alguns se orgulham de serem ‘os grandes’, que podem se vestir, usar o troninho e ajudar a cuidar do bebê” (2009, p. 238).

Elas atribuem estas variações à idade da criança mais velha, à qualidade da relação com a mãe e à atmosfera da família (2009). Elas comentam que a vinda de

um irmão pode alterar o modo como a mãe se relaciona com a criança mais velha, sendo que é comum observar que ela *“brinca menos com a criança mais velha, e passa a ser menos sensível aos interesses dela, a dar mais ordens, a ter mais confrontos, a usar punição física e a iniciar menos conversas e jogos que ajudam a desenvolver habilidades”* (2009, p. 238-239). Relacionam um lado positivo que seria o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da linguagem nesse período, o que poderia ser atribuído ao fato de a criança falar mais com o pai e outros membros da família (2009).

Papalia afirma que os conflitos entre irmãos podem contribuir para a compreensão das relações sociais, e que *“as lições”, habilidades e interações aprendidas com irmãos podem ser transferidas para ambientes extrafamiliares* (2009). Ela pontua que a rivalidade e o afeto estão sempre presentes, sendo que quanto maior o apego dos irmãos aos pais, melhor os irmãos poderão se entender (2009). Ela também relata que os conflitos entre os irmãos aumentam aos 18 meses, e conforme o mais novo vai crescendo ele se torna mais consciente do que pode ou não irritar o mais velho (2009). Segundo a autora, *“Os bebês, e ainda mais as crianças (de 2 e 3 anos), demonstram interesse pelas pessoas de fora de casa, especialmente as pessoas do seu tamanho”* (PAPALIA, 2009, p. 239).

Nora Newcombe (1999), trabalhando a questão do apego e suas consequências no desenvolvimento posterior, enfatiza a ideia de que os sentimentos de segurança pressupostos pelo apego:

“variam com a regularidade da relação e com o grau de satisfação que ela traz. Assim, bebês que passam por interações irregulares, imprevisíveis ou pouco satisfatórias com adultos apresentam sinais de ansiedade e, talvez, sintomas como medos ou comportamentos anti-sociais quando são adolescentes ou adultos” (1999, p. 178).

É o que pode ocorrer com crianças em cuidado institucional, residentes de orfanatos, por exemplo, que possuem um número restrito de adultos cuidadores e com qualidade de contato criticáveis (PAPALIA, 1999).

Newcombe (1999) discute uma questão muito atual sobre a ida de bebês às instituições de educação e cuidado, aqui denominadas creches, onde haveria o *“cuidado não-materno parcial”*. Segundo a autora, com a tendência cada vez maior

das mães de trabalharem fora de casa em países como EUA, Europa ocidental e oriental, China, países da antiga União Soviética, e poderíamos certamente incluir o Brasil (MARIOTTO, 2009), levanta-se a questão sobre a importância dos cuidados na primeira infância. Ela comenta que há muita controvérsia sobre esta questão da importância da mãe única, a qual ela chama de “mãe é uma só” (termo citado por Newcombe, 1999, p. 180). A autora acredita que, em relação ao apego, o fato de as crianças irem a instituições de cuidado não é decisivo para sua não-instalação. Ela cita a pesquisa de alguns autores sobre o *kibutz* de Israel.

“a hipótese ‘mãe é uma só’ é decisivamente refutada por várias demonstrações de que o apego seguro e resultados infantis positivos podem ser observados em situações nas quais existem múltiplos responsáveis pelo cuidado. Assim, 80% dos bebês que crescem em organizações rurais coletivas (chamadas kibutz) em Israel – nas quais eles recebem cuidados, durante grande parte do dia, de um responsável sem parentesco – têm apego forte por suas mães” (NEWCOMBE, 1999, p. 180).

A pesquisa em questão aborda o apego em relação à mãe e não aborda diretamente o apego ou o que poderia haver como substituto com a figura do cuidador.

Os centros de cuidado infantil no *kibutz* israelense têm servido como um verdadeiro laboratório para pesquisas sobre as variações de modelos de instituições de cuidado infantil. Esses centros apresentam características únicas e têm sido qualificados como centros de alta qualidade no cuidado de crianças, tanto em relação a outros centros de Israel quanto comparados a outros países (AVIESER et al, 1994)

“The kibbutz child-rearing system, also called collective education, has been treated in the literature as furnishing a ‘natural laboratory’ for testing the consequences of child-rearing methods that derive from a unique philosophy and from practices markedly different from those used in the West” (Avieser et al, 1994, p. 1).

Os autores comentam que os centros de apoio às crianças e bebês no *kibutz* foram forjados nos moldes comunitários da proposta idealista do *kibutz*, onde se buscava uma maior participação democrática entre gêneros. Assim, homens e

mulheres estariam envolvidos no cuidado da prole (Avieser *et all*, 1994).

Avieser e colaboradores comentam que os *kibutzím* (plural) representaram uma experiência inovadora no cuidado com os bebês. Por volta da década de 1920, esses grupos tiveram contato com a teoria psicanalítica por meio de Bernfeld, um pedagogo utopista cujas ideias influenciaram os judeus alemães que imigraram para a então Palestina, afiliando-se aos *kibutzím* (MELZER, 1988 *apud* AVIESER *et all*, 1994). Baseando-se na psicopatologia psicanalítica quanto aos conflitos gerados nas relações pais-filhos, os membros dessas comunidades formaram suas práticas de educação com base em suas interpretações da teoria freudiana.

“Kibbutz educators interpreted these views as furnishing support for the ideas of dividing the task of socialization between parents and educators (caregivers and teachers) and not reliance on parents alone in educating infants and young children. Maintenance of two emotional centers for kibbutz children – the parental home and the children’s house, was thought to protect children against their parent’s shortcomings while preserving the benefits of parental love” (Avieser et all, 1994, p. 100).

Uma das propostas mais curiosas foi a prática de deixar as crianças dormirem fora de casa para não expô-las ao trauma da “cena primária” e poupá-la dos conflitos do complexo de Édipo (Avieser *et all*, 1994). De modo que os pais ficavam encarregados das “necessidades” (*needs gratifications*) da criança, enquanto os “cuidadores” (*caregivers*) eram encarregados da instrumentalização, o que para eles seria prover a “*children’s mastery of autonomous behavior and social learning without in any way compromising their parent’s love*” (1994, p. 100).

A prática de “dormir fora de casa” hoje em dia é praticada por poucas famílias do *kibutz* e está mais relacionado às necessidades de trabalho da mãe do que às ideologias de inspiração psicanalítica. As crianças que convivem nesses “dormitórios”, denominados de “*children’s house*”, permanecem aos cuidados de duas cuidadoras vigilantes que trabalham numa rotatividade semanal. Curiosamente, os autores relatam que apesar dessa rotatividade as crianças podem apresentar reações de ansiedade a estranhos quando estão em contato com um adulto não familiar (1994).

Estes centros de apoio infantil passaram por variadas influências ao longo do século XX. Após o período de influência de Bernfeld, surgiu a influência do modelo médico por volta da década de 1940, onde a ênfase estaria na limpeza, na

alimentação, na escassez de cuidadores e nas anotações sistemáticas a respeito dessas práticas. Nas décadas de 1960 e 1970 houve forte influência das teorias de Bowlby e Spitz, principalmente quanto ao apego e ao estranhamento (Avieser *et al*, 1994).

Atualmente esses modelos se intercalam. Esses centros estão basicamente estruturados da seguinte forma: as crianças são levadas aos centros aos 3 meses, antes disso os bebês permanecem com a mãe em casa; até o final do primeiro semestre de vida os cuidados do bebê no centro de apoio são divididos entre a mãe e as cuidadoras, as mães ficam encarregadas principalmente de alimentar os filhos, e mantêm seus esquemas de intervalos no trabalho voltados para isto; as cuidadoras são encarregadas dos bebês nos intervalos em que a mãe está fora; após o primeiro semestre as educadoras gradualmente assumem as responsabilidades dos bebês, e ao início do segundo ano estão totalmente encarregadas de seus cuidados; há 1 cuidadora para cada 3 bebês, e os grupos são de no máximo 10 ou 12 infantes.

Estas características únicas dos centros de cuidado infantil dos *kibutzím*, com ênfase sobre a vida coletiva, têm indicado resultados distintos e intrigantes na interação entre bebês e crianças. Avieser e colaboradores (1994) citam uma extensa série de interações dos bebês já em tenras idades, que envolvem cooperação, compartilhamento, respeito pelos direitos dos próximos, empatia:

“Spiro (1958) observed 10-month-old infants playing together so often that they seemed to be a subgroup within the large group, and described the peer group as a stunt source of stimulation as well as security” (AVIESER et al, 1994, p. 111).

Os pesquisadores chegam a citar pesquisas que sugerem identificação com grupos:

“Faigin (1979) found that 2-years-old toddlers had already develop a strong identify with the group, expressed in concepts such as ‘we’ and ‘ours’ and by mutual defense of group members in between-groups competitions and rivalries” (1994, p. 111).

Em relação às atividades em grupo, eles relacionam a faixa etária de 24 a 30 meses a uma relação mais madura, com uma intensidade de interação diferente do

brincar em paralelo ou do grupo disperso (1994). Comentam sobre relatos de conflitos aos 20 meses. Concluem que:

“The data suggest that although social competence is developmental, the social environment that provides the context for its acquisition has a strong impact. The attitudes of adults toward early peer interaction influence the social environment of children, and thus may play an important role in children’s social experience. Indeed, kibbutz caregivers emphasize group behaviors at a very early stage. In interviews, caregivers have reported that they encourage children to help one another and to share, as well as encourage social rather than individualistic achievements” (p. 112).

Concluem, também, quanto à influência do ambiente sobre as habilidades sociais das crianças:

“Thus, the intensive social nature of the environment of kibbutz children could support their acquisition of advanced social skills, whereas the complicated socio-emotional nature of their experience in communal sleeping underlies their affective behaviors and style” (1994, p. 112).

A experiência do *kibutz* demonstra que a influência do ambiente pode contribuir para a convivência com outros, terceiros, iniciando aspectos ligados à triangulação já nas tenras idades.

Isto pautado em enfoques que realcem o relacionamento com a mãe e com a educadora, assim como a convivência com semelhantes nas tenras idades.

Estes estudos sugerem a possibilidade da manutenção da relação entre as mães e seus bebês mesmo eles permanecendo por longos períodos diários longe das mães.

Newcombe (1999) chega a discutir estas questões:

“A segunda questão em torno das preocupações com o cuidado infantil não-materno se refere à qualidade do cuidado infantil disponível em casa ou fora de casa. Nem todas as creches criam condições para um desenvolvimento saudável. Fatores importantes são interações afetuosas e frequentes entre crianças e adultos, estimulação verbal, oportunidades para exploração e estimulação, espaço e materiais variados e adequados para a idade. Entre os sinais que os pais podem usar para avaliar a qualidade dos cuidados estão a baixa proporção de adulto por criança [por exemplo, 1:3]” (1999, p. 180).

A autora esclarece que os bebês podem se desenvolver em creches de modo saudável, mas que muitas instituições não fornecem um trabalho de alta qualidade, principalmente nos EUA (1999).

Em relação à interação diretamente entre crianças, a autora afirma que crianças de 2 a 3 anos brigam, discutem e disputam objetos (1999). Newcombe afirma que:

“Embora a rivalidade e a agressividade apareçam nas relações entre irmãos, irmãos pequenos, em casa, também passam muito tempo brincando juntos: cooperando em jogos; demonstrando preocupação, compreensão e afeição física; imitando uns aos outros, especialmente os menores imitando os mais velhos e tentando ajudar a confortar uns aos outros” (1999, p. 349).

Newcombe aponta que há nas interações entre irmãos tanto cooperação quanto interferência e agressividade. Sugere que de modo geral os mais velhos seriam dominadores, e que os mais novos seriam submissos. Porém, isso não significa que sejam completamente submissos, pois essa postura vai se modificando conforme esses crescem, podendo utilizar sua agressividade assim como iniciar ações positivas (1999).

A autora atribui à mãe uma participação essencial no modo de interação entre irmãos. Ela agiria como uma reguladora dessas interações, podendo intermediar em discussões e decisões sobre o modo de cuidado de um eventual novo bebê. Ao realizar perguntas como “O que você acha que ele quer?” e outras posturas, a mãe estaria estimulando relações amistosas e íntimas entre irmãos (1999).

A psicóloga salienta que a qualidade de interações entre irmãos nessas tenras idades influencia o modo como irão se relacionar no futuro, na adolescência e na maturidade. Segundo ela:

“Relações íntimas e afetuosas entre irmãos promovem o desenvolvimento de características e reações desejáveis, inclusive habilidades de encenação de papéis e comunicação, sensibilidade social, cooperação e compreensão de regras e papéis sociais. As brigas entre irmãos podem ser um mecanismo para promover as habilidades de encenação de papéis. Estes desentendimentos são diferentes, de muitas formas, daqueles que as crianças têm com seus pais, e podem estar especificamente associadas com os avanços na capacidade de tomar a perspectiva dos outros” (1999, p. 350).

4. NOVOS OLHARES SOBRE AS INTERAÇÕES DE BEBÊS

Conforme foi exposto até aqui, as observações de interações entre bebês e crianças são marcadas por uma extensa variação de paradigmas, que abrange desde uma desconsideração dessas interações até relatos mais detalhados.

Diante da entrada da mulher no mercado de trabalho, as creches têm ganhado grande visibilidade e importância nos cuidados infantis nas últimas décadas. O contexto das creches marcado pela composição de grandes grupos de crianças têm feito surgir perguntas referentes às implicações do compartilhar do bebê com outras crianças (Amorin *et all*, 2012).

Nesse sentido, a partir da década de 1980, e com maior intensidade a partir de 2000, pesquisadores têm buscado ampliar o que se entende por interação entre bebês, considerando a dinâmica maturacional inerente ao ser bebê (Amorin *et all*, 2012)

Vasconcellos e colaboradores (2003) enfatizam que é importante estabelecer uma definição de interação que possibilite captar e traduzir as características das interações nas tenras idades. Esses pesquisadores adotam uma visão de interação de Carvalho e colaboradores (1999 *apud* Amorin, 2012) que diz respeito a um “*potencial de regulação entre os componentes do grupo, do sistema*” (p. 4), de modo que bebês num mesmo ambiente configurem um campo interacional.

Estes pesquisadores apontam que no primeiro ano de vida há diversas interações entre os bebês que poderiam ser classificadas como não intencionais, mas que modificam o comportamento umas das outras. Num outro ponto, a incompletude motora dos bebês seria promotora de interações. Os autores comentam que:

“No nosso caso (interação criança-criança nos primeiros anos de vida), a duração dos episódios não é longa e eles são bastante fragmentados, em parte devido à interferência do adulto que, sem perceber, pode interromper o processo de interação por não acreditar em sua existência” (VASCONCELLOS et all, 2003, p. 297).

Desse modo, algumas interações como os movimentos de braços em direção a outro bebê, ou colisões durante o andar e o engatinhar, por exemplo, são

interpretadas como incompletude motora e não necessariamente como uma agressão dirigida. Assim, esses autores auxiliam a pensar a agressividade na teoria winnicottiana que relaciona a agressividade inicial a uma motilidade. Esta interpretação aproxima o termo de sua origem no latim *ad aggredi* (movimento em direção a...).

Assim, esses pesquisadores apontam que o distinguir ou não episódios de interação entre os bebês pode estar diretamente relacionado à nossa rede de significações. O termo “rede de significações” também foi contemplado para designar a perspectiva teórico-metodológica utilizadas por Rosseti-Ferreira, Amorin, Silva e Oliveira (2012). A proposta, batizada de [RedSig], sugere ampliar a rede de significações em torno das interações entre bebês deste modo:

“Tal conceito engloba a noção de interação como mais do que o fazer algo juntos, contemplando a regulação recíproca, implícita e não necessariamente intencional, tratando a interação enquanto potencial de regulação entre componentes de um sistema” (2012, p. 379).

Os autores vêm investigando processos relacionais (bebê-bebê, adulto-bebê) e de desenvolvimento (linguagem, olhar, emoção, etc.) e de crianças em contextos específicos como no lar, em creches e em abrigos (2003).

Numa pesquisa com observação da interação entre bebês, esses pesquisadores descrevem uma série de interações entre bebês de até um ano de idade. Destas observações foram destacados alguns aspectos relevantes.

O primeiro que se destaca é:

“a força e o poder do olhar. Em todo o conjunto de cenas, o comportamento que se destaca é o olhar. Os bebês olham continuamente, ora ao próprio corpo, ora a objetos e pessoas próximas, ora a coisas e situações a maior distância (...) O olhar evidenciou que, em inúmeras situações, ele desencadeia ações no coletivo (vocalizações, movimentos de aproximação ou afastamento do parceiro), emoções (expressões de alegria, susto ou apreensão ao se deparar com o outro a olhá-lo) ou ações semelhantes àquela que o outro realiza (como colocar ou tirar objetos de uma caixa)” (VASCONCELLOS et all, 2003, p. 380).

As autoras destacam que estas observações sugerem o olhar como atividade ativa e promotora de aprendizagens e interações. Elas citam Wallon sobre o fato de ele já ter trabalhado uma noção de olhar e contemplação como um ato de fundir-se com um espetáculo.

Outra característica das interações entre bebês foi apelidada por elas de “diálogo mudo”, “múltiplas vozes” ou “dança de mãos”, que trata das interações que envolvem as crianças mais as suas mães. A cena utilizada foi de duas mães com seus filhos com menos de um ano. Elas destacam várias passagens onde as mães fazem algo como uma dança de mãos e vozes para guiar a interação de bebês.

“(É o nenê! Ó, machuca! Carinho!, etc.) que vão dando tessitura cultural à situação do encontro. Ora reforçam a aproximação, ora buscam precaver o contato, manipulam a mão da criança para transformar o gesto em significativo de carinho e não de agressão, afastam as crianças uma da outra” (AMORIN et all, p. 382).

Uma terceira característica das interações seria o “Complexo bebê-objeto”. Elas explicam que a atração do sujeito ao objeto se refere ao complexo bebê-objeto. Assim, o brinquedo pode ser um atrativo, mas o que configura a interação é o fato de o brinquedo estar em posse de outra criança.

“Para os adultos, esses movimentos parecem representar processos de disputa, o que reiteradamente os leva a dar objetos semelhantes a cada uma das crianças. No entanto, os objetos constituem sim atrativos, mas não se pode dizer que o comportamento seja regulado unicamente pela atração pelos objetos em si (...) a atração se dá pelo complexo bebê-objeto” (Amorin et all, 2003, p. 384).

A proposta de metodológica da RedSig aprofunda e esclarece com maiores detalhes as interações entre bebês. Essa metodologia amplia as interações, considerando a figura do bebê para se analisar os “campos” de interação. Isto contribui para se eliminar possíveis projeções do modo adulto de interação (demasiadamente marcado pela comunicação oral e verbal) sobre a criança, o que restringe em grande parte o que define qualitativamente o bebê enquanto tal (Amorin et all, 2003).

Conforme foi trabalhado ao longo desta dissertação, a noção de “campo” é o que melhor representa o bebê enquanto fenômeno de interação.

Para Winnicott: *“Não existe o bebê!”*

Para Lacan: *“O outro do bebê é o outro do espelho!”*

Todas essas teorias enfatizam o fato de que o bebê está em processo de determinação estrutural principalmente em relação à mãe, mas também em relação a outros e em relação ao ambiente (destacando-se os brinquedos).

Assim, não se pode considerar o bebê isoladamente em suas interações. A característica da interação é definida pelo “campo” interacional, onde estão em jogo elementos representativos da constituição do bebê. Estes podem variar conforme a situação. Pode ser a presença da mãe, da representante do Outro primordial (cuidadora ou professora), do espaço potencial, do complexo outro-objeto, o próprio outro pequeno semelhante; assim como as características da constituição e desenvolvimento do sujeito: integração ou não integração, maturação perceptiva, estágio do espelho, passagem pelo complexo de Édipo, entre outros.

Somente com este olhar é possível se apreender do que trata a interação de bebês. É uma interação de campos subjetivos!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pequenos semelhantes – bebês, crianças pequenas e seus pares – têm uma participação decisiva na constituição subjetiva. Eles introduzem uma perspectiva inicial. Surgem como um terceiro elemento primário (anterior ao pai) diante da relação primordial com a mãe (ou substituta).

O pequeno sujeito, em seus primórdios constitucionais, não pode ser representado isoladamente: ele é formado por verdadeiros campos representacionais que incidem sobre sua constituição. Winnicott já alertava que o bebê não é o bebê, mas sim, ele mais a mãe (ou quem dele cuida). Lacan também afirmava que o sujeito, nas tenras idades, é o sujeito do espelho.

Assim, o sujeito está numa dependência tal desta relação, que pode mesmo ser denominada de absoluta, passando bem mais tarde para uma dependência relativa e quem sabe, chegar ao “rumo à independência”.

Na medida em que o bebê avança na constituição subjetiva, essa relação vai se desdobrando para outras pessoas e objetos no mundo, o que Winnicott denominou de espaço potencial. E o que define esse espaço é justamente o uso que o bebê faz dele. Um uso onde ele pode lidar com as frustrações da realidade e ao mesmo tempo ser “ele mesmo” (o gesto espontâneo e a criatividade). Isto é visto como sagrado, e lhe dá confiança. É em órbita desses espaços que os bebês se lançam a outras interações.

“*Lançar-se a outras interações*” nem sempre acontece num movimento intencional. Mas devido à incompletude constitucional, perceptiva e motora, muitas vezes o sujeito esbarra acidentalmente com outro pequeno semelhante. Quando esses pequenos se encontram, por mais casualmente que seja, há um entrelaçamento de campos subjetivos.

Novamente afirmamos: essa interação não é somente dos bebês. É uma interação do campo bebê, sua mãe (presente ou representada), dos objetos (transicionais ou não), do discurso cultural (que dá significado às interações, antecipando-as e interpretando-as), e tudo o mais que participar da interação.

Também vimos que as características constitucionais dos pequenos semelhantes são muito importantes nestas interações. Nas tenras idades, os mais velhos tendem a dominar e despojar os mais novos. Os mais novos, por sua vez, tendem a surgir como verdadeiros estorvos na vida do sujeito. Podem competir por

brinquedos, pela atenção da mãe e da cuidadora.

Quando o pequeno semelhante é familiar, quando é um irmão, todas essas reações são potencializadas e ampliadas. O irmão mais novo pode causar um impacto tal na mãe e na família que será sentido como uma ameaça vital para o sujeito. O irmão tem a capacidade de modificar inclusive o corpo da mãe e seu estado emocional, quem sabe modificar a casa, dar-lhe um quarto (ou repartir), e para complicar ainda mais a situação, a mãe pode dar-lhe algo sagrado para o sujeito, o peito.

Nesse momento, a nostalgia do bebê parece atingir um ápice. Incide sobre uma compulsão de retorno, repetição e morte. O sujeito, ao ver o irmão mamando em “seu antigo peito”, fica pálido, estremece, e sente algo surgindo no âmago de seu ser, um ciúme arrebatador.

Sem vacilar, seu desejo é de jogar o intruso na lata do lixo. A sua cara de tomate é muito irritante; aliás, qualquer coisa que ele faça nesse momento será irritante. O melhor seria que ele sumisse. Mas, já que parece que isto não vai acontecer, então o sujeito o despoja a cada interação. O derruba no chão para em seguida soltar uma gargalhada prazerosa, conforme nos mostra Charlotte Bühler.

Espera-se que esses pequenos não estejam sozinhos, e que alguns adultos lhes deem amparo. Assim, estes podem mostrar aos sujeitos que “*Bater é feio! Olha, tem que fazer carinho! Não pode maltratar o irmão!*”, e é bem provável que nesse momento o pequeno sujeito fique zangado com esses adultos, em especial a sua mãe. Ela também restringe suas atitudes. Torna-se meio “chata” para o bebê. Ao se zangar com a mãe, talvez o sujeito até possa dar certo valor ao intruso que apareceu por ali, pois ele pode pensar: “*Ainda bem que apareceu esse pequeno por aqui, senão eu ia ter que fazer tudo que mamãe está pedindo. Pelo menos agora eu posso fazer minhas coisas sem ela ficar enchendo a paciência o tempo todo!*” Ou seja, ele se vê a salvo da “completude” do Outro. O pequeno semelhante introduz uma nova perspectiva, além da possibilidade de ver a mãe e a si mesmo de modo diferente.

Naqueles momentos em que a mãe e os outros adultos estão ocupados arrumando a casa, ou trabalhando, ou dormindo, ou seja lá o que impeça o bebê de ter a atenção deles, o sujeito pode ser deixado junto a este pequeno semelhante. Ele pode estar brincando e despertar a atenção do sujeito, que o vê numa situação muito similar à sua. Por isso Lacan diz que o complexo do intruso ocorre quando o

sujeito se reconhece/distingue entre irmãos, numa situação familiar, realizando tarefas domésticas.

Talvez o sujeito fique ao lado do outro pequeno semelhante brincando “sozinho”, em paralelo, e possa, pouco a pouco, mesmo que incidentalmente, interagir com esse semelhante; e gradualmente, conforme eles seguem nessa experimentação junto ao seu progresso na constituição de si-mesmo e do outro-que-não-eu, ir formando uma representação mais completa desse pequeno intruso. Pois o sujeito vai entendendo que, apesar de sua irritação inicial com o outro, eles podem brincar juntos. Que inclusive esse pequeno pode ser muito útil, pois tem interesses muito parecidos. Aguenta brincar mais tempo, e de um modo que nenhum outro adulto consegue. Ele pode se tornar um parceiro com quem se brinca e se compartilha a vida de um modo muito particular.

Essa participação é muito peculiar, devido ao simples fato de o pequeno semelhante ser muito parecido com o sujeito, e isto parece incidir inclusive nas questões maturacionais e de desenvolvimento.

É importante distinguir que esse processo é diferente do que possa vir a ocorrer com qualquer outro adulto. O pequeno semelhante participa, com o sujeito, de uma posição social da qual o adulto já está excluído. Os pequenos semelhantes são diferentes. Obviamente, o pequeno semelhante não pode substituir um adulto. O pequeno incide muito mais sobre a inveja, e o adulto mais sobre um impossível, um ideal. O complexo do intruso marca um ciúme, o complexo de Édipo marca uma lei. Porém ambos trabalham numa ótica da tridimensão e contribuem para relativizar o mundo do sujeito, dar-lhe uma perspectiva, o que permite ao sujeito se situar num plano próprio, tendo um terceiro ponto de apoio. Quando o terceiro ponto está num outro, a relação é imaginária. Conforme indica Melman (2003), na passagem do reconhecimento da ordem matriarcal para a ordem patriarcal, o que o pai faz é “lançar” esse terceiro ponto para a cultura, a ordem anterior a todos, e assim o plano de definição fica totalmente deslocado – e abre-se o campo do simbólico.

O pequeno é um semelhante mais “fácil” (ou mais adequado) de ser captado pela percepção, pois o seu tamanho, forma e modo de interação são muitos similares aos do sujeito. Pode acontecer, inclusive, que ambos se confundam quando compartilham um espaço. Um cai e o outro chora; se um leva uma bronca de um adulto o outro se retrai. Tem-se a impressão de que suas identidades transitam pelos corpos uns dos outros.

Lacan diria que nesses momentos de confusão a agressividade ajudaria a realizar uma separação. De fato, os bebês, quando esbarram ou tocam um no outro, olham, mordem, balbuciam, dão tapas. Pode ser que sejam movimentos no sentido de expressar uma agressividade, um ódio, mas também pode ser que estejam apenas em motilidade, em movimento, para explorar e conhecer aquele outro com quem trombaram. De qualquer forma, estão integrando sua percepção do objeto.

A psicologia do desenvolvimento nos mostra isso, que os diferentes meios de percepção e contato com o mundo são construídos e inter-relacionados, mas que isso se dá no contato, na experiência, no viver. A experiência é vivida no corpo.

O pequeno semelhante também é um denunciador. Se, ao surgir no campo do sujeito, ele incomoda, isto significa que há o que ser incomodado e também que o sujeito tem a capacidade de manifestar este incômodo.

Na medida em que o pequeno semelhante permanece no tempo e no espaço, ele também serve ao sujeito para distinguir e perceber as consequências de suas atitudes. Que sua agressividade tem consequências, as quais podem ser favoráveis ou destrutivas. Que ele pode fazer coisas construtivas que possam ser boas para ele e para outros. Pode aprender que o outro pode ser um companheiro para compartilhar a vida, que será uma testemunha de sua existência.

Antes dos 18 meses as interações entre pequenos semelhantes são esparsas, fragmentadas, esporádicas, e pode-se dizer que o sujeito está mais envolto em suas próprias preocupações. Isto é confirmado por todos os autores. Porém, não se pode negar que haja interações. Elas têm características diferentes, mas estão lá. Também não ocorrem independentemente. Um campo representacional influencia decisivamente o outro. Um brinquedo sozinho pode não interessar ao sujeito, mas basta que o outro o tome nas mãos para que o sujeito se interesse. Um semelhante brincando ao lado pode não interferir muito no outro, mas se ele se dirige ao adulto de referência, ele chama a atenção do outro que se incomoda com a situação. Isto significa que, quando se diz que bebês brincam em paralelo e isolados, isto não é inteiramente verdade. Eles estão em paralelo sim, mas a presença de um influencia o campo do outro, e vice-versa. Eles também não estão sozinhos, estão em referência ao que lhes dá sustentação constitucional. Winnicott precisa bem esta questão quando fala em "*estar só na presença do outro*". É uma capacidade muito sofisticada, pressupõe que haja um *self* para onde se pode recolher para descanso.

À medida que o sujeito prossegue na constituição subjetiva a sua noção de eu e do outro-que-não-eu se amplia e se clareia. Assim, conseqüentemente, as interações com pequenos semelhantes se tornam mais ricas e complexas. O bebê já consegue iniciar brincadeiras sofisticadas e considerar o outro, sua dor e sua alegria, de modo muito rudimentar, mas consegue. Winnicott introduz o termo relação a três corpos para enfatizar que o sujeito sabe que pode lidar com outro, que já pode se defender e pode cooperar também. Porém, conforme comentamos acima, essa relação está marcada mais pelo ciúme e pela inveja, isto é, quer-se o que o outro tem ou pode ter.

A partir dessa formação do eu, o sujeito tem a possibilidade de se haver com a introdução do pai. O pai é quem vai deslocar as relações para algo mais marcado pelo desejo e pelo impossível, pela lei. Vai abrir caminho para o campo simbólico.

É o pai que vai mostrar ao sujeito que, se este não pode ficar com a mãe o tempo todo e precisa ir à escola, ele também precisa trabalhar e deixar a mãe. O pai introduz o peso da cultura, o que Lacan denomina de *simbólico (Outro)* e Winnicott denomina de *realidade compartilhada*: o fato de que existe um mundo anterior ao sujeito ao qual todos, e não somente um, estão submetidos. Isso gera certas frustrações. Frustrações que podem ser traumáticas. Mas que dão certa força de “gravidade” ao sujeito, em torno da qual ele poderá “orbitar”, digamos assim.

A partir daí, as interações com os pequenos semelhantes já possuem um molde, um entorno, no qual está disposto que ninguém mais pode gozar a vida em plenitude sem considerar o outro. Estão sempre em jogo os três elementos principais no convívio com os semelhantes: identificação, agressividade e cooperação. O sujeito já participa da vida enquanto metáfora, e não enquanto metonímia. Ele está no campo do simbólico, onde as coisas nunca são exatamente como ele desejava, pois são reais, inclusive suas relações com os outros.

Quando iniciamos este trabalho de dissertação, um dos objetivos era verificar, além da possibilidade da participação do pequeno semelhante na constituição do sujeito, a validade da construção de um indicador clínico com os pares de bebês, de modo a contribuir com a pesquisa IRDI¹⁶.

Acreditamos que este trabalho seja o início de um desenvolvimento desse percurso, e que contribui com vários caminhos para continuar essa construção.

¹⁶ Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil – pesquisa IRDI (KUPFER et al., 2009).

Nesse sentido, enfatiza-se que o caráter denunciador do pequeno semelhante parece ser o fenômeno mais adequado para se considerar um indicador. Ou seja, esse semelhante invade o espaço e o bebê o defende, protege. Isto demonstra claramente duas questões constitucionais fundamentais: 1) Existe um espaço de confiança, o qual o bebê protege; e 2) o bebê pode manifestar seu incômodo. Um pouco mais além, poderíamos pensar num terceiro ponto que é: 3) o que o adulto faz diante dessa manifestação do incômodo.

Esse fenômeno pode ser a disputa da atenção da mãe ou da cuidadora. Pode ser a disputa de brinquedos. De qualquer forma, o início das interações é marcado mais por essas características de agressividade. A cooperação parece surgir depois.

Entretanto, ainda é necessário algo fundamental para a construção de um possível indicador: uma observação de campo embasada num olhar mais complexo sobre as interações dos pequenos semelhantes.

Outra forte questão que permeou a construção desse trabalho foi a problemática da convivência de bebês em berçários, orfanatos e creches em tenras idades. Questionávamos, além da pergunta fundamental (participação na constituição subjetiva), se o pequeno semelhante poderia contribuir para outro bebê na falta de um cuidador, pois as configurações de muitas creches são de escassez de cuidadores.

Winnicott (1965) dá indícios de que isto seja possível, de que um grupo de bebês pode se beneficiar da integração de alguns de seus membros de modo a fornecer uma cobertura que eventualmente possa contribuir para a integração dos demais. Vale ressaltar que o texto de onde se destaca essa citação é uma obra que reúne um conjunto de palestras do autor para Assistentes Sociais. Isto é, um público que também encontrava essa mesma problemática sobre grupos de bebês e crianças em sua prática profissional. Talvez isso possa indicar que, na falta de um número suficientemente bom de profissionais para o cuidado de bebês, uma configuração mista que considere a integração de alguns dos que estão sendo cuidados, possa beneficiar o grupo. De toda forma, é um ação ariscada, que necessita uma investigação mais apurada e criteriosa.

Diante destas considerações podemos acreditar que, se este trabalho puder valer de um pequeno guia inicial de ideias e referências sobre o tema do pequeno

semelhante, sua função estará cumprida.

Para encerrar, creio que, inicialmente, não precisamos ir muito longe para verificar a importância da participação dos pequenos semelhantes na constituição subjetiva: basta olhar para nossa própria história. Relembrar os momentos cruciais de nossas vidas que compartilhamos com amigos e irmãos. Mesmo que se considere um período onde a constituição subjetiva esteja mais adiantada, talvez possamos nos lembrar também que ambos autores, Lacan e Winnicott, esclarecem que os estágios da constituição são meros aparatos teóricos, porque na verdade a criança está o tempo todo em todos os estágios, eles vão e vem, e retornam de novo e de novo. Graças a isso podemos fazer psicoterapia psicanalítica, rever, reviver e repensar muitas das passagens de nossas vidas. Grande parte das alegrias e sofrimentos humanos são vivenciados com esses semelhantes. Com os amigos temos conversas sobre assuntos bem diferentes daquelas que temos com nossos pais, inclusive a linguagem que se usa é distinta, muito embora saibamos que a cultura atual questione essa diferença de posições, colocando os pais num lugar muito mais de amigo confidente do que um modelo que se pode amar ou odiar.

Ainda na fase adulta, o intruso está sempre presente. Basta haver uma relação onde se encontre confiança e amor para que ele desperte. Daí o ciúme amoroso e a rivalidade no trabalho, por exemplo. Sabemos que para muitas pessoas os intrusos continuam a ser verdadeiras ameaças ao longo do viver. Evidentemente, se o intruso está bem processado na constituição do ser, sua ameaça não será um fator de desorganização. Poderá ser inserido na simbolização mais sublime (sublimação), e ser mesmo oferecido como um presente, conforme nos dizem Chico Buarque e Vinícius de Moraes (dois autores que puderam casar o erudito e o popular com particular beleza):

"Com o tempo aprendi que o ciúme é um sentimento para proclamar de peito aberto, no instante mesmo de sua origem. Porque ao nascer, ele é realmente um sentimento cortês, deve ser logo oferecido à mulher como uma rosa. Senão, no instante seguinte ele se fecha em repolho, e dentro dele todo o mal fermenta. O ciúme é então a espécie mais introvertida das invejas, e mordendo-se todo, põe nos outros a culpa da sua feiura. Sabendo-se desprezível, apresenta-se com nomes supostos, e como exemplo cito a minha pobre avó, que conhecia seu ciúme como reumatismo."

(Chico Buarque: Leite Derramado)

*“Vire essa folha do livro e se esqueça de mim
Finja que o amor acabou e se esqueça de mim
Você não compreendeu que o ciúme é um mal de raiz
E que ter medo de amar não faz ninguém feliz.
Agora vá sua vida como você quer
Porém, não se surpreenda se uma outra mulher
Nascer de mim, como do deserto uma flor
E compreender que o ciúme é o perfume do amor.”*

(Vinícius de Moraes: Medo de Amar)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁷

AMORIM, Kátia de Souza; ANJOS, Adriana Mara dos; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Processos interativos de bebês em creche**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200020&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200020>.

AVIESER, O. *et all.* **“Children of the dream” Revisited: 70 Years of Collective Early Child Care in Israeli Kibbutzim**. *Psychological Bulletin*. V. 116. n. 1. p. 99-116. 1994.

BERNARDINO, L. M. F. **O ciúme na relação entre irmãos a partir de um caso de gagueira**. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*. Curitiba. v. 6, n. 6, p. 81-90. 2002.

_____. **A abordagem psicanalítica do desenvolvimento infantil e suas vicissitudes**. *In: BERNARDINO, L. F. M. (Orgs.) O que a criança pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo. Escuta. 2006.

BOWLBY, J. (1960). **Separation Anxiety**. *Int. J. Psycho-Anal. International Journal of Psycho-Analysis*, 41:89-113. 1960.

_____. (1990). **Trilogia Apego e Perda**. Volumes I e II. São Paulo. Martins Fontes.

BÜHLER, C. **Infancia y Juventud: la génesis de la conciencia**. Buenos Aires. Esparsa-calpe Arg. 1946.

_____. **El desarrollo psicológico del niño: desde el nacimiento a la adolescencia**. Buenos Aires. Losada ed. 1943.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Laço social: uma ilusão frente ao desamparo**. *Reverso*, Belo Horizonte, V. 31, n. 58, set. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952009000200004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 12 abr. 2014.

CHATELARD, Daniela Scheinkman. **Algumas considerações teóricas acerca de uma experiência hospitalar**. *Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza*, v. 4, n. 2, set. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 14 mar. 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Narcisismo em tempos sombrios**. *In: Percursos na história da psicanálise*. (Org) Joel Birman. Livraria Taurus editora. Rio de Janeiro. RJ. 1988.

DIAS, Elsa Oliveira. **Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento**. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 2, n. 1, jun. 2000. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-

¹⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023

2430200000100001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 27 jan. 2014.

_____. **A teoria winnicottiana do amadurecimento como guia da prática clínica.** Nat. hum., São Paulo, v. 10, n. 1, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 15 jan. 2014.

ENRIQUEZ, Eugene. **Da Horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social.** Tradução: Teresa Cristina Carreiro e Jacyara Nasciutti. 2.ed. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

FREUD, S. (1895). **Projeto Para uma Psicologia Científica.** Ed. Standard. Rio de Janeiro. Imago. 1977.

_____. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: *Pequena coleção das obras de Freud*; trad. P.D. Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 1973. v. 2

_____. (1913). **Totem e Tabu.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125.

_____. (1914). **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** Obras completas volume 12 [1914]. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

_____. (1917 [1915]). **Luto e Melancolia.** In: *Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).* Obras completas volume 12. Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

_____. **O inquietante.** (1919). In: *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos")*: Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Obras completas volume 14. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

_____. (1920). **Além do Princípio do Prazer.** Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras. São Paulo. 2010.

_____. (1921). **Psicologia das massas e análise do ego.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 89-179.

_____. (1923). **O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925).** Obras completas volume 16. tradução: Paulo César de Souza. São Paulo. Companhia das letras. 2011.

_____. (1927). **O futuro de uma ilusão.** Tradução: Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio de Renata Udler Cromberg. Ensaio bibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Companhia das letras. Porto Alegre, RS. 2010.

_____. (1930). **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936).** Obras completas volume 18. Tradução: Paulo César de Sousa. São Paulo. Companhia das letras. 2010.

_____. (1939). **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (ESB, 23).

FULGÊNCIO, L. **A constituição do símbolo e o processo analítico para Winnicott**. Pandéia. vol. 21 no. 50. Ribeirão Preto Sept./Dec 2011.

GALVÁN, Gabriela. **O caso B: a mãe perfeita e a constituição do si mesmo**. Winnicott e-prints vol.1 no.1 e 2 São Paulo 2009.

GESELL, A. **A criança dos 0 aos 5 anos** (1974). Publicações Don Quixote. Lisboa, Portugal. 1985

GRAÑA, R. B. **Origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original**. São Paulo. Casa do Psicólogo. 2007.

HARLOW, H. F. **Affectional Responses in the infant monkey**. Science. 21 August 1959, Volume 130, Number 3373.

KAES, René. **O Complexo Fraterno**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Aparecida, SP. Idéias & Letras, 2011. (Coleção Psi-Atualidades, 13).

KELLER, H. **A história de minha vida**. Rio de Janeiro. José Olympio. 2008

KHAN, M. M. R. **Introdução**. In: *Holding e Interpretação*. WINNICOTT, D.W. trad. Sonia M. T. M. de Barros. São Paulo. 3ed. Editora WMF Martins Fontes, 2010

KOLTAI, C. **Política e Psicanálise: O estrangeiro**. São Paulo. Escuta. 2000.

KUPFER, M. C.; VOLTOLINI, R.; PINTO, N.; **O que uma criança pode fazer por outra? Sobre grupos terapêuticos de crianças**. In: KUPFER, Maria Cristina Machado & PINTO, Fernanda Souza Castro Noya (Orgs.). **Lugar de vida, vinte anos depois. Exercícios de educação terapêutica**. São Paulo. Ed. Escuta. Fapaesp. 2010.

LACAN, J. (1932). **Da Psicose Paranóica e suas relações com a personalidade**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1987.

_____. (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. In: *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2003.

_____. (1948). **A agressividade em Psicanálise**. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.

_____. (1949). **O estágio do espelho como formador da função do eu**. In: *Escritos*. trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.

_____. (1964). **O seminário. Livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACHAUD, D. **Ciúmes**. Trad.: Procópio Abreu. Rio de Janeiro. Companhia de Freud. 2001.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. Tradução: Pedro

Tamen. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes. 2001.

LEVY, R. **Os primórdios da construção do ciúme e sua relação com a constituição do laço social.** In: Ciúme. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Vol. 37. n. 37. jul/dez. p. 22-30. Porto Alegre. 2009.

MARIOTTO, R. M. **Cuidar, Educar e Prevenir:** as funções da creche na subjetivação de bebês. São Paulo. Escuta. 2009.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade:** gozar a qualquer preço; Charles Melman; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Companhia de Freud, 2003. Rio de Janeiro.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Trad. R. di Piero. São Paulo. Freitas Bastos. 1971.

MILMAN, L. **Casa das árvores:** a ética de Françoise Dolto nas favelas. Pulsional. São Paulo. n. 181. p. 46-53. 2005.

MOSIER, C. E, & ROGOFF, B. **Privileged Treatment of toddlers:** Cultural Aspects of individual choice and responsibility. vol. 39 .n. 6. 1047-1060. Developmental Psychology. 2003.

NEWCOMBE, N. **Desenvolvimento Infantil: abordagem de Mussen.** Trad. Cláudia Buchweitz. Porto Alegre. Artes Médicas. 1999.

OUTEIRAL, J. (2001). **Winnicott:** Seminários Paulistas / José Outeiral. Sueli Hisada & Rita Gabriades, coordenadores, Casa do Psicólogo, São Paulo, 2001.

PAPALIA, D. E. **O mundo da criança:** da infância à adolescência. Trad. Rita de Cássia Albuquerque Caetano; Jacira dos Santos Cardoso. São Paulo. 11ed. McGraw-Hill. 2009.

ROGOFF, B. **The cultural nature of human development** In: The General Psychologist. Vol. 42. n.1. winter/spring 2007.

SACKS, O. **To see or not to see.** The New Yorker. Maio, 1993.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida.** Trad. Erothildes Millan Barros da Rocha. São Paulo. Martins Fontes. 2004

TEIXEIRA, L. C. **Função paterna, fratria e violência:** sobre a constituição do *socius* na psicanálise freudiana. Psico-USP. V. 7, n. 2, Jul/Dez, 2002. p. 195-200.

VITTA, Adriana Renna de; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **O manejo da identificação imaginária em grupos de psicóticos.** Rev. latinoam. Psicopatol. Fundam., São Paulo, v. 10, n. 4, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 19 Mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142007000400007>.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento:** símios, homem primitivo e criança. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre.

Artes Médicas. 1996

VASCONCELLOS, C. R. F. *et all.* **A incompletude como virtude**: interação de bebês na creche. *Psicologia: reflexão e crítica*. 16(2), PP. 293-301. 2003.

WINNICOTT, D. W. (1941). **A observação de bebês numa situação padronizada**. *In: Da pediatria a Psicanálise. Obras Escolhidas*. Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro. Imago. 2000.

_____. (1951) **Objetos transicionais e fenômenos transicionais**. *In: WINNICOTT, D. W. (1971). O brincar e a realidade*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Imago. Rio de Janeiro. 1975.

_____. (1954). **Holding e Interpretação**. Trad. Sonia Maria Tavares Monteiro de Barros. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. – Coleção Textos de psicologia.

_____. (1958). **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Trad. I. C. S. Ortiz. São Paulo: Artes Médicas, 1990. p. 31-37.

_____. (1965). **A família e o desenvolvimento individual**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 3.ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

_____. (1966). **A criança e seu mundo**. Rio de Janeiro. Zahar Ed. Trad. Álvaro Cabral.

_____. (1971). **O brincar e a realidade**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Imago. Rio de Janeiro. 1975.

_____. (1977) **The Piggle**. Relato do tratamento psicanalítico de uma criança. Trad. Else Pires Vieira e Rosa de Lima Martins. 2.ed. Rio de Janeiro. Imago. 1987.

_____. (1988) **Natureza Humana**. Trad. Davy Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro. Imago. Ed. 1990.